



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - LICENCIATURA - PRESENCIAL - CAMPUS DE MOSSORÓ

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e com base no Art. 24 da Resolução nº 026/2017 - Consepe/Uern, HOMOLOGA os ajustes no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Geografia (36930156), Grau Acadêmico Licenciatura, Modalidade Presencial, do Campus de Mossoró, conforme Processo SEI nº 04410195.000458/2025-79, aprovado pela Resolução nº 038/2008 - Consepe/Uern, de 30 de julho de 2008, para efeito de implementação institucional.

Mossoró/RN, 14 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Abreu de Oliveira, Pró-Reitor(a) de Ensino de Graduação**, em 14/10/2025, às 08:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **36989968** e o código CRC **CE1AF18E**.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS – FAFIC
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DGE

e-mail: dge@uern.br

PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE GEOGRAFIA
Campus Central - Mossoró

Mossoró - RN
2008



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

REITOR

Prof. Milton Marques de Medeiros

VICE - REITOR

Prof. Aécio Cândido de Sousa

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Francisca Glaudionora da Silveira

PRÓ - REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. Carlos Antônio Lopez Ruiz

PRÓ – REITORA DE EXTENSÃO

Profa. Ana Maria Moraes

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

TNS Severino Neto

PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS ESTUDANTIS

Joana D'arc Lacerda Alves Felipe

DIRETOR DA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

Prof. Emanuel Pereira Braz

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA

Prof. Tarcísio da Silveira Barra

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO

Profª. Amélia Cristina Alves Bezerra Prof.
Fábio Ricardo Silva Beserra (Coordenador)
Prof. Jamilson Azevedo Soares Prof.
Jionaldo Pereira de Oliveira Prof. Liana
Couto Dantas (PROEG)
Prof. Otoniel Fernandes da Silva Júnior Prof.
Robson Fernandes Filgueira Prof. Tarcísio
da Silveira Barra

COLABORADORES

Ana Paula Soares
Francisco Cleilson de Amorim
Pedro Vinícius de Sousa
Susyane Fabrício da Silva
Horieta Bezerra Matias



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	6
2. HISTÓRICO DO CURSO.....	8
3. JUSTIFICATIVA.....	16
4. OBJETIVOS.....	19
4.1. <i>Objetivo geral</i>	19
4.2. <i>Objetivos Específicos</i>	19
5. PERFIL DO EGRESSO.....	20
6. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....	21
7. COMPONENTES CURRICULARES.....	24
7.1. <i>Disciplinas</i>	24
7.2. <i>Prática Enquanto Componente Curricular</i>	24
7.3. <i>Estágio Supervisionado</i>	25
7.3.1 - <i>Distribuição de carga horária do estágio curricular</i>	28
7.4. <i>Atividades Complementares</i>	30
7.5. <i>Trabalho de Conclusão de Curso</i>	32
8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	33
8.1. <i>Integralização Curricular por Eixos</i>	34
8.2. <i>Organização da Matriz Curricular</i>	37
8.3. <i>Plano de Equivalência das Disciplinas</i>	39
8.3.1. <i>Normas de Adaptação Curricular e Respectiva Vigência</i>	42
8.4. <i>Ementas de Disciplinas e Atividades Práticas</i>	44

9. QUADRO DOCENTE.....	73
9.1. <i>Política da Capacitação do Corpo Docente</i>	73
10. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS.....	75
11. POLÍTICA DE PESQUISA.....	76
11.1. <i>Grupos de pesquisa</i>	76
12. POLÍTICA DE EXTENSÃO.....	78
13. POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	79
14. INFRA-ESTRUTURA.....	80
15. REGULAMENTO DO CURSO.....	82
16. ANEXOS.....	101



IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

I – **Instituição Mantenedora:** Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FUERN.

CNPJ: 08.258.295/0001-02

Rua Almino Afonso, 478 – Centro

CEP: 59610-210 – Mossoró, RN.

Home page: www.uern.br e-mail: reitoria@uern.br

Presidente: Professor Milton Marques de Medeiros

Espécie Societária: Não Lucrativa

II – **Instituição Mantida:** Universidade do Estado do Rio Grande do Norte –

UERN CNPJ: 08.258.295/0001-02

Rua Almino Afonso, 478 – Centro

CEP: 59610-210 – Mossoró, RN.

Home page: www.uern.br e-mail: reitoria@uern.br

Presidente: Professor Milton Marques de Medeiros

Ato de Credenciamento: Portaria n. 874/MEC, 17/06/1993.

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UERN:

Informações acerca do histórico da UERN, estrutura administrativa, estrutura física e infraestrutura, estrutura acadêmica e sistemas de bibliotecas, organização do ensino de graduação, estão disponibilizadas no site:

www.uern.br/catalogograduacao

1 – APRESENTAÇÃO

Os dias atuais remetem a um novo paradigma civilizatório que a partir da compreensão das interdependências entre pobreza, degradação ambiental, injustiça social, conflitos étnicos, paz, democracia, ética e crise espiritual, favoreça ao projeto planetário humano cativando a esperança de um futuro comum da Terra e da humanidade. Esse Projeto, imprescindivelmente, requer sólida base educacional de todos os atores sociais, fundamentada no princípio de que, importa hoje e para o futuro, construir uma vida, uma sociedade e uma Terra sustentáveis.

O curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte deve estar voltado para as soluções de problemas socioespaciais, socioculturais, científicos e tecnológicos do Estado a partir da ênfase dada ao exercício da docência como prioridade à construção da cidadania.

A qualificação da profissão docente exige que se parta do pressuposto da construção de uma formação específica, justificada pelas diferentes dimensões da docência. Mesmo por que os conteúdos teórico-metodológicos de cada profissão já são, por si só, impossíveis de um domínio completo, dada a multiplicidade de abordagens e o volumoso estoque de conhecimentos existentes. Cabe então ao docente: “saber conhecer, saber ser, saber pensar e saber agir”. Para tanto, sua formação exige o proposto pelo *Relatório Educação: Um Tesouro a Descobrir*, da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, qual seja estabelecer como pilares da Educação contemporânea “aprender a ser, a fazer, a viver juntos e a conhecer”.

As recentes mudanças ocorridas no ensino superior brasileiro, especialmente no âmbito das licenciaturas plenas, provocaram o surgimento de novas demandas, fato que propiciou a urgência no sentido de promover a atualização dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos universitários para que os mesmos possam dar respostas à realidade exposta pelas resoluções apresentadas no contexto dessas mudanças.

O Departamento de Geografia – DGE do Campus Central da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, compreende a reformulação do Projeto Pedagógico como um processo contínuo. Este processo surge em função da necessidade de atualização constante e da exigência de uma consonância entre o curso de Geografia e a formação do professor, norteando suas diretrizes para as especificidades da licenciatura.



O PPP, além de processual é, também, histórico e geográfico, portanto, deve atender às especificidades histórico-geográficas de um determinado momento do desenvolvimento da sociedade. No presente, uma das dimensões que ganha destaque no PPP é aquela que concerne ao acréscimo da carga horária tanto dos conteúdos de *dimensão pedagógica* quanto do *Estágio Supervisionado* e da definição de *Práticas* como componentes curriculares obrigatórios.

É impossível refletir acerca dos itens acima destacados de forma fragmentária ou individual, portanto, esta discussão envolve todo o conteúdo pertinente à ciência geográfica considerando sua evolução no âmbito acadêmico, sua penetração nos ensinamentos fundamental e médio bem como sua prática cotidiana por homens e mulheres na construção de uma sociedade justa. Com isso a reflexão se propõe de forma dialética entre o micro e o macro, entre as generalidades e as particularidades, entre o todo – o mundo – e a parte – o seu entendimento geográfico.

O presente documento representa uma proposta de implantação de um Projeto Pedagógico para o curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Referida proposta resultou de um processo de reflexão e amadurecimento, indispensável à construção de um projeto pedagógico que se pretende seja, não apenas bem formulado, mas também operacional, frente à nova realidade do saber e do conhecimento.

A construção do projeto fundamentou-se nas diretrizes curriculares propostas pelo MEC para os cursos de Graduação em Geografia na modalidade de Licenciatura, atendendo determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, dentro dos parâmetros de flexibilidade, qualidade na formação e interdisciplinaridade.

2 – HISTÓRICO DO CURSO

O curso de licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) foi criado em 12 de outubro de 1970 pela Resolução nº 024/70-U do Conselho da Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (FURRN), tendo iniciado suas atividades em 1971 nas dependências do Edifício Epílogo de Campos.

A primeira turma de Geografia contou com treze alunos, selecionados através de concurso vestibular, dos quais onze concluíram o curso no ano de 1975. Ainda durante a primeira turma, o local de funcionamento do curso foi mudado do edifício Epílogo de Campos para o Seminário Santa Terezinha e, em seguida, deste para a Faculdade de Enfermagem (FAEN).

Inicialmente, o quadro de professores do curso de licenciatura em Geografia da UERN foi formado por professores convidados. Na área de Geografia Humana os professores eram geógrafos, alguns que lecionavam em escolas de Mossoró e outros que vinham de Natal e Fortaleza. Na de Geografia Física, os professores provenientes da antiga Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), atual Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA), cujo curso de Engenharia Agrônômica conta com várias disciplinas na área de geociências, muitas das quais em comum com a grade curricular do curso de Geografia. Posteriormente, a esses se somaram alguns dos alunos que concluíram a primeira turma, também convidados a ministrar aulas no curso de Geografia, visto a carência de profissionais da área na região durante esse primeiro momento.

Somente a partir de 1987, tem início o ingresso de docentes no DGE através de concurso público. Nesse ano, passam a integrar o corpo docente uma geógrafa e um engenheiro agrônomo.

Como até o início da década de 1990 a maioria dos professores integrantes do curso de Geografia não possuía pós-graduação, ou, quando possuíam era apenas em nível *lato sensu*, em 1991, através de convênio firmado entre a UERN e as universidades canadenses de Laval e de Québec à Trois Rivières, iniciou-se a capacitação dos docentes do DGE.

O segundo concurso público para o preenchimento de vagas para professores do DGE, motivado pela aposentadoria dos seus primeiros professores do curso, ocorreu em março de 1998, quando dois geógrafos ocuparam vagas de Geografia Humana (um especialista e uma mestranda) e três engenheiros agrônomos (dois mestres e um doutor, que passa a ser o primeiro doutor do departamento), de Geografia Física e Cartografia. Vale ressaltar que, nesse momento, embora o percentual de profissionais de outras áreas (não-geógrafos) chegue em torno de 40%, observa-se uma melhoria na capacitação do quadro docente.

Em janeiro de 2002 foi realizado o terceiro concurso para o preenchimento de vagas do Departamento de Geografia, as quais se destinavam especificamente à área de Geografia Humana. A partir dessa data, passa-se a exigir como requisito para ingresso como professor do curso a titulação de graduado em Geografia e pós-graduação mínima de mestre acadêmico. Conforme essa exigência, o departamento passou a contar com mais dois professores mestres. Vale ressaltar que, com o pedido de demissão dos dois primeiros classificados deste concurso, foram convocados o terceiro e o quarto classificados. A entrada de dois novos professores no Departamento de Geografia possibilitou a liberação de um dos seus integrantes para cursar doutorado em Geografia na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, no Rio de Janeiro, visto que os professores que ingressaram encarregaram-se das disciplinas que eram lecionadas pela professora em doutoramento.

Uma outra seleção para o preenchimento de uma vaga em Geografia Física ocorreu no primeiro semestre de 2004. A vaga foi preenchida por mais um geógrafo. Por fim, em novembro de 2007, foram selecionados, através de concurso público, mais dois mestres em Geografia: um para lecionar disciplinas na área de Geografia Humana e outro para trabalhar especificamente com o ensino e a pesquisa em Geografia. No caso deste último, a especificidade da área do concurso teve como objetivo suprir uma necessidade do próprio curso, haja vista que o curso de Geografia da UERN está voltado para a formação de professores, e favorecer as exigências do novo Projeto Pedagógico, o qual requer uma maior carga horária em disciplinas pedagógicas e em estágio docente, necessitando dispor em seu quadro docentes qualificados na área de ensino.



Atualmente, o Departamento de Geografia da UERN conta com onze professores, dos quais nove são graduados em Geografia e quatro em Engenharia Agrônômica. Estes últimos atuam especificamente na área de Geografia Física, sendo que um deles trabalha exclusivamente com Cartografia. Quanto à qualificação, o Departamento conta com dois doutores, oito mestres e um especialista, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

QUADRO 1: Composição de professores efetivos do DGE

Docente	Graduação	Titulação	Local/Ano
Amélia Cristina Alves Bezerra	Geografia	Doutora em Geografia	UFF/2007
Benedito Vasconcelos Mendes	Eng. Agrônômica	Doutor em Fitopatologia	UNESP-Piracicaba/1979
Everaldo Bernardino de Souza	Eng. Agrônômica	Mestre em Eng. Rural (Aerofotogrametria)	UFSM/1978
Fábio Ricardo da Silva Beserra	Geografia	Mestre em Geografia	UECE/2007
Francisco das Chagas Silva	Eng. Agrônômica	Esp. em Geografia	UERN/1992
Jamilson Azevedo Soares	Economia/Geografia	Mestre em Ciências Sociais	UFRN/2000
José Romero Cardoso de Araújo	Geografia	Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente	UERN/2002
Jionaldo Pereira de Oliveira	Geografia	Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente	UERN/2001
Otoniel Fernandes da Silva Junior	Geografia	Mestre em Geografia	UFRN/2006
Robson Fernandes Filgueira	Eng. Agrônômica	Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente	UERN/1998
Tarcísio da Silveira Barra	Geógrafo	Mestre em Eng. Agrícola (Climatologia)	UFV/2001

A partir de 2006, visando à qualificação dos seus professores em nível de doutorado, o Departamento de Geografia vem trabalhando no seu Plano de Capacitação Docente. No momento, de acordo com os critérios estabelecidos para a capacitação docente do Departamento de Geografia, cinco professores estão virtualmente aptos para sair para doutorado. Todavia, apesar da grande necessidade de qualificação imediata destes professores em virtude da urgência do desenvolvimento da pesquisa em Geografia, o número ainda não satisfatório do quadro docente provoca a carência de professores para cobrirem as disciplinas daqueles que saírem para fazer doutorado, dificultando a liberação de mais de dois professores por vez, mesmo que outros professores atendam os demais pré-requisitos de saída para pós-graduação.

O corpo discente do curso de licenciatura em Geografia da UERN procede, em sua maior parte, do próprio município de Mossoró, onde se localiza o Campus Central e a sede do curso, e de outros municípios que integram a mesorregião Oeste potiguar.



Também participam do curso Geografia da UERN um número considerável de alunos provenientes do Estado do Ceará, sobretudo de cidades limítrofes com o Rio Grande do Norte, além de alunos oriundos da capital potiguar.

Até o presente, o curso de Licenciatura em Geografia da UERN formou trinta e duas turmas. Os egressos deste curso, profissionais capazes de interpretar a complexidade do espaço geográfico e utilizar seus conhecimentos para a formação e educação de novas gerações, são absorvidos principalmente pelas escolas da mesorregião Oeste Potiguar, mas também de municípios cearenses, contribuindo para melhorar o ensino de Geografia nesta porção do Nordeste brasileiro.

Com a expansão da oferta de cursos da UERN para outros municípios do Rio Grande do Norte visando suprir a carência da formação profissional em nível superior (especialmente de professores para os ensinos fundamental e médio) no interior do estado, a partir do segundo semestre de 2002, o curso de licenciatura em Geografia passou a ser oferecido, sob a coordenação do Departamento de Geografia, no Núcleo Avançado de Educação Superior de Caraúbas (NAESC), o qual também oferece o curso de Pedagogia.

Problemas orçamentários e a perspectiva da UERN de ofertar cursos em núcleos avançados em um sistema de rodízio (oferta de um curso durante algum tempo em um determinado núcleo, sendo, em seguida, substituído por outro curso) levaram à suspensão do vestibular para o curso de licenciatura em Geografia oferecido pelo NAESC a partir de 2007. Contudo, este núcleo já formou duas turmas em Geografia, uma em 2006 e outra em 2007, e ainda conta com três turmas.

A demanda por profissionais na área de ensino de Geografia no entorno da microrregião de Pau dos Ferros (que abrange, inclusive, municípios do estado da Paraíba) motivou, em 2004, a criação, através da Resolução Nº 046/2003 – CONSEPE, do curso de licenciatura em Geografia no Campus Avançado Prof^a. Elisa de A. Maia, em Pau dos Ferros. A criação deste curso pela UERN veio fortalecer o debate geográfico na instituição e mesmo no âmbito estadual.

O Departamento de Geografia ajudou a implementar, no Campus Avançado Walter de Sá Leitão, em Assu, o curso de licenciatura em Geografia, ofertado pelo



Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação) e coordenado, no âmbito da UERN, pelo Departamento de Educação.

Através da oferta de disciplinas com foco na discussão espacial em áreas específicas da Geografia e em Geociências, o curso de Geografia da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais vem contribuindo no processo de formação profissional de outros cursos da UERN, como é o caso dos cursos de Ciências Sociais (Geografia Humana e Econômica), História (Geografia Humana e Econômica e Cartografia Geral), Biologia (Geologia Geral e Cartografia), Turismo (Cartografia Geral e Geografia Regional do Brasil) e Gestão Ambiental (Geografia dos Recursos Naturais e Biogeografia).

A inclusão de disciplinas optativas no Curso de Licenciatura em Geografia, a oferta de disciplinas de Geografia em outros cursos da UERN, tanto no Campus Central como em Núcleos Avançados, vem exigindo a contratação de professores através de contratos provisórios, uma vez que o corpo docente do Departamento de Geografia ainda não se mostra em número suficiente para atender a todas essas demandas.

Apesar das dificuldades quanto a sua infra-estrutura física e ao número de professores, incluindo a disponibilidade de carga horária dos mesmos, o Departamento de Geografia, preocupado em aprofundar o debate espacial e atender à demanda por qualificação, especialmente de ex-alunos, tem procurado oferecer cursos de pós-graduação. O primeiro curso de pós-graduação oferecido pelo Departamento de Geografia foi o Curso de Especialização em Geografia: Formação Histórica do Território Nordestino, ofertado entre os anos de 1991 e 1993, e contando com a participação de professores convidados de outras instituições e de outros cursos da UERN. Este curso resultou em dezesseis monografias defendidas.

A participação de professores do Departamento de Geografia no convênio entre a UERN e as universidades canadenses de Laval e de Québec à Trois Rivières resultou no projeto do primeiro curso de mestrado da UERN, Desenvolvimento e Meio Ambiente, visto o conhecimento que estes professores tinham na área deste curso por terem feito pós-graduação em área semelhante no Canadá.



O mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, vinculado ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), vigorou entre 1995 e 2006 e contou com a participação de professores visitantes com títulos de doutor e pós-doutor, especialmente contratados pela UERN para lecionar na pós-graduação *stricto sensu*, e de outros professores da rede PRODEMA, visto que, na época, o curso de Geografia da UERN não contava com professores com a titulação de doutor. Em 1998, através de concurso, é selecionado um doutor para lecionar neste mestrado. Além dele, dois mestres integrantes do corpo docente do Departamento de Geografia também deram sua contribuição para o curso durante a oferta de algumas disciplinas.

É interessante frisar que três dos atuais professores do Curso de Licenciatura em Geografia foram alunos deste mestrado. Dois deles já ingressaram no departamento com o curso concluído, o outro cursou o mestrado após ser lotado como professor da UERN.

Ainda durante a vigência do mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, o Departamento de Geografia retomou o Curso de Especialização em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, precursor do mestrado e antes oferecido pelo Centro de Estudos e Pesquisas do Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional do Semi-Árido (CEMAD), órgão criado no convênio firmado entre a UERN e universidades canadenses. A última turma deste curso de especialização foi ofertada entre 1997 e 1998.

Em 2002 é ofertado o Curso de Especialização em Educação Ambiental, o qual, em virtude do número reduzido de professores no quadro docente do Departamento de Geografia e do seu caráter interdisciplinar, conta com a participação de professores de outros cursos da UERN, notadamente os cursos de Biologia e Pedagogia. Dos treze alunos selecionados para este curso, onze conseguiram concluí-lo e produziram monografias sobre a temática desta pós-graduação.

Com o objetivo de dar continuidade à pós-graduação e interessado em retomar uma discussão mais centrada na ciência geográfica, em agosto de 2007 o Departamento de Geografia lança o Curso de Especialização em Geografia do Nordeste: Desenvolvimento e Gestão do Território. As treze vagas oferecidas por esta



especialização foram preenchidas principalmente por ex-alunos do Curso de Licenciatura em Geografia. Além de professores do próprio departamento que a implementou, esta pós-graduação *lato sensu* também conta com a participação de professores do Departamento de Gestão Ambiental (Campus Central) e do curso de Geografia do Campus Avançado de Pau dos Ferros.

Quanto à realização de eventos, mesmo diante das dificuldades de infra-estrutura e de disponibilidade de carga horária dos docentes, o Departamento de Geografia tem procurado sediar alguns eventos, como é o caso do Encontro Estadual de Geografia, realizado na UERN nos anos de 2001, 2003 e 2007, e marcar presença em outros eventos promovidos no âmbito da UERN, especialmente no Encontro de Pesquisa e Extensão da UERN (ENCOPE), que conta com trabalhos de professores e alunos do curso de Geografia desde suas primeiras versões. Além disso, tem havido um aumento na participação de docentes do DGE em eventos na área de Geografia em outras instituições, especialmente no que concerne à apresentação de trabalhos acadêmicos.

O curso de Geografia foi avaliado, em 2003, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), através do Exame Nacional de Cursos (Provão), auferindo o conceito máximo “A” no tocante à participação dos estudantes concluintes. No ano de 2005 foi outra vez submetido à avaliação através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e, apesar do excelente desempenho dos estudantes concluintes selecionados - os quais obtiveram um índice elevado de acertos compatível com os cursos que conseguiram conceito máximo ou próximo a isso, o curso não obteve conceito definido em função não ter havido inscrição de alunos ingressantes naquele ano como havia determinado o MEC.

Atualmente, o curso vem passando pelo um processo de reestruturação, condicionado, dentre outros motivos, pelas reformulações curriculares que têm sido propostas pelo MEC para as licenciaturas. Dentre essas mudanças se destaca a reformulação/formulação do Projeto Pedagógico, o qual atribuiu a formação do licenciado um caráter mais vinculado a docência, reforçando a identidade do professor de geografia formado no âmbito da UERN. Essas mudanças demandaram outras necessidades, a exemplo da estruturação dos laboratórios, seja de Geografia Humana, Física ou de Ensino.



Convém ressaltar que, não obstante as dificuldades para promover a elevação da qualidade do ensino, o curso de licenciatura em Geografia da UERN forma profissionais que têm contribuído para a difusão de uma Geografia mais consoante com a realidade em constante transformação, assim como mais próxima do cotidiano do aluno e, dessa maneira, esses geógrafos que atuam no ensino tem crescentemente ocupado os espaços de trabalho, notadamente, nas escolas da educação básica de Mossoró e região, sendo que alguns destes ex-alunos já passaram a lecionar também no ensino superior, inclusive com atuação no próprio curso de Geografia da UERN, como professores efetivos do quadro do Departamento ou como docentes de contrato temporário.

Longe de alcançar um nível ideal, um estado ótimo, o curso de Geografia da UERN vem, dia após dia, empreendendo esforços, discutindo, amadurecendo, construindo e desconstruindo idéias, no intuito de permitir aos alunos e alunas que optam por interpretar o mundo sob um viés geográfico adquirirem uma formação ampla, crítica e idealizadora de um outro mundo, possível e melhor.



3 – JUSTIFICATIVA

Com o século XXI a humanidade atingiu o seu momento de maior complexidade. O capital, a produção, as relações sociais, bem como o espaço, foram reestruturados. Novos elementos foram introduzidos enquanto outros, antigos, ou foram aniquilados ou ganharam novas formas e funções. Tudo isso sob a marca de um tempo cada vez mais acelerado, mais veloz, objetivando ao instantâneo e com uma quantidade e qualidade de informações sem precedentes. Tudo isso num *continuum* que redesenhou e continua redesenhando as relações socioespaciais.

Nesse contexto, a sociedade brasileira se insere marcada por inúmeros desafios e transformações, todos engendrados por novas formas de produção e organização do trabalho, exigindo cada vez mais uma leitura ampla de realidade e a participação social efetiva através da prática cidadã.

Conseqüente a isso é possível perceber em andamento nas diversas partes do globo reformas educacionais que buscam dar conta de uma formação de professores mais ampla e capaz de apreender a leitura da complexa realidade ora posta. No Brasil, estas reformas consubstanciam-se desde os anos 1990 e buscarão redimensionar, sobretudo, a formação dos professores de ensino superior, exigindo mudanças na formação universitária, materializadas por alterações que atingem as diretrizes curriculares e as linhas norteadoras do Projeto Pedagógico de cada instituição.

Diante de todas essas questões, faz-se necessário uma proposta de Projeto Pedagógico para a Licenciatura em Geografia que seja capaz de interpretar a contento as transformações do mundo e do saber geográfico, bem como, contemplar os interesses do quadro docente e discente do curso. Os princípios orientadores da reforma supracitada atendem as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, fundamentada em parâmetros que valorizam a flexibilidade, as muitas habilidades, a qualidade na formação e a interdisciplinaridade.

Tais concepções também são constatadas nas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena”, apresentadas no Parecer CNE/CP 009/2001 e Resoluções CNE/CES 1/2002 e 2/2002, que expressam uma concepção de formação de professores centrada nas “competências e âmbitos de conhecimentos e de desenvolvimento profissional” (p. 50). O modelo de formação proposto visa preparar um professor habilitado a resolver situações concretas de ensino em ambiente escolar, dentro ou fora da sala de aula, mas também com



criatividade e iniciativa para tomar decisões, demonstrando dinamicidade, liderança e grande capacidade de adaptação a mudanças. Constatase a necessidade premente de se formar um profissional capaz de entender, intervir e transformar a realidade, consubstanciado na figura do professor-pesquisador.

O alcance deste objetivo, por sua vez, pressupõe também superar os limites postos pelo caráter defasado do currículo, seja em sua concepção, estrutura e organização, seja no que diz respeito à natureza das disciplinas, postos como obstáculos à consignação do perfil profissional pretendido, bem como ao atendimento das demandas sociais.

Tais mudanças estariam em consonância com os seguintes princípios norteadores, propostos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e pela Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002:

- Uma reformulação curricular que privilegie a unidade teórico-prático e a pesquisa como base da formação docente, numa perspectiva interdisciplinar;
- Uma sólida formação fundamentada na gestão democrática e no compromisso social;
- Uma noção de ensino-aprendizagem que privilegie a formação continuada e a avaliação permanente;
- A articulação das diversas esferas acadêmicas da Universidade no desenvolvimento dos projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- A parceria com as instituições científicas, tecnológicas e educacionais do Estado.

Um novo projeto para a geografia, nesse sentido, não poderia se furtar de priorizar propostas sem as quais o exercício da liberdade, a constante redescoberta do novo e a compreensão plural da realidade não seriam alcançados. São premissas que objetivam buscar, no processo de ensino-aprendizagem, a unidade geográfica do teórico-prático, alcançada considerando as muitas possibilidades oferecidas por sólidos fundamentos filosóficos e metodológicos. Vislumbram princípios que contemplam, sobretudo:

- A pluralidade e universalidade do saber geográfico, responsáveis pela composição de um currículo articulado, posto como uma unidade indissolúvel;
- A promoção de uma reflexão permanente e profunda sobre o ensino e a prática geográfica;
- Uma formação sensível aos preceitos críticos, ambientais e humanísticos, reconhecendo na interface das dinâmicas naturais e sociais as possibilidades de compreensão do espaço;



- A abertura ao uso de técnicas, instrumentos e a outros conhecimentos, prezando pela interdisciplinaridade na leitura e na explicação do território.



4 – OBJETIVOS DO CURSO

4.1 – OBJETIVO GERAL

O curso de Licenciatura em Geografia tem como objetivo propiciar uma formação ampla, multidisciplinar, contemplando em seus conteúdos temas geográficos e afins, possibilitando realizar uma leitura geográfica crítica de mundo, construindo saberes a partir do desenvolvimento da produção científica, transmitindo seus saberes para a formação cidadã de crianças, jovens e adultos e atuando ativamente para a construção de uma sociedade mais justa e humana.

4.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver as competências e habilidades necessárias para um desempenho profissional docente satisfatório, de modo que se contemple a diversidade de conceitos e temas geográficos.
- Promover a formação qualitativa de profissionais licenciados de geografia para o exercício pleno do magistério no Ensino Fundamental e Médio.
- Formar o educador em Geografia comprometido com a formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos, capazes de compreender as relações complexas e contraditórias que envolvem a construção do espaço geográfico.
- Capacitar o egresso para a produção científica, visando a elaboração de projetos pedagógicos que envolvam a relação do conhecimento científico com a geografia escolar, dando destaque para realidade espacial.
- Capacitar o profissional docente, considerando as diversidades do ambiente escolar e dedicando os cuidados necessários à educação de alunos com necessidades especiais.
- Valorizar a atuação docente propiciando uma formação cidadã por meio da apropriação/transmissão dos conhecimentos geográficos.



5 – PERFIL DO EGRESSO

O debate sobre as reformas que vêm ocorrendo nos cursos de licenciatura e, especificamente, na Licenciatura em Geografia, conduz a uma proposta de reorganização do projeto político e da estrutura curricular na qual prevaleça a formação de professores capazes de compreender o ensino de Geografia como ferramenta indispensável na formação de cidadãos críticos, participativos e com ampla visão de mundo, aptos a apreender toda dinamicidade da realidade que se constrói.

A partir desta reflexão e em conformidade com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Geografia (Resolução CNE/CES 14, de 13 de março de 2002), que pressupõem a 1) compreensão de elementos e processos concernentes ao meio natural e ao meio construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia e, 2) domínio e aprimoramento das abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico. Objetiva-se, desse modo que o egresso do curso de Licenciatura em Geografia domine os seguintes princípios norteadores:

Conhecimento e apropriação das competências referentes a práticas docentes (vide item 6) de modo que possa articular as teorias da aprendizagem às bases filosóficas, teóricas e metodológicas da Geografia, propiciando o aperfeiçoamento da sua *práxis* e promovendo novos espaços reflexivos de aprendizagens;

Domínio das teorias e da linguagem geográfica escolar voltados ao desenvolvimento de investigação dos modos de aprendizagem das temáticas e conteúdo geográficos, por meio de projetos pedagógicos e/ou atividades de simulação de aprendizagem;



6 – COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

A formação geográfica e pedagógica do licenciado deve estar embasada na constituição de competências específicas próprias de cada etapa e modalidade da educação e de cada área do conhecimento a ser contemplado na formação. Considerando as recomendações da Resolução CNE/CES 14, de 13 de março de 2002, a definição dos conhecimentos que irão constituir as competências da formação geográfica e pedagógica do licenciado deve contemplar:

- Conhecimento sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos incluindo as especificidades daqueles com necessidades especiais, afrodescendentes e das comunidades indígenas;
- Conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação e da profissionalização docente;
- Conhecimentos específicos da área de ensino;
- Conhecimentos das teorias da aprendizagem;
- Conhecimentos advindos da experiência docente;
- Conhecimentos sobre a gestão dos processos educativos da educação básica;
- Conhecimentos sobre o uso das novas tecnologias para promover a aprendizagem.

É fundamental que se busque considerar o conjunto das competências necessárias à atuação profissional, adotando estas como norteadoras, tanto da proposta pedagógica, quanto da organização institucional. Desse modo, o Projeto Pedagógico da Licenciatura em Geografia, segundo o Art. 6º da Resolução CNE/CP 1, considerará o desenvolvimento das seguintes competências na formação docente:

- Competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;
- Competências referentes à compreensão do papel social da escola;
- Competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;
- Competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;
- Competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
- Competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

O mesmo Art. 6º, reforçando a importância das competências como orientação para construção do Projeto Pedagógico, acrescenta:



§ 1º O conjunto das competências enumeradas neste artigo não esgota tudo que uma escola de formação possa oferecer aos seus alunos, mas pontua demandas importantes oriundas da análise da atuação profissional e assenta-se na legislação vigente e nas diretrizes curriculares nacionais para a educação básica.

§ 2º As referidas competências deverão ser contextualizadas e complementadas pelas competências específicas próprias de cada etapa e modalidade da educação básica e de cada área do conhecimento a ser contemplada na formação.

§ 3º A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência.

A partir das premissas supracitadas e, ao tomar como referência as resoluções emanadas do Parecer CNE/CES 492/2001, de 03 de abril de 2001, o aluno do curso de geografia deve “compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da geografia, assim como, dominar e aprimorar as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico” (p. 7). Fará isso, então, desenvolvendo as seguintes competências e habilidades:

Gerais:

1. Identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações do conhecimento;
2. Articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais;
3. Reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos;
4. Planejar e redigir atividades de campo referente à investigação geográfica;
5. Dominar técnicas laboratoriais concernentes à produção e aplicação do conhecimento geográfico;
6. Propor e elaborar projetos de pesquisa e executivos no âmbito de área de atuação da Geografia;
7. Utilizar os recursos da Informática;
8. Trabalhar de maneira integrada e contributiva em equipes multidisciplinares.

**Específicas:**

1. Identificar, descrever, compreender, analisar e representar os sistemas naturais;
2. Identificar, descrever, analisar, compreender e explicar as diferentes práticas e concepção concernentes ao processo de produção do espaço;
3. Selecionar a linguagem científica mais adequada para tratar a informação geográfica, considerando suas características e o problema proposto;
4. Avaliar representações e tratamentos gráficos e matemático-estatísticos;
5. Elaborar mapas temáticos e outras representações gráficas;
6. Dominar os conteúdos básicos que são objetos de aprendizagem nos níveis fundamental e médio;
7. Organizar o conhecimento espacial adequando-o ao processo de ensino-aprendizagem em geografia nos diferentes níveis de ensino.



7 – COMPONENTES CURRICULARES

7.1 Disciplinas

Enquanto parte integrante do componente curricular, as disciplinas representam um conjunto de conteúdos de instrução selecionados a serviço de uma finalidade educativa e profissionalizante, respeitando ementários e organizadas numa ordem hierárquica¹ com seqüência e carga horária pré-definidas no fluxo curricular.

As disciplinas são ministradas por um professor do curso de Geografia ou de cursos afins, podendo acontecer em sala de aula ou laboratórios e têm seus horários definidos no período noturno ou adverso a este. Este último passa a ocorrer atendendo as exigências estabelecidas com o aumento da carga horária dos cursos de licenciatura.

7.2 Prática Enquanto Componente Curricular

A prática será concebida como um componente curricular que busca superar o caráter fragmentado do conhecimento e da relação teoria – prática - ensino. Deverá ser trabalhada, então, entre o terceiro e o quinto período do curso de Licenciatura em Geografia, perfazendo um total de 420 horas distribuídas por meio das Oficinas em Geografia² (quadro 02), garantindo a aplicabilidade de conhecimentos e saberes em situações reais e/ou simuladas de ensino e gestão em espaços escolares e não-escolares. Em termos gerais, visará construir situações contextualizadas, com a finalidade de promover a articulação teórico-prática numa perspectiva interdisciplinar, conforme o parecer CNE/CP 009/2001. A prática como componente curricular em Geografia tem como objetivos:

- I. Possibilitar um maior conhecimento sobre o conteúdo ministrado nas disciplinas.
- II. Despertar no aluno a capacidade de observar e diagnosticar situações referentes aos conteúdos das disciplinas cursadas.
- III. Incentivar o aluno a desenvolver trabalhos práticos dentro da sua área de conhecimento.
- IV. Aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos como forma de desenvolver práticas voltadas para o seu cotidiano e referentes aos conteúdos estudados.
- V. Desenvolver a capacidade de organização de material didático.

¹ A ordem hierárquica das disciplinas está definida a partir do que denominamos pré-requisitos, isto é, para cursar algumas disciplinas, os alunos terão, necessária e obrigatoriamente, que submeter-se à disciplinas anteriores, respeitando o fluxograma do curso.

² As Oficinas em Geografia estarão divididas em dois grandes grupos, o da Geografia Física e o da Geografia Humana, contemplando os dois principais eixos teórico-metodológicos em que hoje se encontra fundamentada a ciência geográfica.

- VI. Aprimorar a postura do discente para as situações do cotidiano na sala de aula da educação básica.
- VII. Desenvolver a capacidade de apresentação em público por parte dos discentes.

QUADRO 02 – Distribuição das Atividades de Prática Enquanto Componente Curricular

PERÍODO	ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA
3º	Oficina em Geografia Humana I	75
3º	Oficina em Geografia Física I	75
4º	Oficina em Geografia Humana II	75
4º	Oficina em Geografia Física II	75
5º	Oficina em Geografia Humana III	60
5º	Oficina em Geografia Física III	60
Carga Horária Total		420

As Oficinas em Geografia ocorrerão em horários pré-estabelecidos entre Orientador e alunos. Os encontros terão como finalidade nortear os alunos no desenvolvimento de atividades que contemplem os objetivos acima citados. Vale ressaltar que nas atividades de Prática Enquanto Componente Curricular, os alunos cumprem um papel fundamental que é o de exercitar e desenvolver a articulação teórico-prática por meio de projetos temáticos que variarão de acordo com o período e a área correspondente (isto é, as Oficinas variam de conteúdo e de práticas de acordo com a variação do período e da área – humana ou física). O resultado de cada uma das Atividades será um material que deverá conter a abordagem de temas que relacionem teoria-prática e transposição didática (artigos, *papers*, vídeo-documentários, peça teatral, cartilhas, jogos etc.)

Estas atividades conterão propostas norteadoras específicas que estarão associadas às disciplinas cursadas nos semestres respectivos e, também, considerando as disciplinas cursadas nos semestres anteriores. Maiores detalhamentos encontram-se no tópico 8.4, sobre as Ementas das Disciplinas e Atividades Práticas.

7.3 Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado enquanto uma atividade de ensino-aprendizagem cumpre seu papel na formação docente e é regulamentado pelas Resoluções do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002 e CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002.

A Resolução CNE/CP 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior, estabelece que a carga horária total do curso deva ser atualmente de, no mínimo,



2800 horas, sendo reservado para o Estágio Curricular Supervisionado um total de 400 horas, vivenciadas ao longo do curso, a partir do 5º semestre (equivalente ao início da segunda metade do curso), devendo ser avaliado conjuntamente pela instituição formadora e a de campo de estágio, sendo, esta segunda, realizada pelo professor regente da disciplina.

A Resolução CNE/CP 1/2002, estabelece que a prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.

A duração do Estágio Curricular Supervisionado possui uma carga horária total de 400h/a para atender as novas exigências do Conselho Nacional de Educação. Essas atividades acontecerão já a partir do 5º semestre, com 100h/a até o 8º semestre.

Conforme o que preconiza o Parágrafo Único do Artigo 1º da Resolução CNE/CP2, de 19 de fevereiro de 2002, os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas. Para tanto, os alunos devem comprovar o exercício da atividade docente através de documentação comprobatória, atestando que o estabelecimento de ensino seja reconhecido pelos respectivos órgãos competentes. Partindo dessa resolução fica estabelecido uma redução de cinquenta por cento da carga horária referente à regência enquanto fase do estágio supervisionado.

Só poderão matricular-se e realizar estágios os alunos regularmente matriculados no Curso de Geografia que já tenham cumprido todos os créditos ofertados até o 4º semestre sem dependência de disciplinas.

O Estágio Curricular Supervisionado será realizado em estabelecimentos de Ensino Básico, público ou privado, localizados na sede do município de Mossoró. Ressalta-se que um dos estágios deverá ser realizado obrigatoriamente em uma instituição pública, uma vez que a formação do aluno está pautado no ensino superior público e gratuito.

É importante ressaltar que o Estágio Curricular Supervisionado contará com a orientação de docentes do Curso de Geografia. Somado a isso é importante colocar que a quantidade de alunos inscritos no Estágio Supervisionado será dividida igualmente entre professores membros da Comissão de Estágio, sendo plausível que cada professor orientador deverá acompanhar, no máximo, 10 alunos em suas atividades.



Os docentes integrantes do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Geografia deverão formar uma Comissão Interna de Estágio Supervisionado em Geografia (CIESG) a ser formada por um grupo de professores do Curso, que preferencialmente sejam licenciados em Geografia e possuam afinidade e experiência na área de ensino, escolhidos pela congregação do Curso e nomeados por portaria expedida pelo Chefe/Coordenador do Departamento/Curso de Geografia.

Essa comissão deverá eleger entre os seus membros um professor coordenador do Estágio Curricular Supervisionado, que deverá ter a duração do seu mandato por um período de 2 anos, para acompanhar o estágio de uma determinada turma, com o intuito de articular os professores - orientadores e os alunos-estagiários, que desenvolverão o acompanhamento das atividades previstas no Estágio Curricular Supervisionado junto às escolas do Ensino Básico. Vale ressaltar que os integrantes desta Comissão deverão ser, preferencialmente, professores efetivos do Departamento de Geografia, não sendo permitido que professores substitutos sejam eleitos Coordenadores da CIESG.

Os casos especiais que surjam e não possam ser resolvidos pela CIESG deverão ser levados ao Departamento do Curso de Geografia para que sejam analisadas e tomadas as devidas providências cabíveis.

Outros fatores que deverão ser observados com relação ao Estágio dizem respeito à frequência do discente nas atividades de estágio, que deve ser de, no mínimo, 75%, sobretudo na fase de regência, e também com relação ao horário que deverá ser diferente do horário de funcionamento do Curso. Excetuando-se dos horários de orientação com o professor, que ocorrerão no horário regular das aulas do Curso de Geografia, como também em horários flexíveis, conforme orientações dadas pelo professor orientador e aluno.

O Estágio Curricular Supervisionado acontecerá em diferentes etapas com suas características específicas, porém inter-relacionadas: planejamento, observação, participação e regência, tanto para o Ensino Fundamental como para o Ensino Médio.

Durante as quatro fases do Estágio, o aluno-estagiário deverá produzir registros parciais escritos, de cada uma delas, relacionado com as atividades realizadas na instituição campo de estágio. Ao final do Estágio Supervisionado, no 8º semestre, o aluno deverá produzir o registro final, resgatando toda sua experiência docente durante o processo, ressaltando as atividades curriculares relacionadas à disciplina ministrada, articulando à realidade do ambiente escolar com a função social da Universidade pública brasileira. Caberá ao professor supervisor, definir o formato do registro final em concordância com as



necessidades da turma e o entendimento sobre o processo final de reflexão da ação docente. Ainda no âmbito das atividades a serem desenvolvidas durante o estágio contemplam-se: a elaboração de projetos temáticos destinados a integrar o currículo da Geografia com as realidades dos espaços escolares; desenvolvimento de propostas de trabalho em espaços não-escolares visando ampliar as experiências com a educação geográfica para além da sala de aula e ainda abordando as questões relacionadas à educação inclusiva; Elaboração de atividades de capacitação e/ou formação continuada junto aos professores colaboradores, na modalidade de oficinas pedagógicas.

Os relatórios deverão ser entregues em duas cópias, sendo uma para o professor orientador do estágio e outra para o coordenador do estágio. Após as devidas correções pelo professor orientador a primeira deverá ser entregue ao aluno estagiário e a segunda deverá ser arquivada pelo Departamento/Curso de Geografia. Os alunos-estagiários deverão seguir rigorosamente as normas e os prazos de entrega do relatório determinados pela Comissão de Estágio, que será o mesmo para a turma inteira.

A UERN deverá responsabilizar-se por oferecer condições estruturais satisfatórias para o desenvolvimento adequado das atividades pertinentes ao Estágio Curricular Supervisionado.

7.3.1. Distribuição de carga horária do Estágio Curricular.

O estágio curricular realizar-se-á em escolas públicas conveniadas, instituições privadas reconhecidas junto aos órgãos competentes, em espaços não escolares e, ainda, como atividade de extensão ligada à Universidade. A carga horária destinada para as atividades realizadas nestas instituições contemplará as seguintes distribuições:

A carga horária de 105 (cento e cinco) horas do Estágio Supervisionado em Geografia I para o ensino fundamental será distribuída da seguinte forma:

- Observação e caracterização da realidade do campo de estágio através de diagnóstico sobre aspectos sócio-econômico-ambientais e pedagógicos da escola e da comunidade escolar, com o objetivo de formular um diagnóstico inicial do ensino fundamental – 15 (quinze) horas;
- Conhecimento do Projeto Político Pedagógico e da forma de gestão da escola - 10 (dez) horas;
- Análise das condições de ensino referente à estrutura física, livro didático, recursos audiovisuais e materiais, etc - 10 (dez) horas;
- Observação e participação nas aulas do professor colaborador – 20 (vinte) horas;



- Elaboração de Projetos Temáticos sobre a questão do ensino para aplicação dos mesmos no período posterior do Estágio - 20 (vinte) horas;
- Organização de oficinas pedagógicas desenvolvidas junto aos professores facilitadores e/ou multiplicadores da escola com objetivo de contribuir com elaboração teórica e construção de temáticas e/ou alternativas pedagógicas para o ensino da Geografia no nível fundamental – 15 (quinze) horas;
- Elaboração de relatório preliminar das atividades desenvolvidas no Estágio Supervisionado em Geografia I – 15 (quinze) horas.

A carga horária de 105 (cento e cinco) horas do Estágio Supervisionado em Geografia II para o ensino fundamental será distribuída da seguinte forma:

- Implementação dos Projetos Temáticos elaborados no período do estágio anterior - 20 (vinte) horas;
- Planejamentos das atividades a serem aplicadas ao longo da regência – 10 (dez) horas;
- Regência em sala de aula com a observação do professor colaborador e orientador de estágio - 40 (quarenta) horas;
- Participação em espaços não-escolares que desenvolvam trabalhos com a educação especial ou que realizem atividades correlacionadas a temáticas geográficas - 20 horas (vinte) horas;
- Produção e entrega de relatório final sobre o ensino de Geografia no ensino fundamental - 15 (quinze) horas.

A carga horária de 105 (cento e cinco) horas do Estágio Supervisionado em Geografia III para o ensino médio será distribuída da seguinte forma:

- Observação e caracterização da realidade do campo de estágio através de diagnóstico sobre aspectos sócio-econômico-ambientais e pedagógicos da escola e da comunidade escolar com o objetivo de formular um diagnóstico inicial do ensino médio - 20 (vinte) horas;
- Conhecimento do Projeto Pedagógico e da forma de gestão da escola – 10 (dez) horas;
- Análise das condições de ensino referente a estrutura física, livro didático, recursos audiovisuais, etc - 10 (dez) horas;
- Observação e participação nas aulas do professor colaborador – 20 (vinte) horas;



- Elaboração de Projetos Temáticos sobre a questão do ensino para aplicação no período posterior do Estágio. 25 (vinte e cinco) horas;
- Organização de oficinas pedagógicas desenvolvidas junto aos professores facilitadores e/ou multiplicadores da escola com objetivo de contribuir com elaboração teórica e construção de temáticas e/ou alternativas pedagógicas para o ensino da Geografia no nível fundamental – 20 (vinte) horas;

A carga horária de 90 horas no Estágio Supervisionado em Geografia IV para o ensino médio será distribuída da seguinte forma:

- Implementação dos Projetos Temáticos elaborados no período do estágio anterior. 20 (vinte) horas;
- Planejamentos das atividades a serem aplicadas ao longo da regência – 10 (dez) horas.
- Regência em sala de aula com a observação do professor colaborador e orientador de estágio - 40 (quarenta) horas)
- Elaboração do Relatório final de conclusão do Estágio Supervisionado no ensino médio - 20 (vinte) horas.

7.4 Atividades Complementares

Essas atividades deverão possibilitar uma formação mais flexível e enriquecedora aos alunos, pois representam vivências acadêmicas internas ou externas ao curso. As atividades complementares, segundo o Parecer CES/CNE 0146/2002 se orientam na perspectiva de “estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais” (p. 11).

Perfazem 200 horas e correspondem as atividades de Iniciação Científica; de Extensão; de Monitoria e de participação em programas na graduação, em seminários, encontros, congressos, simpósios, palestras, mini-cursos, mesas-redondas, conferências, colóquios e outros eventos de natureza científica. Serão realizados critérios de seleção e validação das atividades complementares, de tal forma que ao curso de Geografia ficará a responsabilidade de divulgar, organizar e fiscalizar o cumprimento das mesmas.

As horas práticas serão contabilizadas por meio de comprovação, por parte do aluno, com certificados de participação nos eventos acima descritos. Caso os documentos apresentados não especifiquem a quantidade de horas ocupadas, o Departamento de Geografia tomará como base para a totalização de horas os seguintes parâmetros:

QUADRO 03: Horas-aula contabilizadas para atividades complementares

ATIVIDADES	NATUREZA	NUMERO MAXIMO DE HORAS	
Iniciação à docência.	Atividades relacionadas à participação do aluno no Programa Institucional de Monitoria (PIM) como bolsista ou voluntário.	Até 60 horas (20 h por semestre)	
Iniciação à extensão.	Participação em projetos de extensão como bolsista ou voluntário.	20 h por semestre	
Iniciação científica (PIBIC/CNPQ)	Participação em projetos de pesquisa como bolsista ou voluntário.	20 h por semestre	
Trabalho publicado em periódicos ou em outros meios de divulgação.	Publicação de trabalhos científicos.	Artigo completo em revista indexada: 30 (trinta) horas. Artigo completo em revista virtual: 20 (vinte) horas. Trabalho completo em anais de evento: 10 (dez) horas. Resumo publicado em anais de evento: 10 (dez) horas. Artigo publicado em jornal: 05 (cinco) horas.	
Grupos de pesquisa.	Participação em grupos de pesquisa da UERN.	10 h por semestre	
Atividade curricular em comunidade (ACC).	Participação de atividade em comunidade coordenada por um professor da UERN.	20 h por semestre	
Vivência profissional. OBS.: É vedada a correlação com as horas-aula do Estágio Supervisionado.	Estágio profissional em instituições públicas, privadas e não-governamentais em áreas afins. (planejamento, gestão, meio ambiente e educação)	40 por semestre	
Eventos científicos	Tipo de evento	Número Máximo de Horas	
	Evento internacional em Geografia e áreas afins	Com apresentação de trabalho	30 horas
		Sem apresentação de trabalho	15 horas
	Evento nacional em Geografia ou áreas afins	Com apresentação de trabalho	20 horas
		Sem apresentação de trabalho	10 horas
	Evento regional em Geografia ou áreas afins	Com apresentação de trabalho	12 horas
		Sem apresentação de trabalho	06 horas
	Evento estadual em Geografia ou áreas afins	Com apresentação de trabalho	10 horas
		Sem apresentação de	05 horas

		trabalho		
	Evento local em Geografia ou áreas afins	Com apresentação de trabalho	10 horas	
		Sem apresentação de trabalho	05 horas	
	Participação em Palestras em Geografia ou áreas afins (ouvinte)	04 horas		

7.5 Trabalho de Conclusão de Curso

Com o objetivo de oportunizar aos alunos uma reflexão teórico-prática e de natureza científica, será exigido um Trabalho de Conclusão de Curso, sem o qual não será possível a obtenção do título de Licenciado em Geografia. Esse trabalho consistirá numa monografia, desenvolvida ao longo do curso e finalizada no último período do mesmo, quando refletirá o resultado dos momentos vivenciados pelos alunos na elaboração e implementação de projetos de pesquisa, ensino e extensão, bem como, a experiência em estágios supervisionados.

As disciplinas de *Metodologia do Trabalho Científico* e de *Orientação de Monografia em Geografia I e II*, computadas no total 180 de horas, contribuirão para a elaboração e conclusão do trabalho, que deverá ser avaliada em seção pública por uma comissão examinadora composta por três professores com título de, no mínimo, mestre. O presidente da comissão será o professor-orientador da monografia e a aprovação do graduando só se dará a partir da obtenção de uma nota igual ou superior a sete. Os critérios de elaboração do trabalho estão em anexo.

8 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular doravante apresentada objetiva superar o conjunto de discursos defasados e/ou práticas retrógradas que concebem os cursos de Licenciatura em Geografia como formadores de profissionais dedicados à mera reprodução do conhecimento, este último geralmente definido como a soma de conteúdos estáticos e mecanicamente fragmentados.

Em meio ao processo de reorganização do Projeto Político do Curso e com as novas e diferentes dinâmicas da complexa realidade nos dias atuais, é indispensável pensar esta organização curricular adequada à realidade em transformação e apontando para respostas compreensíveis no que concerne aquilo que se espera do aluno ao final do curso.

A Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior, afirma que esta carga horária deve ser efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas. Nessa integralização a articulação teoria-prática deve garantir, nos termos do seu projeto pedagógico, as seguintes dimensões dos componentes comuns: I – 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso; II – 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso; III – 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural; IV – 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

A carga horária total do Curso integraliza 3215 horas, das quais correspondem:

- - 2190 h a disciplinas do Núcleo básico;
- - 405 h ao Estágio Supervisionado;
- - 420 h a Prática como Componente Curricular;
- - 200 h a Atividades Complementares.

A matriz curricular do novo Projeto é pensada na perspectiva de formar um professor-pesquisador, de acordo com o que está preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Geografia. Sendo assim, a estrutura curricular apresenta três núcleos.

O primeiro é denominado **Núcleo Específico** e compreende os conteúdos referentes ao conhecimento geográfico propriamente dito.



O segundo é chamado de **Núcleo Complementar**, composto por um conjunto de conteúdos considerados necessários à aquisição do conhecimento geográfico e que podem ser oriundos de outras áreas do conhecimento, mas não excluem os de natureza específica da geografia.

Por fim, o terceiro núcleo, denominado **Núcleo de Opções Livres**. Este é composto de conteúdos a serem escolhidos pelo próprio aluno. Aqui se localizam as disciplinas optativas. Estas são colocadas à disposição do aluno pelo curso existindo, no corpo docente, professores aptos a ministrar os conteúdos específicos. O objetivo destas disciplinas é proporcionar ao aluno, uma vez solicitado ao Departamento do curso, conteúdos de aprofundamento que darão maior embasamento e amplitude em sua formação³. Entretanto, os créditos obtidos nestas disciplinas não poderão ser utilizados para a integralização curricular.

8.1 – Integralização curricular por eixos

Buscando propor eixos de integração que abordem a interface de pontos comuns, entendemos que a seleção de eixos temáticos no currículo da Licenciatura em Geografia deve se dar com base no objetivo da construção de um dado conhecimento, garantindo que os componentes curriculares possam ser mais bem articulados e aproveitados. Dessa forma teríamos:

- I. **Eixo temático de interpretação do espaço e de formação geral em Geografia** Compreendendo o conjunto de disciplinas obrigatórias à formação básica do licenciado em Geografia.

II. Eixo temático integrador da prática de ensino e estágio

Representando o conjunto de disciplinas que fundamentam a aprendizagem a partir de referenciais práticos, introduzidos em componentes curriculares ao longo do curso e organizados de tal forma que valorize a formação continuada através das muitas etapas da prática de ensino e do estágio.

III. Eixo temático de representação do espaço e análise metodológica

Tratando da representação espacial e da discussão metodológica, com o objetivo de orientar a iniciação à pesquisa na graduação e introduzir o

³ Para cursar uma disciplina optativa serão necessários, no mínimo, 10 alunos para que haja oferta.

uso de instrumentos e tecnologias, ensinando as técnicas auxiliares para a elucidação do espaço geográfico.

IV. Eixo temático complementar e de Formação Pedagógica Geral

Composto por disciplinas que ocupam o espaço de transição entre assuntos pedagógicos, científicos e humanísticos, enfocando as dimensões educacionais, psicológicas, sócio-históricas, epistemológicas e axiológicas do conhecimento humano, buscando contribuir para sensibilizar os alunos para conhecimentos de natureza mais geral e pedagógica, tentando analisar os problemas numa perspectiva multidimensional, considerando os diversos campos de saberes.

No que diz respeito às disciplinas e à divisão destas por eixos temáticos, teríamos:

QUADRO 04 - Eixo temático de interpretação do espaço e de formação geral em Geografia

DISCIPLINA	CODIGO	CR/CH
Epistemologia da Geografia	0703037-1	04 / 60
Geologia Geral	0703033-1	04 / 60
Geomorfologia Geral	0703041-1	04 / 60
Geografia Econômica	0703017-1	04 / 60
Geografia da população	0703008-1	04 / 60
Fundamentos de Climatologia	0703009-1	04 / 60
Organização do Espaço	0703020-1	04 / 60
Geografia Agrária	0703008-1	04 / 60
Geografia Urbana	0703007-1	04 / 60
Geografia Regional do Brasil	0703014-1	04 / 60
Geografia Política	0703045-1	04 / 60
Geografia Física do Brasil	0703044-1	04 / 60
Geografia do Mundo Contemporâneo	0703060-1	04 / 60
Geografia Do Nordeste	0703013-1	04 / 60
Hidrografia	0703011-1	04 / 60
Pedologia	0703025-1	04 / 60
Biogeografia	0703012-1	04 / 60

QUADRO 05 - Eixo Temático Integrador da Prática de Ensino e Estágio

DISCIPLINA	CODIGO	CR/CH
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia I	0703055-1	10 / 150
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia II	0703056-1	10 / 150
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia III	0703057-1	10 / 150
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia IV	0703058-1	09 / 135
Geografia e Ensino I	0703043-1	04 / 60
Geografia e Ensino II	0703046-1	04 / 60
ATIVIDADE	CÓDIGO	CR/CH
Oficina em Geografia Humana I	0703900-1	05 / 75
Oficina em Geografia Humana II	0703902-1	05 / 75

Oficina em Geografia Humana III	0703904-1	04 / 60
Oficina em Geografia Física I	0703901-1	05 / 75
Oficina em Geografia Física II	0703903-1	05 / 75
Oficina em Geografia Física III	0703905-1	04 / 60

QUADRO 06 - Eixo Temático de Representação do Espaço e Análise Metodológica

DISCIPLINA	CODIGO	CR/CH
Metodologia do Trabalho Científico	0703035-1	04 / 60
Cartografia Geral	0703002-1	04 / 60
Cartografia Temática	0703020-1	04 / 60
Orientação de Monografia	0703061-1	04 / 60
Monografia	0703062-1	04 / 60

QUADRO 07 - Eixo temático complementar e de formação pedagógica geral

DISCIPLINA	CODIGO	CR/CH
Estatística	0801024-1	04 / 60
Fundamentos de Filosofia	0702037-1	04 / 60
Sociologia Geral	0701043-1	04 / 60
Prática Desportiva I	0601041-1	02 / 30
Prática Desportiva II	0601042-1	02 / 30
Fundamentos da Educação	0301036-1	04 / 60
Psicologia da Educação	0301104-1	04 / 60
Didática	0301009-1	04 / 60
Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico	0301014-1	04 / 60
Língua Brasileira de Sinais	0401089-1	04 / 60
Geografia do Rio Grande do Norte	0703018-1	04 / 60
Introdução a Educação Ambiental	0703059-1	02 / 30

QUADRO 08 – Disciplinas Optativas

DISCIPLINA	CODIGO	CR/CH
Astronomia	0703048-1	04/60
Geografia das Indústrias e dos Serviços	0703004-1	04/60
Geografia Cultural	0703051-1	04/60
Geografia da América Latina	0703065-1	04/60
Geografia do Planejamento	0703024-1	04/60
Geografia do Trabalho	0703066-1	04/60
Geografia Regional	0703030-1	04/60
Geografia do Turismo	0703050-1	04/60
Geografia Física dos Continentes	0703063-1	04/60
Geoprocessamento	0703036-1	04/60
Oceanografia	0703064-1	04/60
Geografia dos Recursos Naturais	0703021-1	04/60
Sensoriamento Remoto	0703052-1	04/60
Bioclimatologia	0703049-1	04/60

8.2 – Organização da Matriz Curricular

O Curso de Geografia do Campus Central da UERN define o tempo de integralização curricular em 3215 horas, funcionando regularmente com no mínimo 04 (quatro) anos e no máximo 06 (seis) anos.

As disciplinas do núcleo básico encontram-se distribuídas em 08 (oito) períodos semestrais (quadro 07). As disciplinas do núcleo diversificado podem ser cursadas, de acordo com a opção do aluno, ao longo do tempo de permanência no Curso (quadro 08).

Ainda, no que tange às disciplinas e a divisão geral das disciplinas por semestres, teríamos:

QUADRO 09 — Distribuição das disciplinas por semestre

PRIMEIRO PERÍODO

DISCIPLINA	CODIGO	C.H.	CR	PRE-REQUISITO	DEPTO. ORIGEM
Epistemologia da Geografia	0703037-1	60	04	-	DGE
Geologia Geral	0703033-1	60	04	-	DGE
Estatística	0801024-1	60	04	-	DME
Fundamentos de Filosofia	0702037-1	60	04	-	DFI
Sociologia Geral	0701043-1	60	04	-	DCSP
TOTAL		300	20		

SEGUNDO PERÍODO

DISCIPLINA	CODIGO	C.H.	CR	PRE-REQUISITO	DEPTO. ORIGEM
Cartografia Geral	0703002-1	60	04	-	DGE
Geomorfologia Geral	0703041-1	60	04	Geologia Geral	DGE
Geografia Econômica	0703017-1	60	04	-	DGE
Metodologia do Trabalho Científico	0703035-1	60	04	-	DGE
Fundamentos da Educação	0301036-1	60	04	-	DE
TOTAL		300	20		

TERCEIRO PERÍODO

DISCIPLINA	CODIGO	C.H.	CR	PRÉ-REQUISITO	DEPTO. ORIGEM
Cartografia Temática	0703042-1	60	04	Cartografia Geral	DGE
Organização do Espaço	0703020-1	60	04	Epistemologia da Geografia	DGE
Fundamentos de Climatologia	0703009-1	60	04	-	DGE
Geografia da População	0703008-1	60	04	Geografia Econômica	DGE
Psicologia da Educação	0301104-1	60	04	-	DE
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR					
Oficina em Geografia Humana I	0703900-1	75	05	-	DGE
Oficina em Geografia Física I	0703901-1	75	05	-	DGE
TOTAL		450	30		

QUARTO PERÍODO

DISCIPLINA	CODIGO	C.H.	CR	PRE-REQUISITO	DEPTO. ORIGEM
Hidrografia	0703011-1	60	04	Geologia Geral	DGE
Geografia Agrária	0703010-1	60	04	Organização do Espaço	DGE
Geografia Urbana	0703007-1	60	04	Organização do Espaço	DGE
Pedologia	0703025-1	60	04	Geologia Geral	DGE
Didática	0301009-1	60	04	-	DE
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR					
Oficina em Geografia Humana II	0703902-1	75	05	-	DGE
Oficina em Geografia Física II	0703903-1	75	05	-	DGE
TOTAL		450	30		

QUINTO PERÍODO

DISCIPLINA	CODIGO	C.H.	CR	PRE-REQUISITO	DEPTO. ORIGEM
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia – I	0703055-1	150	10	Todas as disciplinas cursadas até o 4º período	DGE
Geografia Regional do Brasil	0703014-1	60	04	Epistemologia da Geografia	DGE
Biogeografia	0703027-1	60	04	-	DGE
Geografia e Ensino I	0703043-1	60	04	Epistemologia da Geografia e Didática	DGE
Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico	0301014-1	60	04	-	DGE
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR					
Oficina em Geografia Humana III	0703904-1	60	04	-	DGE
Oficina em Geografia Física III	0703905-1	60	04	-	DGE
TOTAL		510	34		

SEXTO PERÍODO

DISCIPLINA	CODIGO	C.H.	CR	PRE-REQUISITO	DEPTO. ORIGEM
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia - II	0703056-1	150	10	Orientação e Estágio em Geografia I	DGE
Geografia Política	0703045-1	60	04	Organização do Espaço	DGE
Geografia Física do Brasil	0703044-1	60	04	Geologia Geral	DGE
Geografia e Ensino II	0703046-1	60	04	Geografia e Ensino I	DGE
Língua Brasileira de Sinais	0401089-1	60	04	-	DLV
TOTAL		390	26		

SÉTIMO PERÍODO

DISCIPLINA	CODIGO	C.H.	CR	PRE-REQUISITO	DEPTO. ORIGEM
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia - III	0703057-1	150	10	Orientação e Estágio em Geografia I	DGE
Geografia do Mundo Contemporâneo	0703060-1	60	04	Geografia Econômica	DGE
Geografia do Nordeste	0703013-1	60	04	-	DGE
Geografia do Rio Grande do Norte	0703018-1	60	04	-	DGE
Orientação de Monografia	0703061-1	60	04	Todas as disciplinas cursadas até o 6º período	DGE
TOTAL		390	26		

OITAVO PERÍODO

DISCIPLINA	CODIGO	C.H.	CR	PRE-REQUISITO	DEPTO. ORIGEM
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia - IV	0703058-1	135	09	Orientação e Estágio em Geografia III	DGE
Introdução à Educação Ambiental	0703059-1	30	02	-	DGE
Monografia	0703062-1	60	04	Orientação de Monografia	DGE
TOTAL		225	15		

A distribuição de carga horária do curso de Geografia ocorrerá do seguinte modo:

Quadro 10: Distribuição de carga horária total para o curso de Geografia

CONTEUDOS	CARGA-HORARIA	CREDITOS
Disciplinas	2190	133
Prática como componente curricular	420	28
Estágio Supervisionado	405	27
Atividades acadêmico- científico-culturais	200	-
Carga-horária total	3215	188

8.3 – Plano de equivalência das disciplinas

A implantação do novo PPP dar-se-á processualmente substituindo o antigo e simultaneamente à implementação do PPP do CAMEAM-UERN. A seguir apresentamos os quadros que contém os planos de equivalências por disciplinas entre os projetos acima citados.

QUADRO 11 – Equivalência de Disciplinas entre os currículos proposto e antigo do Curso de Geografia do Campus Central - UERN

CURRÍCULO PROPOSTO			CURRÍCULO ANTIGO		
DISCIPLINA	CODIGO	CR/CH	DISCIPLINA	CODIGO	CR/CH
Epistemologia da Geografia	0703037-1	04/60	Introdução à Ciência Geográfica	0703001-1	04/60
Geologia Geral	0703033 -1	04/60	Fundamentos de Petrografia, Mineralogia e Geologia	0703003-1	04/60
Estatística	0801024 -1	04/60	Estatística	0801024-1	04/60
Fundamentos de Filosofia	0702037 -1	04/60	Fundamentos de Filosofia	0702037-1	04/60
Sociologia Geral	0701043 -1	04/60	Sociologia Geral	0701043-1	04/60
Cartografia Geral	0703002 -1	04/60	Cartografia Geral	0703002-1	04/60
Geomorfologia Geral	0703041-1	04/60	Fundamentos de Geomorfologia	0703005-1	04/60
Geografia Econômica	0703017-1	04/60	Geografia Econômica	0703017-1	04/60
Metodologia do Trabalho Científico	0703035 -1	04/60	Metodologia do Trabalho Científico	0703035-1	04/60
Fundamentos da Educação	0301036 -1	04/60	Fundamentos da Educação	0301036-1	04/60
Cartografia Temática	0703042 -1	04/60	Cartografia Topográfica e Aerofotogrametria	0703006-1	04/60
Geografia da população	0703008 -1	04/60	Geografia da população	0703008-1	04/60
Fundamentos de Climatologia	0703009 -1	04/60	Fundamentos de Climatologia	0703009-1	04/60
Organização do Espaço	0703020 -1	04/60	Organização do Espaço	0703020-1	04/60
Psicologia da Educação	0301104-1	04/60	Psicologia da Aprendizagem	0301018-1	04/60
Hidrografia	0703011-1	04/60	Hidrografia	0703011-1	04/60
Geografia Agrária	0703008 -1	04/60	Geografia da População	0703008-1	04/60
Geografia Urbana	0703007 -1	04/60	Geografia Urbana	0703007-1	04/60
Pedologia	0703025 -1	04/60	Pedologia	0703025-1	04/60
Didática	0301009 -1	04/60	Didática	0301009-1	04/60
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia – I	0703055-1	10/150	Prática do Ensino em Geografia I	0703023-1	10/150
Geografia Regional do Brasil	0703014 -1	04/60	Geografia Regional do Brasil	0703014-1	04/60
Biogeografia	0703027 -1	04/60	Biogeografia dos Ecossistemas	0703012-1	04/60
Geografia e Ensino I	0703043 -1	04/60	-	-	-
Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico	0301014 -1	04/60	Estrutura e Funcionamento Ensino Básico	0301014-1	04/60
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia - II	0703056-1	10/150	Prática do Ensino em Geografia II	0703026-1	10/150
Geografia Política	0703045 -1	04/60	-	-	04/60
Geografia Física do Brasil	0703044 -1	04/60	-	-	
Geografia e Ensino II	0703046 -1	04/60	-	-	

Língua Brasileira de Sinais	0401089 -1	04/60	-	-	
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia III	0703057-1	10/150	-	-	
Geografia do Mundo Contemporâneo	0703060-1	04/60	Geografia dos Países e Continentes	0703016-1	04/60
Geografia do Nordeste	0703013 -1	04/60	Geografia do Nordeste	0703013-1	04/60
Geografia do Rio Grande do Norte	0703018 -1	04/60	Geografia do Rio Grande do Norte	0703018-1	04/60
Orientação de Monografia	0703061-1	04/60	-	-	
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia - IV	0703058-1	09/135	-	-	
Introdução a Educação Ambiental	0703059 -1	02/30	-	-	
Monografia	0703062-1	04/60	-	-	

QUADRO 12 – Equivalência de Disciplinas entre os currículos propostos do Curso de Geografia do Campus Central e do CAMEAM - UERN

CURRÍCULO CAMPUS CENTRAL			CURRÍCULO CAMPUS PAU DOS FERROS		
DISCIPLINA	CODIGO	CR/CH	DISCIPLINA	CODIGO	CR/CH
Epistemologia da Geografia	0703037-1	04/60	Introdução à Ciência Geográfica	0703001-1	04/60
Geologia Geral	0703033 -1	04/60	Geologia Geral	0703033 -1	04/60
Fundamentos de Filosofia	0702037 -1	04/60	Fundamentos de Filosofia	0702037 -1	04/60
Sociologia Geral	0701043 -1	04/60	Sociologia Geral	0701043 -1	04/60
Cartografia Geral	0703002 -1	04/60	Cartografia Geral	0703002 -1	04/60
Geomorfologia Geral	0703041-1	04/60	Fundamentos de Geomorfologia	0703005-1	04/60
Geografia Econômica	0703017 -1	04/60	Geografia Econômica	0703017 -1	04/60
Metodologia do Trabalho Científico	0703035 -1	04/60	Metodologia do Trabalho Científico	0703035 -1	04/60
Fundamentos da Educação	0301036 -1	04/60	Fundamentos da Educação	0301036 -1	04/60
Cartografia Temática	0703042 -1	04/60	Cartografia Temática	0703042 -1	04/60
Geografia da população	0703008 -1	04/60	Geografia da população	0703008 -1	04/60
Fundamentos de Climatologia	0703009 -1	04/60	Fundamentos de Climatologia	0703009 -1	04/60
Organização do Espaço	0703020-1	04/60	Organização do Espaço	0703020-1	04/60
Psicologia da Educação	0301104-1	04/60	Psicologia da Educação	0301104-1	04/60
Hidrografia	0703011-1	04/60	Hidrografia	0703011-1	04/60
Geografia Agrária	0703008-1	04/60	Geografia Agrária	0703008-1	04/60
Geografia Urbana	0703007-1	04/60	Geografia Urbana	0703007-1	04/60
Pedologia	0703025-1	04/60	Pedologia	0703025-1	04/60
Didática	0301009-1	04/60	Didática	0301009-1	04/60
Orientação e Estágio Supervisionado em	0703055-1	10/150	Orientação de Estágio em		03/45

Geografia – I			Geografia I		
Geografia Regional do Brasil	0703014-1	04/60	Geografia Regional do Brasil	0703014-1	04/60
Biogeografia	0703027-1	04/60	Biogeografia	0703027-1	04/60
Geografia e Ensino I	0703043-1	04/60	Geografia e Ensino I	0703043-1	---
Organização da Educação Brasileira	0301039-1	04/60	Organização da Educação Brasileira	0301039-1	04/60
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia - II	0703056-1	10/150	Orientação de Estágio em Geografia II		03/45
Geografia Política	0703045-1	04/60	Geografia Política	0703045-1	04/60
Geografia Física do Brasil	0703044-1	04/60	Geografia Física do Brasil	0703044-1	04/60
Geografia e Ensino II	0703046-1	04/60	Geografia e Ensino II	0703046-1	04/60
Língua Brasileira de Sinais	0401089-1	04/60	Língua Brasileira de Sinais.	0401089-1	04/60
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia - III	0703057-1	10/150	Orientação de Estágio em Geografia III		03/45
Geografia do Mundo Contemporâneo	0703060-1	04/60	Geografia Regional do Mundo	0703047-1	04/60
Geografia do Nordeste	0703013-1	04/60	Geografia do Nordeste	0703013-1	04/60
Geografia do Rio Grande do Norte	0703018-1	04/60	Geografia do Rio Grande do Norte	0703018-1	04/60
Orientação de Monografia	0703061-1	04/60	T.C.C. I	0703067-1	04/60
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia - IV	0703058-1	09/135	Orientação de estágio em Geografia IV		03/45
Introdução à Educação Ambiental	0703059-1	02/30	Introdução à Educação Ambiental	0703059-1	02/30
Monografia	0703062-1	04/60	T.C.C. II	0703068-1	04/60

QUADRO 13 – Equivalência de Disciplinas entre o currículo propostos do Curso de Geografia do Campus Central 2026.1 e currículo do Curso de Geografia do Campus Central 2021.1

CURRÍCULO 2006.1			CURRÍCULO 2021.1		
DISCIPLINA	CODIGO	CR/CH	DISCIPLINA	CODIGO	CR/CH
MONOGRAFIA	MGE0058	04/60	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 2 (TCC 2)	MGE0204	04/60

8.3.1 – NORMAS DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR E RESPECTIVA VIGÊNCIA

O presente projeto entrou em funcionamento a partir do semestre letivo 2006.1, com os alunos que se encontravam, naquele momento, no primeiro e segundo períodos (estando nivelados ou não). O processo ocorreu no ato da matrícula, sendo o aluno devidamente comunicado pelos Orientadores Acadêmicos da alteração e esclarecido sobre quaisquer dúvidas.

A partir de então o curso de Geografia passou a funcionar com dois currículos. Para os alunos que se encontravam fora dos 1º e 2º períodos (portando, do 3º ao 8º) foram oferecidas duas possibilidades.

A primeira seria a de manter-se no currículo antigo, tendo o Departamento de Geografia assumido o compromisso de ofertar as disciplinas do mesmo até o semestre letivo de

2008.2, momento em que se encerrarão as ofertas de suas disciplinas. Posterior a isso, no caso de alunos que não tenham conseguido concluir o curso, ter-se-á duas possibilidades:

1. O Departamento de Geografia oferecerá disciplinas do antigo currículo em caráter especial, desde que haja demanda por parte dos alunos (no mínimo 5) e disponibilidade no quadro docente do curso para ministrar aquelas requeridas;
2. O aluno deverá informar-se junto ao Departamento se existe equivalência entre as disciplinas ainda não cursadas por ele no currículo antigo e as oferecidas pelo currículo novo. Havendo equivalências, o aluno poderá cursar as disciplinas desde que já tenha cumprido, no mínimo, 75% do curso.

2.1 Para os alunos que não tenham cursado o equivalente a 75% do curso e, portanto, estejam desnivelados, o Departamento, por meio de seus Orientadores Acadêmicos, deverá orientá-los à migração obrigatória para o currículo novo. Nesse caso, o aluno deverá cumprir toda a carga horária exigida por este e, havendo possibilidades, aproveitando disciplinas do antigo fluxo.

A segunda possibilidade ofertada aos alunos que se encontravam, no ano de 2006, fora dos primeiro e segundo períodos, é a migração espontânea para o novo currículo. Para isso, o aluno deverá procurar, no ato da matrícula, o Orientador Acadêmico e informá-lo do seu desejo, registrando em documento assinado por ambas as partes, da decisão de migração espontânea. O aluno que optar por esta possibilidade deverá ficar ciente da obrigação de submeter-se a todas as demandas do Projeto Pedagógico então vigente.



8.4 – EMENTAS DE DISCIPLINAS E ATIVIDADES PRÁTICAS

PRIMEIRO PERÍODO

Disciplina: Geologia Geral

Ementa: O Estudo geológico. Origem, localização e características gerais da Terra. Estrutura interna da Terra. Tempo geológico. Minerais e rochas. Dinâmica interna. Dinâmica externa.

BIBLIOGRAFIA:

GUERRA, Antônio Texeira; GUERRA, Antônio José. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 652p.

JATOBÁ, Lucivânio. **Contribuição ao ensino de geografia física**. Natal: UFRN, 1994. 47p. (Coleção Mossoroense, série B, n.1.267).

LEINZ, Victor; AMARAL, Sérgio Stanislau. **Geologia geral**. 13.ed. (rev. e atual.). São Paulo: Editora Nacional, 1998. 400p.

NEVES, Paulo César Pereira das.; SCHENATO, Flávia; BACHI, Flávio Antônio. **Introdução à mineralogia prática**. Rio Grande do Sul: Canoas: Ed. ULBRA, 2003. 256p.

POPP, José Henrique. **Geologia geral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998. 376p.

PRESS, Frank *et al.* **Para entender a Terra**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 656p.

SALGADO-LABOURIAU, Maria Lea. **História geológica da Terra**. 2ª. Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1998. 308p.

SGARBI, Geraldo Noberto Chaves. **Prática de geologia introdutória**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1987. 150p.

TEIXEIRA, Wilson *et al.* (orgs.). **Decifrando a Terra**. São Paulo: USP/Oficina de Textos, 2000. Reimpressão 2001. 568p.

WEINER, J. **Planeta terra**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

Disciplina: Fundamentos de Filosofia

Ementa: Origem e caracterização da filosofia. Evolução histórica da filosofia. Elementos fundamentais da construção do conhecimento filosófico. Teorias e correntes filosóficas.

BIBLIOGRAFIA:

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 5ed, São Paulo: Ática, 1996.

GALLO, Sílvio. **Ética e cidadania**: Caminhos da Filosofia. 8 ed., Campinas: Papirus, 2001.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein, 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **Iniciação à História da Filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein, 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril, 1974 (Coleção “Os Pensadores”).



Disciplina: Sociologia Geral

Ementa: Conceito e Método da Sociologia. Objeto da Sociologia: as formações sociais. Evolução do pensamento sociológico. Estrutura e estratificação social. Contradições e conflitos sociais. Relações da Sociologia com a Geografia. A concepção de sociedade nos clássicos da sociologia: Max Weber. Karl Marx e Émile Durkheim.

BIBLIOGRAFIA:

CHINOY, Ely. **Sociedade: Uma Introdução a Sociologia**. 19ª Edição, São Paulo, Ed. Cultry, 1993

FERNANDES, Florestan. **Elementos da Sociologia Teórica**. São Paulo: Nacional, 1970.

FORACH, Marialice M. E. Martins, José de Souza. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. 6ed., São Paulo: Atlas, 1982.

MARTINS, Ceulos Benedito. **O que é Sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

WEBER, Marx. Coleção Grandes Cientistas Sociais. **Temas sobre sociologia (Introdução)**. São Paulo: Ática, 1979.

Disciplina: Epistemologia da Geografia

Ementa: O surgimento da Geografia enquanto ciência. As bases filosóficas e o processo de sistematização da geografia científica. Saber geográfico e Sociedade. As escolas do pensamento geográfico e as discussões sobre objeto (s), método (s). Principais paradigmas da ciência geográfica. Categorias e conceitos básicos em Geografia.

BIBLIOGRAFIA:

ANDRADE, M.C. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. Recife: EDUFPE, 2006.

CAPEL, Horácio. **Filosofia y Ciencia en la Geografia Contemporânea**. Barcelona, 1981.

CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985.

GOMES, P.C.C. **Geografia e modernidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Orgs.). **Epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba, UFPR, 2002.

MORAES, A.C.R. **Geografia: pequena história crítica**. 17 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, R. **A gênese da geografia moderna**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____. **O Que é Geografia?**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 2ª ed. São Paulo, HUCITEC, 1980.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1998.

Disciplina: Estatística

Ementa: Noções Fundamentais da Estatística. Distribuição de Frequência. Medidas de Tendência Central. Medidas de Dispersão. Teoria Elementar da Probabilidade.

BIBLIOGRAFIA:

LEVIN, Jack; FOX, James Alan. **Estatística para ciências humanas**. 9ed. São Paulo: Markon Books, 2004.

MANN, Pren S. **Introdução à estatística**. São Paulo: LTC, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística geral e aplicada**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade; FONSECA, Jairo Simon da. **Curso de estatística**. 6ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SPIEGEL, Murray Ralph. Probabilidade e estatística. São Paulo: Markon Books, 2001. (Coleção Schaw).

SEGUNDO PERÍODO

Disciplina: Cartografia Geral

Ementa: Introdução à Cartografia: Definição e Classificação; Representação da superfície da terra: Forma, dimensões, escala sistema de projeção, rede geográfica, latitude e longitude, Sistema UTM, fusos horários, ampliação e redução de mapas; Linguagem Cartográfica: Simbologia, leitura, interpretação e elaboração de cartas. Cartografia e ensino de Geografia.

BIBLIOGRAFIA:

DUARTE, P. S. **Fundamentos de cartografia**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

OLIVEIRA, CÉURIO DE. **Curso de cartografia moderna**, Fundação IBGE, 1988.

_____. **Dicionário Cartográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

IBGE. **Manual Técnico de Noções Básicas de Cartografia**. Rio de Janeiro: IBE, 1989.

JOLY, Fernand. **A Cartografia**. Tradução por Tânia Pellegrini. Campinas, SP : Papirus, 1990.

Disciplina: Geomorfologia Geral

Ementa: Natureza e histórico da Geomorfologia. Teorias geomorfológicas. O sistema geomorfológico e a classificação do relevo. Processos endógenos e relevo derivado. Vertentes. Processos exógenos e relevo derivado. Estruturas de impacto.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, A. A. A Teoria geomorfológica e sua edificação: análise crítica. **Revista Brasileira de Geomorfologia**. Uberlândia, v.4, n.2, p.51-67, 2003.

BIGARELLA, João José; BECKER, Dora Rosemari; SANTOS, Gilberto Friedreich dos Santos; SUGUIO, Kenitiro. **Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994. V.1. (p.1 -429).

BIGARELLA, João José; BECKER, Dora Rosemari; PASSOS, Everton. **Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996. V.2. (p.430 -876).

CASSETI, Valter. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991. 148p. (Coleção ensaios).

_____. **Elementos de geomorfologia**. Goiânia: Editora da UFG, 1994. 137p.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Geomorfologia**. São Paulo: Edgar Blucher, 2.ed, 1980. 164p.

CUNHA, Sandra Baptista da.; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 346.p.

GUERRA, Antônio Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista (orgs.). **Geomorfologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 396p.

_____. **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 472 p.

PENTEADO, M. M. **Fundamentos de geomorfologia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

ROSS, Jurandir Luciano Sanches. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1997. 88p. (Repensando a Geografia)

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Terra: feições ilustradas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 264p.

Disciplina: Geografia Econômica

Ementa: Economia e espaço. Teoria Econômica e Geografia Humana. Modos de produção e formações sócio-espaciais. Divisão Internacional do Trabalho e a formação do mercado global. O Brasil no contexto mundial da Reestruturação Produtiva. As dimensões da sustentabilidade do desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA:

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e terra, 1999 p 39-66.

MARTIN, R. Teoria econômica e geografia humana In GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (orgs) **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 6ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAGO, L.M.; MOREIRA, E.F.P. **O que é Taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico

Ementa: Ciência e natureza do método científico. A produção do conhecimento científico e os campos disciplinares. Diferentes abordagens metodológicas em trabalhos científicos. Linguagem, redação, apresentação e normalização. Pressupostos metodológicos da pesquisa científica. Ciência, ética, ideologia e produção intelectual. A pesquisa social e seus objetivos e métodos.

Artigo I. BIBLIOGRAFIA:

ABNT. NBR 10520/2002 – **Citações em documentos** - Apresentação. Rio de Janeiro: 2002.

ABNT. NBR 6023/2002 – **Referências - Elaboração**. Rio de Janeiro: 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos da metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Disciplina: Fundamentos de Educação

Ementa: Análise da relação entre educação e sociedade, compreendendo historicamente a instituição escolar como componente social, considerando o contexto político educacional e as especificidades do ensino.

BIBLIOGRAFIA:

ALVES, Nilda (org.). **Formação de professores** : pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Questões da nossa época; v. 1).
BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **O Que é educação** . São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção primeiros passos).
BRANDÃO. Zaia (org.). **A Crise dos paradigmas e a educação**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção questões da nossa época).
CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
GARCIA, Regina Leite. **A Educação escolar na virada do século**. In: COSTA, Marisa Volrator (org.) Escola Básica na virada do século: cultura, política e currículo. São Paulo: Cortez, 1996.
SILVA, Tomaz Tadeu da. **O Que produz e o que reproduz em educação** . Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

TERCEIRO PERÍODO

Disciplina: Cartografia Temática

Ementa: Fundamentos da cartografia temática; variáveis visuais; a linguagem cartográfica; métodos de representação da cartografia temática e tradução gráfica de quantidades; cartografia digital.

(a) BIBLIOGRAFIA:

CARVALHO, E. **Os cartogramas temáticos e sua utilização pela Geografia**. Natal: UFRN –Coleção sala de aula, 12,1990. 65p.
DUARTE, Paulo Araújo. **Cartografia Básica**. Florianópolis – UFSC 2ª Edição 1988, 181p.
JOLY, F. - **A Cartografia** Tradução Tânia Pellegrin. Editora Papirus 1990 – SP 136p
(i) LIBAUT, André. **Geocartografia** De Nacional – EDUSP, São Paulo 1975.
RAMOS, Cristiane da Silva -**Visualização cartográfica e cartografia** multimídia editora UNESP 2005.
OLIVEIRA, Céurio de, **Curso de Cartografia Moderna** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 1987
SOUKUP, João. **Ensaio Cartográficos** São Paulo, Revista dos Tribunais, 1966.
MARTINELLI, Marcello. **Curso de Cartografia Temática** Ed. Contexto São Paulo 1991.

174p.



Disciplina: Organização do Espaço

Ementa: Abordagens teórico-metodológicas sobre a organização do espaço. Formação socioespacial. Processos e práticas socioespaciais. Região e organização espacial. Espaço e lugar. Espaço e paisagem. Espaço e poder. Espaço, território e territorialidades.

BIBLIOGRAFIA:

- CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CORRÊA, R.L. **Trajetórias geográficas**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**, São Paulo, Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SOJA, E.W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- TUAN, I-Y. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1981.
-

Disciplina: Fundamentos de Climatologia

Ementa: O estudo do clima. Origem, estrutura, características físico-químicas e importância da atmosfera terrestre. Tempo e clima. Mecanismo do clima. Elementos formadores do clima. Instrumental meteorológico. Classificações climáticas e climas regionais. Variações e mudanças climáticas. Humanidade e atmosfera.

BIBLIOGRAFIA:

- AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 332p.
- BRASIL. Diretoria de Hidrografia e Navegação. **Manual do observador meteorológico**. Rio de Janeiro, 1992.
- FERREIRA, Arthur Gonçalves. **Meteorologia prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. 188p.
- FORSYTH, A. G. **Previsão do tempo e clima**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1975. 160p. (Prisma - O Conhecimento em Cores).
- FOUCAULT, Alain. **O Clima: história e devir do meio terrestre**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. 304p. (Perspectivas Ecológicas)
- GOODY, R. M. e WALKER, J. C. G. **Atmosferas planetárias**. São Paulo: Edgar Blucher, 1996. 140p. (Série Textos Básicos em Geociências).
- MONTEIRO, Carlos A. de Figueiredo; MENDONÇA, Francisco. **Clima urbano**. São Paulo: Contexto, 2003. 192p.
- MENDONÇA, Francisco; DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. 206p.
- NIMER, E. **Climatologia do Brasil**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 422p. il.
- VIANELLO, R. I. e ALVES, A. R. **Meteorologia básica e aplicações**. Viçosa, MG: UFV/Imprensa Universitária, 1991.
-



Disciplina: Geografia da População

Ementa: População e Geografia. Aspectos teóricos e metodológicos da Geografia da População. Teorias Demográficas. Políticas e Projeções demográficas. Dinâmica populacional e Globalização. Mobilidade espacial da população. População, desenvolvimento e meio ambiente.

BIBLIOGRAFIA:

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia da População**. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1971.
 BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, conceitos. In. CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. (Orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
 COSTA, Heloísa; TORRES, Haroldo (Orgs.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: SENAC, 2000.
 DAMIANI, A. **População e geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
 GEORGE, Pierre. **Geografia da População**. São Paulo, Difel, 1971.
 MARTINS, J.S. **Não há terra para plantar neste verão**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
 MCDONOUGH, P.; SOUZA, A. **A política de população no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
 SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. São Paulo: CEBRAP, 1970.
 ZELINSKY, W. **Introdução à geografia da população**. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

Disciplina: Psicologia da Educação

Ementa: O processo de construção de conhecimentos escolares. Os papéis do professor e dos alunos no processo ensino-aprendizagem. A avaliação da aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

COLL, César (Org). **Psicologia da aprendizagem no Ensino Médio**. Porto Alegre: Artmed, 2003, p. 103-135.
 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
 MATUÍ, Jirón. **Construtivismo: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino**. São Paulo, Moderna, 1995. p. 218-135.
 MOREIRA, M. Antonio. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999, p. 95-106.
 POZZO, Juan I. **A Solução de Problemas: aprender a resolver, resolver para aprender**. Porto Alegre, Artmed, 1998, p. 87-89; 139-166.
 ROSA, Sanny S. **Construtivismo e Mudanças**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 32-53.

QUARTO PERÍODO

Disciplina: Hidrografia

Ementa: Introdução à Hidrografia. Propriedades, classificação e importância da água. Hidrosfera: origem, abrangência, subdivisões e dinâmica. Águas continentais superficiais. Água subterrânea. Mares e oceanos. Poluição da água. Água e geopolítica. Gestão dos recursos hídricos.

BIBLIOGRAFIA:

- BÉGUERY, Michel. **A Exploração dos oceanos: a economia do futuro**. São Paulo: Difel, 1979. 138p.
- BROWN, Geoff *et al.* **Os Recursos físicos da Terra. Bloco 4 Parte 1 – recursos hídricos**. Trad. Álvaro P. Crósta. Campinas, SP: The Open University/Editora da UNICAMP, 2000. 150p. (Série Manuais).
- CALIXTO, Robson José. **Poluição marinha: origens e gestão**. Brasília: W. D. Ambiental, 2000. 240p.
- CLARKE, Robin; KING, Jannet. **O Atlas da água – mapeamento completo do recurso mais precioso do planeta**. São Paulo: Publifolha, 2005. 128p.
- FREITAS, M. A. V. (coord.). **Introdução ao gerenciamento dos recursos hídricos**. 3 ed. Brasília: ANEL, ANA, 2005.
- MINSTER, Jean-François. **Os Oceanos**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. 140p.
- REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 2ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. 704p.
- SCHMIEGELOW, João Miragaia M. **O Planeta azul: uma introdução às ciências marinhas**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. 202p.
- SOUSA, N. L. *et al.* **Hidrologia básica**. São Paulo: Edgard Blucher, 1976. 278p.
- TEIXEIRA, Wilson *et al.* (orgs.). **Decifrando a Terra**. São Paulo: USP/Oficina de Textos, 2000. Reimpressão 2001. 568p.
- VILLIERS, Marq de. **Água**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. 408p.
-

Disciplina: Geografia Agrária

Ementa: A Geografia Agrária no contexto da Geografia Humana. Questão agrária e questão agrícola. Elementos da organização do espaço Agrário. A atividade agropecuária no espaço produtivo mundial. Formação da estrutura fundiária brasileira. Modernização da agricultura. Reforma agrária, relações de trabalho e movimentos sociais no campo. O agronegócio e a pequena produção camponesa. O campesinato e a agricultura familiar. A questão agrária e o meio ambiente.

BIBLIOGRAFIA:

- ANDRADE, M.C. **A terra e o homem no nordeste**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BERGAMASCO, S.M; NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- FERNANDES, B.M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- FERNANDES, B.M. **MST, formação e territorialização**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J **O que é questão agrária?** São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 1993.
- GUIMARÃES, A.P. **Quatro séculos de latifúndio**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MARTINS, J.S. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- OLIVEIRA, A.U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988.
- Brasil**. Brasília: NEAD/CNDRS/MDA, Editorial Abaré, 2002.
- STÉDILE, J. P. (Coord.) **A questão agrária hoje**. 3ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
-



Disciplina: Geografia Urbana

Ementa: Abordagens teórico-metodológicas sobre o espaço urbano. Análise do fenômeno urbano. O processo histórico de produção do espaço urbano. Urbanização e industrialização. Espaço intra-urbano. A cidade no período técnico-científico informacional. Rede urbana, metropolização e hierarquia urbana. Problemas sócio-ambientais urbanos. Dimensões do planejamento e gestão urbanos. Aspectos da urbanização brasileira.

BIBLIOGRAFIA:

CARLOS, A.F.A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia),
 CARLOS, A.F.A. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto, 1997. (Coleção Repensando a Geografia).
 CORRÊA, R.L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1994.
 CORRÊA, R.L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1992. (Série Princípios).
 LEFÉBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.
 SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.
 SOUZA, M.L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
 SPOSITO, M.E. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000.

Disciplina: Pedologia

Ementa: O estudo científico do solo. Conceito de solo. Formação do solo. Constituição, perfil e morfologia do solo. Diagnóstico dos solos. Classificação de solos. Utilização, degradação e conservação do solo.

BIBLIOGRAFIA:

BRADY, N. C. **Natureza e propriedade dos solos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1983. 647p.
 EMBRAPA. Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos. **Manual de métodos de análise de solo**. Rio de Janeiro: EMBRAPA-SNLC, 1999.
 MONIZ, A. C. (Coord.). **Elementos de pedologia**. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1975. 460p.
 OLIVEIRA, J. B. **Pedologia aplicada**. Jaboticabal, SP: FUNEP, 2001. 414p.
 OLIVEIRA, João Bertoldo de; JACOMINE, Paulo Klinger T.; CAMARGO, Marcelo Nunes. **Classes gerais de solos do Brasil: guia auxiliar para seus reconhecimento**. 2 ed. Jaboticabal, SP: FUNEP, 1992. 201p.
 PRADO, H. do. **A Pedologia simplificada**. 2 ed. Piracicaba, SP: POTAFOS, 1995. 16p.
 _____. **Manual de classificação de solos do Brasil**. 2. ed. Jaboticabal, SP: FUNEP, 1995. 197p.
 RESENDE, Mauro. **Pedologia**. Viçosa, MG: UFV-Imprensa Universitária, 1995. 100p.
 RESENDE, Mauro *et al.* **Pedologia: base para a distinção de ambientes**. 3 ed. Viçosa, MG: NEPUT/UFV, 1999. 338p.b
 RISER, Jean. **Erosão e paisagens naturais**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. 128p. (Biblioteca básica de ciência e cultura, 64).
 TRICART, Jean. As relações entre a morfogênese e a pedogênese. **Notícia geomorfológica**. Campinas, v.8, n.15, p.5-18, jun. 1968.



Disciplina: Didática

Ementa: Conceito, divisão e objeto de estudo da Didática. O papel social da Didática no processo ensino-aprendizagem e a prática pedagógica. Novos espaços e Novas aprendizagens da educação formal e não Formal. Novas subjetividades e os desafios didático-pedagógicos. Planejamento de ensino, organização, execução e avaliação do processo ensino aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

CANDAU, Maria Vera (org). **A Didática em questão**. 17ª ed. Petrópolis/RJ. Vozes, 1999.
 CANDAU, Maria Vera (org). **Rumo a uma nova didática**. 15ª ed. Petrópolis/RJ. Vozes, 2003.
 HAYDAT, Regina Célia Cazaux. **Curso de didática geral**. 2ª ed. São Paulo. Ática, 1995.
 HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre. Mediação, 2002.
 LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 23ª ed. São Paulo. Cortez, 2004.
 LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 4ª. ed Goiânia. Alternativa, 2001.
 MASETTO, Marcos T. **Didática: a aula como centro**. 4ª ed. São Paulo. FTD, 1997

QUINTO PERÍODO

Disciplina: Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia - I

Ementa: O estágio como atividade de ensino-aprendizagem. Orientação do planejamento e da execução do estágio nas respectivas unidades escolares. Legislação e ensino de geografia. Ensino de geografia e programas especiais. O planejamento em Geografia no ensino fundamental: conteúdos e práticas. Os Parâmetros Curriculares e a geografia no ensino fundamental. A questão do livro didático de geografia no ensino fundamental.

BIBLIOGRAFIA:

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. In: **Cad. CEDES v.25 n.66** Campinas maio/ago. 2005.
 CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, Papirus, 1998. (capítulos 1, 3 e 4).
 CONGRESSO NACIONAL. **Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional**. Lei n. 9394/97. Brasília, 1997.
 MEC. PCN's – **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia e História. Ensino fundamental e médio**. Brasília, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1998 e 1999.
 MENEGOLLA, M & SANT'ANNA M I. **Por que planejar? Como Planejar?** Currículo –Área - Aula. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.
 RESENDE, M. S. **A Geografia do aluno trabalhador**. S.Paulo, Loyola, 1986.
 VESENTINI, J.W. O novo papel da Escola e do Ensino da Geografia na época da Terceira Revolução Industrial. In: **Terra Livre**, São Paulo, AGB, 1996, n.11-12, julho de 1996, pp.209-224.
 CALLAI, Helena Copetti. **A Formação do profissional da geografia**. Ijuí, SC: Unijuí, 1999.

Disciplina: Geografia Regional do Brasil

Ementa: Geografia e região. Formação territorial do Brasil. Divisão regional e organização político-administrativa brasileira. Reestruturação econômica e mudanças na estrutura regional. Região e globalização: integração e fragmentação.

BIBLIOGRAFIA:

- ARAÚJO, T.B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revam/Fase, 2000.
- BECKER, B.; EGLER, C. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CASTRO, I.E. Nordeste: o mito da regionalização. In: CASTRO, I.E. et al. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- CASTRO, I. E. et al. **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- CASTRO, I.E. et al. **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- COSTA, W. M da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo, contexto, 1988.
- CORREA, R.L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 18ª ed. São Paulo, Ed.Nacional, 1982.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
-

Disciplina: Biogeografia

Ementa: A Biogeografia e as teorias biogeográficas. A Biosfera. Biodiversidade . Distribuição dos seres vivos. Territórios biogeográfico. Biomas. Estudo biogeográfico da vegetação. Ecologia e biogeografia humanas. Degradação da Biosfera. Áreas naturais protegidas.

BIBLIOGRAFIA:

- BROWN, J. H. ; LOMOLINO, M. V. **Biogeografia**. 2 ed. Brasília: FUNPEC, 2006.
- CABRERA, A. L.; WILLINK, A. **Biogeografia da América Latina**. 2ª. ed. Washington, OEA, 1980.
- COURTIS, Helena. **Biologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogam, 1977. 694p.
- FRONTIER, Serge. **Os Ecossistemas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. 154p.
- HARE, Tony. **Mundos naturais**. Barcelona: Blume.1995. 142p.
- KUHLMANN, E. Curso de biogeografia. **Boletim Geográfico**. 236:74-117, 1973.
- LACOSTE, A; SALANON, R. **Biogeografia**. 3ª. ed. Barcelona: Oikos-Tau, 1981. 240p.
- LAMY, Michel. **A Biosfera**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. 144p.
- LÉVÊQUE, Christian. **A Biodiversidade**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. 246p.
- MARTINS, Celso. **Biogeografia e ecologia**. 5 ed. São Paulo: Nobel, 1985. reimpr. 2000. 116p.
- ODUM, Eugene P. **Fundamentos de ecologia**. 7ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 928p.
- PASSOS, Messias Modesto dos. **Biogeografia e paisagem**. Maringá, PR: Programa de Mestrado-Doutorado em Geografia – FCT-UNESP/Campus Presidente Prudente – SP. Programa de Mestrado em Geografia – UEM. 1988.
- _____. **Biogeografia e meio ambiente**. 7ª. ed. Rio Claro, SP: Independente, 2006. 206p.
- WILSON, E. O. (Org.). **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 658p.
-



Disciplina: Geografia e Ensino I

Ementa: A história do ensino e da formação de professores de Geografia no Brasil. A função social e ideológica da Geografia na escola. Diretrizes Curriculares e os conteúdos de ensino de Geografia na Educação Básica. As concepções de ensino-aprendizagem no ensino Tradicional de Geografia e as perspectivas de uma Geografia escolar renovada e crítica. As diversas linguagens no ensino da Geografia. Planejamento de atividades e materiais didático-pedagógicos.

BIBLIOGRAFIA:

CARLOS, Ana Fani A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de (Orgs.). **Reformas no mundo da educação: Parâmetros Curriculares e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002

_____. Preposições metodológicas para a construção dos conceitos geográficos no ensino escolar. In: CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, Papirus, 1998.

LACOSTE, Yves. **A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**.

Campinas, Papirus, 1988, capítulos selecionados, pp.21-35, pp.53-58 e pp.189-195.

MORAES, Antônio Carlos Robert de (2000). Geografia e Ideologia nos Currículos do 1º

grau. In Barreto, Elba S. S. (org.). **Os currículos do ensino fundamental para as escolas escolas brasileiras**.

ROCHA Genylton Odilon Rêgo Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil **Terra Livre**, São Paulo, AGB, 2000, n.15.

VLACH, Vânia Rúbia Farias. O ensino de geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In:

In: VESENTINI, José. William. **O ensino de geografia no século XXI**. Campinas:

Papirus, 2004.

Disciplina: Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico

Ementa: Análise do sistema educacional brasileiro do ponto de vista legal, político e econômico, numa dimensão histórico-social, objetivando subsidiar a compreensão da organização do ensino básico.

BIBLIOGRAFIA:

BREZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo, Cortez, 1997.

_____. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. São Paulo, Autores Associados, 1995.

CNTE: Plano Nacional de Educação. **A Proposta da sociedade brasileira**. Belo Horizonte, 1997.

GARCIA, Regina L. A educação escolar na virada do século. In: COSTA, Marisa V. **Escola básica na virada do século: cultura, política e educação**. São Paulo, Cortez, 1996.

KUENZER, Acácia. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo, Cortez, 1997.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Projeto de Lei Nº--/98. **Plano Nacional de Educação**. Proposta do Poder Executivo.

RIBEIRO, Maria Luísa S. **Historia da educação brasileira**. São Paulo, Autores associados, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas**. São Paulo, Autores Associados, 1997.

SILVA, Eurides B. **A Educação básica pós-LDB**. São Paulo, Pioneira, 1998.

SEXTO PERÍODO

Disciplina: Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia - II

Ementa: Orientação do planejamento e da execução do estágio nas respectivas unidades escolares. Projeto político-pedagógico escolar e a geografia: conteúdos e práticas. Os currículos escolares e a geografia: pensando sujeitos, saberes e culturas. Os temas transversais e a Geografia no ensino fundamental. Orientação sobre a execução de projetos de ensino em Geografia na escola. Orientação da regência em sala de aula. Preparação de relatório com a apresentação das atividades desenvolvidas em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA:

CALLAI, H.C. e Outros. **Geografia em sala de aula. Práticas e reflexões.** Porto Alegre, FAURGS, 1999.

CARLOS, Ana F. A. e OLIVEIRA, Ariovaldo U. de (orgs.) (1999). **Reformas no mundo da educação – parâmetros curriculares e geografia.** São Paulo: Ed. Contexto.

CALLAI, H. C. **Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental.** In: Cad. CEDES v.25 n.66 Campinas maio/ago. 2005.

MEC. PCN's – **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde -Temas Transversais,** Secretaria de Educação Fundamental. 1997.

SILVA, Tomás Tadeu. O currículo como artefato social e cultural In: SILVA, Tomás Tadeu. **Identidades Terminais: Transformações na política da pedagogia e da pedagogia da política.** Petrópolis: Vozes, 1996

_____. Currículo e identidade social: territórios contestados In: SILVA, Tomás Tadeu. **Identidades Terminais: Transformações na política da pedagogia e da pedagogia da política.** Petrópolis: Vozes, 1996.

Disciplina: Geografia do Mundo Contemporâneo

Ementa: A dinâmica do mundo globalizado: a ideologia e a ação do neoliberalismo. A hegemonia do mercado e as transformações na organização do espaço socioeconômico, político e cultural. A expansão do meio técnico-científico e informacional. A nova ordem econômica e política mundial multipolar. Países centrais e periféricos: a complexidade do processo global. A reorganização do espaço mundial: integração e fragmentação.

BIBLIOGRAFIA:

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação:** economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Vol. I.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HAESBAERT, Rogério. (org.) **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo.** Niterói: UFF, 2001.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego:** diagnóstico e alternativas. 3ed. São Paulo: Contexto, 1999.

LUTTWARK, Edward. **Turbocapitalismo: perdedores e ganhadores da economia globalizada.** São Paulo: Nova Alexandria, 2001.



Disciplina: Geografia Física do Brasil

Ementa: Estrutura geológica e relevo brasileiros. Climas do Brasil. Rede hidrográfica brasileira. Litoral brasileiro. Vegetação do Brasil. Domínios morfoclimáticos brasileiros. Recursos naturais brasileiros: exploração, degradação e proteção ambiental.

BIBLIOGRAFIA:

- AB´SABER, Aziz Nacib. **Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o Pantanal Mato- grossense: patrimônios básicos**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006. 182p.
- _____. **Os Domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 160p.
- ALMEIDA, F. F. M. ; HASUI, Y. **O Pré-Cambriano no Brasil**. São Paulo: Edgard Blücher, 1984.b
- AZEVEDO, A. (org.) **O Brasil, a terra e o homem: as bases físicas**. São Paulo: Nacional, 1967.
- CALDEIRON, S. S. **Recurso naturais e meio ambiente: uma visão do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- CUNHA, Sandra Baptista da.; GUERRA, Antônio José Teixeira. (orgs.). **Geomorfologia do Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 392.p.
- FERNANDES, Afrânio. **Fitogeografia brasileira**. Fortaleza: Multigraf, 2000. 340p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Diretoria Técnica. **Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: SERGRAF/IBGE, 1977. 5v. il.
- LEWINSOHN, Thomas M.; PRADO, Paulo Inácio. **Biodiversidade brasileira: uma síntese do estado atual do conhecimento**. São Paulo: Contexto, 2002. 176p.
- MENDONÇA, Francisco; DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.206p.
- REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 2ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. 704p.
- ROSS, Jurandir Luciano Sanches. **Geografia do Brasil**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1998. 550p.
-

Disciplina: Geografia e Ensino II

Ementa: A pesquisa como princípio científico e educativo e a geografia escolar. O estágio como uma atividade de pesquisa. Pesquisa qualitativa para a realização de investigações sobre o ensino de geografia. Proposições e metodologias para a construção de noções e conceitos geográficos na escola. Geografia e interdisciplinaridade. Construção de projetos de ensino em geografia.

BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, R. D e; PASSINI, E Y. **O espaço geográfico: ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1989.
- CARLOS, Ana Fani. (Org.). **A geografia na sala de aula**. São Paulo, Contexto, 1999.
- CASTELAR, S. **Educação Geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2005.
- DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Ed associados, 2003
- KAERCHER, N A. **Desafios e utopias no ensino de Geografia**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários á educação do futuro**. (Versão digital).
- RUA, J.et.alli (org). **Para ensinar Geografia**. Rio de Janeiro: Ed. ACCESS, 1993.
-



Disciplina: Língua Brasileira de Sinais

EMENTA: Libras em contexto. Estudo das modalidades visual e gestual da comunidade das pessoas surdas. Gramática de uso.

BIBLIOGRAFIA:

- FELIPE, T. A. Libras em contexto: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. MEC:SEESP, Brasília, 2001.
- PERLIN, G. Identidades Surdas. In: C. Skliar (org). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998. p. 51-74
- _____. O espaço da cultura surda. Material elaborado para o Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização Acadêmica em Surdos. UNISC, 2003. Material não publicado.
- _____. História do povo surdo. Material elaborado para o Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização Acadêmica em Surdos. UNISC, 2003. Material não publicado.
- QUADROS, R. M. de. e KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.
- SILVA, M. da P.M. A construção de sentidos na escrita do aluno surdo. São Paulo: Plexus Editora, 2001.
- SÁ, N. R. L. de. Cultura, poder e educação de surdos. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.
-

SÉTIMO PERÍODO

Disciplina: Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia - III

Ementa: O estágio como atividade de ensino-aprendizagem. Orientação do planejamento e da execução do estágio nas respectivas unidades escolares. Projeto político-pedagógico escolar e a geografia. O planejamento em Geografia no ensino Médio: conteúdos e práticas. Os Parâmetros Curriculares e a geografia no ensino Médio. O uso das técnicas de ensino em Geografia no ensino Médio. O livro didático de geografia e o ensino médio.

BIBLIOGRAFIA:

- CALLAI, Helena Copetti. **A Formação do profissional da geografia**. Ijuí, SC: Unijuí, 1999.
- CALLAI H, C. A geografia e a escola: muda geografia? Muda o ensino? In: **Terra Livre**, São Paulo, AGB, 2001, n.16, pp.133-152.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, Papyrus, 1998. (capítulos 1, 3 e 4).

MEC. *PCN's – Parâmetros curriculares nacionais: Geografia e História*. Ensino fundamental e médio. Brasília, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1998 e 1999.

- MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. (Versão digital)
- RESENDE, M. S. **A Geografia do aluno trabalhador**. S.Paulo, Loyola, 1986.

VESENTINI, J.W. O novo papel da Escola e do Ensino da Geografia na época da Terceira Revolução Industrial. In: **Terra Livre**, São Paulo, AGB, 1996, n.11-12, julho de 1996, pp.209-224.

Disciplina: Geografia Política

Ementa: Fundamentos da Geografia Política. Origem e evolução da Geografia Política. Relações entre Geografia política e Geopolítica. Espaço, sociedade e relações de poder. Estado, território e relações de poder. Política e Globalização.

BIBLIOGRAFIA:

CASTRO, I E de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
 COSTA, W.M.C. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Hucitec, 1992.
 FOUCAULT, M. **A microfísica do poder**. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. GALEANO, F. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
 HAESBAERT, R. **Blocos internacionais de poder**. São Paulo: Contexto, 1991.
 HAESBAERT, R. **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Niterói: EDUFF, 1998.
 RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
 SANTOS, M.; SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M.L. **Território, globalização e fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

Disciplina: Geografia do Nordeste

Ementa: O processo sócio-histórico de formação do territorial nordestino. Nordeste: caracterização e diversidade. O Nordeste e a questão regional. O Nordeste e o planejamento regional. As transformações na economia regional contemporânea. Nordeste: ideologia, representação e identidade.

BIBLIOGRAFIA:

ALBUQUERQUE, D. M. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife:FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.
 ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no nordeste**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
 ANDRADE, M. C. **Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1988.
 ARAÚJO, T. B. Nordeste: herança de diferenciação; futuro de fragmentação. São Paulo, **Caderno de Estudos Avançados**, 1997.
 BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no nordeste**. Petrópolis: Vozes/CNPq, 1984.
 GARCIA, C. **O que é nordeste brasileiro?** São Paulo: Brasiliense, 1999 (Coleção Primeiros Passos).
 MARANHÃO, S. (Org.). **A questão Nordeste**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
 MOREIRA, R. **O nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
 OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Disciplina: Geografia do Rio Grande do Norte

Ementa: A formação do espaço norte-riograndense. As diversas regionalizações do Estado. Caracterização da paisagem natural. As economias tradicionais e a produção do espaço.

Dinâmica populacional e urbanização. As transformações recentes na economia estadual e a dinâmica do território.

BIBLIOGRAFIA:

- ANDRADE, M.C. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: Editora Universitária, 1981.
- CARVALHO, Edílson Alves de; FELIPE, José Lacerda Alves. **Economia do Rio Grande do Norte: espaço geo-histórico e econômico**. João Pessoa: GRAFSET, 2002.
- FELIPE, J.L. **Elementos de geografia do RN**. Natal: Editora Universitária, 1988.
- FELIPE, J.L.; GOMES, R.C.C. **Rio Grande do Norte e outras geografias**. Natal: EDUFRN/CCHLA, 1994.
- GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **Fragmentação e gestão do território no Rio Grande do Norte**. Rio Claro, 1997. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 1997.
- NUNES, Elias. **Geografia física do Rio Grande do Norte**. Natal: Ed. Imagem: 2006.

Disciplina: Orientação de Monografia em Geografia

Ementa: O trabalho de pesquisa individual desenvolvido pelo aluno em temática articulada às áreas da Geografia que tenha real significado para sua experiência e contribua para uma maior qualidade da prática do ensino da Geografia.

BIBLIOGRAFIA:

- BIANCHETTI, Lucídio ; MACHADO, Ana Maria Neto. **A Bússola do escrever**. Florianópolis: UFSC, 2002.
- COSTA, Marisa Vorraber (org). **Caminhos investigativos I**. Belo Horizonte: DP&A, 2001.
- _____. **Caminhos investigativos II**. Belo Horizonte: DP&A, 2002.
- PONTUSCKA, Nísia N. : OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Geografia em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.
- SEVERINO, Antônio José. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- ZAGO, Nadir ; CARVALHO, Marília P. de; VILELA, Rita A. T.(orgs). **Itinerários de pesquisa**. Belo Horizonte: DP&A, 2003.

OITAVO PERÍODO

Disciplina: Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia - IV

Ementa: Orientação do planejamento e da execução do estágio nas respectivas unidades escolares. Os currículos escolares e a geografia: pensando sujeitos, saberes e culturas. Os temas transversais e a Geografia no ensino Médio. Orientação sobre a execução de projetos de ensino em Geografia na escola. Orientação da regência em sala de aula. Preparação de relatório com a apresentação das atividades desenvolvidas em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA:

- MEC. PCN's – **parâmetros curriculares nacionais: Geografia e História. Ensino fundamental e médio**. Brasília, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1998 e 1999.
- MEC. PCN's – **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde -Temas Transversais**, Secretaria de Educação Fundamental. 1997.

CARLOS, Ana F. A. e OLIVEIRA, Ariovaldo U. de (orgs.) (1999). **Reformas no mundo da educação – parâmetros curriculares e geografia**. São Paulo: Ed. Contexto

RUA, J.et.alli (org). **Para ensinar Geografia**. Rio de Janeiro: Ed. ACCESS, 1993.

SILVA, Tomás Tadeu. O currículo como artefato social e cultural In: SILVA, Tomás Tadeu. **Identidades Terminais: Transformações na política da pedagogia e da pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996

Disciplina: Introdução a Educação Ambiental

Ementa: História da Educação Ambiental. Conceitos e métodos em Educação Ambiental. Educação Ambiental e representações. A Educação Ambiental no Brasil. Meio Ambiente e transdisciplinaridade. Desenvolvimento sustentável e Agenda 21.

BIBLIOGRAFIA:

BERNA, Vilmar. **Como fazer educação ambiental**. São Paulo: Paulus, 2001. 144p.

BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis : Letras Contemporâneas, 1994.

CURRIE, Karen. **Meio ambiente: interdisciplinaridade na prática**. 6.ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.184p.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 5a. ed.São Paulo: Global, 1998. 400p.

GUIMARÃES, Mauro. **A Formação de educadores ambientais**. São Paulo: Papirus, 2004. 174p.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 2. ed. São Paulo; Cortez, 2002. 184p.

NOAL, F. O. REIGOTA, M.; BARCELOS, V. H. L. **Tendências da educação ambiental Brasileira**. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 1998.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Meio ambiente e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 1994. 120p. (Coleção Questões da Nossa Época).

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social**. São Paulo : Cortez, 1995.

_____. **O Que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001. 64p. (Coleção Primeiros Passos, 292).

RIO, V. D. E OLIVEIRA, L. (org). **Percepção Ambiental : a experiência brasileira**. São Carlos: Editora da Ufscar/Studio Nobel, 1996.

Disciplina: Monografia

Ementa: Trabalho de pesquisa individual desenvolvido pelo aluno em temática articulada às áreas da Geografia que tenha real significado para sua experiência e contribua para uma maior qualidade da prática do ensino da Geografia.

BIBLIOGRAFIA:

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Neto. **A bússola do escrever**. Florianópolis: UFSC, 2002.

COSTA, Marisa Vorraber (org). **Caminhos investigativos I**. Belo Horizonte: DP&A, 2001.

_____. **Caminhos investigativos II**. Belo Horizonte: DP&A, 2002.

PONTUSCKA, Nísia N. OLIVEIRA, Ariovaldo U. de **Geografia em Perspectiva**. SP: Contexto, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília P. de; VILELA, Rita A. T.(orgs). **Itinerários de pesquisa**. Belo Horizonte: DP&A, 2003.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Disciplina: Astronomia

Ementa: História da Astronomia. Noções de astrometria. Instrumentação astronômica. Noções de astrofísica. Sistema Solar. Estrelas e constelações. Nebulosas e galáxias. Cosmologia. Astronáutica. Astronomia observacional.

BIBLIOGRAFIA:

BOCZKO, R. **Conceitos de astronomia**. São Paulo: Edgard Blücher, 1984. 429p.
 FARIA, Romildo Pova. **Astronomia a olho nu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
 FERREIRA, Máximo; ALMEIDA, Guilherme de. **Introdução à astronomia e às observações astronômicas**. 4.ed. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 1997.
 FRIAÇA, A; Dal Pino, E.; SODRÉ JR., L.; Jatenco Pereira V. (org) **Astronomia - uma Visão Geral do Universo**. São Paulo: Edusp, 2000.
 LUCA, Nelson. **A Astronáutica e seus grandes pioneiros: palestra comemorativa do trigésimo aniversário da era espacial**. Curitiba: Editora da UFPR, 1990. 47p.
 MATSUURA, Oscar Toshiaki. **Atlas do universo**. São Paulo: Scipione, 1996. 78p.
 MARTIN, Luis G.; CASTRO, Íñigo; LUCÍA, Lourdes; ELSOM, Derek. (Eds.) **A Gênese do universo**. Madrid: Ediciones del Prado, 1996. 2v. (Atlas do Extraordinário).
 MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. **Dicionário enciclopédico de astronomia e astronáutica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
 ———. **Manual do astrônomo: uma introdução à astronomia observacional e à construção de telescópio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
 NAVARRO, Jessé (ed.). **Astronomia**. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986. 3v.
 OLIVEIRA FILHO, K. S.; SARAIVA, M. F. O. **Fundamentos de astronomia e astrofísica**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 474p.
 OLIVEIRA FILHO, K.; SARAIVA, M. **Astronomia e astrofísica**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

Disciplina: Sensoriamento Remoto

Ementa: Definição, histórico e evolução do sensoriamento remoto. Características das imagens de sensoriamento remoto. Fundamentos físicos, sistemas sensores, metodologia de análise e interpretação dos dados. Comportamento espectral dos objetos. Potencialidades e limitações. Processamento digital de imagem.

BIBLIOGRAFIA:

IBGE. **Introdução ao processamento digital de imagens**. Rio de Janeiro: Manuais em Geociências, N.9. MARCHETTI, D. A.B.; GARCIA, G.J. **Princípios de fotogrametria e fotointerpretação**. São Paulo: 1982.
 NOVO, L. De M. **Sensoriamento Remoto: princípios e aplicações**. 2ed. São Paulo: E. Blucher, 1992.
 LOCH, C. **A interpretação de imagens aéreas**. 4ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.



Disciplina: Geoprocessamento

Ementa: Princípios básicos em geoprocessamento. Mapas e suas representações computacionais. Banco de dados e sistema de informações geográficas. Modelagem de dados em geoprocessamento. Operações de análise geográfica. Aplicações em geoprocessamento.

BIBLIOGRAFIA:

ASSAD, Eduardo Delgado; SANO, Edson Eyji (orgs.). **Sistema de informações geográficas**. 2. ed. rev. e amp. Brasília: Embrapa-SPI, 1998. 434p.

CREPANI, E *et al.* Uso de sensoriamento remoto nos zoneamento ecológico-econômico. In: Simposio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 1996. Salvador. Anais... São José dos Campos: INPE/SELPE, 1996.

TRUCK, S.; BRAGA, L. P. V. **Análise e classificação de dados de solos por geoestatística e lógica difusa**. Rio de Janeiro: EMBRAPA-CNPq, 1995. (EMBRAPA-CNPq. Relatório Interno).

TOMLIN, D. **Geographic information system and cartographic modeling**. New York: Prentice Hall, 1999.

Disciplina: Geografia Física dos Continentes

Ementa: Conceitos básicos em Geografia Física. Geografia física das Américas do Norte e Central. Geografia física da América do Sul. Geografia física da Europa. Geografia Física da Ásia. Geografia Física da Oceania. Geografia Física da Antártida.

BIBLIOGRAFIA:

BIROT, Yves; LACAZE, Jean-François. **A Floresta**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. 146p.

BLOOM, Arthur L.. **Superfície da Terra**. São Paulo: Edgar Blucher, 2000. 184p. (Série Textos Básicos em Geociências).

LEINZ, Victor; AMARAL, Sérgio Stanislau. **Geologia geral**. 13.ed. (rev. e atual.). São Paulo: Editora Nacional, 1998. 400p.

LOCKZY, Louis de.; LADEIRA, Eduardo A. **Geologia estrutural e introdução à geotectônica**. São Paulo: Edgard Blücher, 1981. 528p.

POPP, José Henrique. **Geologia geral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998. 376p.

PRESS, Frank *et al.* **Para entender a Terra**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 656p.

TEIXEIRA, Wilson *et al.* (orgs.). **Decifrando a Terra**. São Paulo: USP/Oficina de Textos, 2000. Reimpressão 2001. 568p.

WEINER, J. **Planeta terra**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

OCEANOGRAFIA

EMENTA: O estudo dos oceanos. Relevo submarino, origem e evolução dos oceanos. Sedimentos marinhos. Composição e propriedades da água do mar. Dinâmica dos oceanos. Ambientes costeiros. Zoneamento costeiro. Técnicas de estudo dos oceanos. Exploração dos recursos dos oceanos. Poluição dos oceanos. Geopolítica dos oceanos.

BIBLIOGRAFIA:

- BAPTISTA NETO, José Antônio; PONZI, Vera Regina Abelin; SICHEL, Susanna Eleonora (orgs.). **Introdução à geologia marinha**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. 280p.
- BÉGUERY, Michel. **A Exploração dos oceanos: a economia do futuro**. São Paulo: Difel, 1979. 138p.
- CALIXTO, Robson José. **Poluição marinha: origens e gestão**. Brasília: W. D. Ambiental, 2000. 240p.
- CARSON, Rachel L. **O Mar que nos cerca**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002. 240p. (Biblioteca do espírito moderno).
- CARSON, Walter H. **Manual global de ecologia: o que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente**. São Paulo: Augustus, 1993. 413p.
- DREW, David. **Processos interativos homem-meio ambiente**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 224p.
- MAGLIOCA, Argeo. **Glossário de oceanografia**. São Paulo: Nova Stella/EDUSP, 1987. 360p.
- MINSTER, Jean-François. **Os Oceanos**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. 140p.
- PEREIRA, Renato Crespo; SOARES-GOMES, Abílio (Orgs.) **Biologia marinha**. Rio de Janeiro: Interciência, 2002. 382p.
- SALGADO-LABOURIAU, Maria Léa. **História ecológica da Terra**. 2.ed., 1998. São Paulo: Edgar Blucher. 308p.
-

Disciplina: Geografia do Turismo

Ementa: A importância da Geografia para o Turismo. Os tipos de Turismo. Produção e consumo do espaço turístico. Contradições socioeconômicas da atividade turística. O Turismo e os principais problemas ambientais da atualidade. Políticas públicas territoriais e turismo regional. Os impactos socioambientais da atividade turística.

BIBLIOGRAFIA:

- ABRESI, A. **A Indústria do turismo no Brasil – perfil e tendências**. São Paulo: 1996.
- BARROS, Nilson Cortez Crocia. **Manual de Geografia do Turismo: meio ambiente cultura e paisagem**. Recife: Ed. Universitária UFPE.
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org). **Turismo Urbano**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo. Roca, 2003.
- FUNARI, Pedro P. e PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.
- LEMONS, Amália Inês G de (org.). **Turismo: impactos ambientais**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- PAOLILLO, André Milton; REJOWSKI, Miriam. **Transportes**. 2ª. ed. São Paulo: Aleph, 2002.112p. (Coleção ABC do Turismo).
- RODRIGUES, Adyr Balastrel (org.). **Turismo Rural**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. **Turismo e espaço**. 5. Paulo: Hucitec, 2001.
- SANTOS, Milton. **Brasil: fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
-

Disciplina: Geografia Cultural



Ementa: Geografia Cultural: uma perspectiva histórica. O horizonte humanista na evolução do pensamento geográfico. As manifestações culturais na produção do espaço. Conceitos e categorias analíticas da Geografia no horizonte humanista. A releitura de temáticas e perspectivas de análise.

BIBLIOGRAFIA:

- CORREIA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. **Geografia cultural** São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.
- CLAVAL, Paul. As abordagens da Geografia Cultural. in: **Explorações Geográficas - percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 89-117.
- _____. **A Geografia cultural**. Tradução por Luiz F. Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: ed. da UFSC, 1999. 453 p. Tradução de: La Géographie Culturelle.
- ELIADE, Mircea. Mito do eterno retorno. São Paulo: Mercuryo, 1992. 175 p.
- _____. O sagrado e o profano. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 191 p.
-

Disciplina: Teoria Regional e Regionalização

Ementa: A região como objeto de estudo da Geografia. Gênese e evolução da questão regional. A problemática regional e o processo de regionalização.

BIBLIOGRAFIA:

- ANDRADE, M. C. de A região como unidade dinâmica. Posição dos Geógrafos e economistas ante o problema regional. In: _____. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. São Paulo, Brasiliense, 1973, 31-45.
- CORRÊA, R. L. - A região. In: _____ - **Trajetórias Geográficas**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo, Ática, 3ª ed., 1990.
- EGLER, C. A. G. - A questão regional e a gestão do território no Brasil. In: CASTRO, GOMES E CORRÊA. **Geografia: conceitos e temas**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995.
- GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. IN: CASTRO, GOMES e CORRÊA. - **Geografia: conceitos e temas**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995, 49-76.
- KAYSER, B. e GEORGE, P. A região como objeto de estudo da Geografia. In: GEORGE, P. et alii. **A Geografia Ativa**. 3ª ed. São Paulo, Dif. Européia do Livro, 279-321.
- LAVINAS, L. et alii. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo, ANPUR/HUCITEC, 1993.
- LENCIONE, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo, EDUSP, 1999.
-

Disciplina: Geografia das Indústrias e dos Serviços

EMENTA: A Indústria na História. Definição da atividade industrial. A indústria e a divisão social do trabalho. A industrialização periférica. Produção, distribuição e consumo nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A importância da rede urbana na dinâmica funcional das indústrias e dos serviços. A cidade e sua função de distribuição dos bens e serviços. Globalização e meio técnico-científico-informacional. O processo de industrialização e urbanização no Brasil.

BIBLIOGRAFIA:

- BECKER, B.; EGLER, C. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CARLOS, A.F.A. **Espaço e indústria**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GEORGE, Pierre. **Geografia industrial do mundo**. São Paulo, Difel, 1969. (Coleção Saber Atual)

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. (Org.). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

RODRIGUES, M. L. **Produção do espaço e expansão industrial**. São Paulo, Loyola, 1983.

ROSS, J.L.S. (Org.). **Geografia do Brasil**. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

Disciplina: Geografia da América Latina

Ementa: Formação histórico-social da América Latina. Paisagem natural e ocupação do espaço na América Latina. Diversidade cultural latino-americana. Desenvolvimento e subdesenvolvimento: espacialidade, crise e conflitos. América Latina e mercado global.

BIBLIOGRAFIA:

FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia Editora, 1969.

GALEANO, Eduardo. **As Veias abertas da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SADER, Emir; JIKINGS, Nise; MARTINS, Carlos Eduardo. **A Latinoamericana: Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

SOUZA, Maria Adélia A. de; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco C. ; ARROYO, Monica (orgs.). **Globalização e espaço latino-americano**. São Paulo: Hucitec, 2002.

DISCIPLINA: Geografia do Planejamento

Ementa: O conceito de planejamento. As teorias do planejamento. Dimensão territorial e espacial no planejamento. O planejamento e a questão regional. As origens do planejamento no Brasil. Estado e políticas públicas. Planejamento, desenvolvimento urbano e regional. Planejamento participativo.

BIBLIOGRAFIA:

ANDRADE, M.C. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. São Paulo: Ática, 1990.

CARVALHO, H.M. **Introdução à teoria do planejamento**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

CINTRA, A.O.; HADDAD, P.R. **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CORREA, R.L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

FERRARI, C. **Curso de Planejamento Municipal Integrado**. São Paulo: Pioneira, 1977.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

DISCIPLINA: Bioclimatologia

Ementa: Introdução à Bioclimatologia. A relação dos elementos climáticos com as produções agrícolas e animais. As mudanças climáticas e suas relações com as atividades humanas. Estudo de climas urbanos. As classificações climáticas. As escalas do clima.

BIBLIOGRAFIA:

AYOADE, J.O. **Introdução à climatologia para os trópicos. 3 ed.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GEIGER, R. **Manual de microclimatologia: o clima da camada de ar junto ao solo.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1960.

MENDONÇA, F. **Clima e criminalidade: ensaio analítico da correlação entre a temperatura do ar e a incidência da criminalidade urbana.** Curitiba: Editora da UFPR, 2001. (Pesquisa, n.84)

MONTEIRO, C.A.F.; MENDONÇA, F. (Orgs.). **Clima urbano.** São Paulo: Contexto, 2003.

MOTA, F.S.; AGENDES, M.O.O. **Clima e agricultura no Brasil.** Porto Alegre: SAGRA, 1986.

MÜLLER, P.B. **Bioclimatologia aplicada aos animais domésticos. 3 ed.** Porto Alegre: Sulina, 1989.

DISCIPLINA: Geografia Regional

Ementa: A região como objeto de estudo da Geografia. Abordagens teóricas e metodológicas na Geografia Regional. Gênese e evolução da questão regional. A problemática regional e o processo de regionalização. Região e o meio técnico científico informacional. As Transformações Contemporâneas e a Questão Regional. Regionalização e regionalismo. Região e planejamento. Região e espaço vivido.

BIBLIOGRAFIA:

ANDRADE, M. C. **O Nordeste e a questão regional.** 2.ed. SP, Ática, 1993.

ANDRADE, M.C. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento.** São Paulo: Ática, 1990.

CORRÊA, R.L. **Região e organização espacial. 3. ed.** São Paulo: Ática, 1990.

CORRÊA, R.L. **Trajetórias geográficas.** Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1997.

KAYSER, B. A região como objeto de estudo da Geografia. In: **Geografia Ativa.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

KENNEDY, P. **Preparando para o século XXI.** Rio de Janeiro: Campus, 1993.

LAVINAS, L. et all. **Integração, região e regionalismo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

LENCIONI, S. **Região e geografia.** São Paulo, Edusp, 1999.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

DISCIPLINA: Geografia do Trabalho

Ementa: O Trabalho e a Geografia. A centralidade do trabalho e a Geografia. A produção do espaço capitalista e o trabalhador. As relações sóciometabólicas homem-homem e homem-natureza. O sistema sociometabólico do capital. A mundialização do capital, a produção do espaço e o trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** 11. Ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

_____. **Espaços de esperança.** São Paulo: Loyola, 2004.

MOREIRA, Ruy. IN: SOUZA, Maria Adélia de et al. (Orgs.). **O novo mapa do mundo.**

Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. São Paulo: HUCITEC: ANPUR; 1993.

_____. **Da região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo).** IN: **Revista ciência geográfica.** Nº 6. Bauru: AGB, 1997.

_____. A diferença e a geografia: o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. IN: Revista *geographia*. Ano I, nº 1. Niterói: EDUFF, 1999.

_____. Teses para uma geografia do trabalho. IN: Revista ciência geográfica. Ano VIII, nº 2. Bauru: AGB, 2002.

LEFEBVRE, Henri. Espace et Politique. Tradução livre: Samuel Baima. Paris: Points Civilisation, 1974.

_____. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: EDUMG, 1999b.

_____. O direito à cidade. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LUKACS, Georg. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ATIVIDADES PRÁTICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR

Atividade: Oficina em Geografia Humana I

Período: 4º

Carga Horária: 75h (20 h – orientação / 55 h – práticas)

Ementa: A relação realidade – teoria – ensino. A apreensão da realidade a partir do viés geográfico. A compreensão dos principais conceitos em Geografia Humana, a saber, natureza, trabalho, espaço, região, paisagem, território e lugar, bem como de suas categorias. A indissociabilidade entre o real e o teórico. A transposição didática: o entendimento dos conceitos supracitados pelos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio objetivando auxiliá-los no situar-se de suas realidades, bem como conduzi-los no processo de construção de suas cidadanias.

BIBLIOGRAFIA:

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 11. Ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

_____. Espaços de esperança. São Paulo: Loyola, 2004.

MOREIRA, Ruy. IN: SOUZA, Maria Adélia de et al. (Orgs). O novo mapa do mundo.

Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. São Paulo: HUCITEC: ANPUR; 1993.

_____. Da região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). IN: Revista ciência geográfica. Nº 6. Bauru: AGB, 1997.

_____. A diferença e a geografia: o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. IN: Revista *geographia*. Ano I, nº 1. Niterói: EDUFF, 1999.

_____. Teses para uma geografia do trabalho. IN: Revista ciência geográfica. Ano VIII, nº 2. Bauru: AGB, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Org). Para onde vai o ensino da geografia? 8ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003 (Repensando a Geografia).

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Orgs). Geografia em Perspectiva. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SANTOS, Milton [et al]. O Papel ativo da geografia: um manifesto. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales* Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9796] Nº 270, 24 de enero de 2001 Florianópolis, XII Encontro Nacional de Geógrafos.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

Atividade: Oficina Geográfica em Geografia Física I

Período: 4º

Carga Horária: 75h (20 h – orientação / 55 h – práticas)

Ementa: A relação entre a teoria e a prática na aplicação dos conceitos. A compreensão dos principais conceitos em Geografia Física. As abordagens dos conhecimentos sobre o meio físico. A compreensão e aplicação didática e prática dos conteúdos Geológicos, Geomorfológicos, Cartográficos e Climatológicos a sua interação com o ensino de geografia no ensino Fundamental e no Ensino Médio.

BIBLIOGRAFIA:

- LEINZ, Victor; AMARAL, Sérgio Stanislau. **Geologia geral**. 13.ed. (rev. e atual.). São Paulo: Editora Nacional, 1998. 400p.
- POPP, José Henrique. **Geologia geral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998. 376p.
- PRESS, Frank *et al.* **Para entender a Terra**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 656p.
- TEIXEIRA, Wilson *et al.* (orgs.). **Decifrando a Terra**. São Paulo: USP/Oficina de Textos, 2000. Reimpressão 2001. 568p.
- DUARTE, P. S. **Fundamentos de cartografia**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.
- OLIVEIRA, CÊURIO DE. **Curso de cartografia moderna**, Fundação IBGE, 1988.
- CUNHA, Sandra Baptista da.; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 346.p.
- GUERRA, Antônio Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista (orgs.). **Geomorfologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 396p.
- _____. **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 472 p.
- JATOBÁ, Lucivânio.; LINS, Rachel Caldas. **Introdução à geomorfologia**. 3. ed. Recife: Bagaço, 2001. 159p.
- AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 332p.
- FERREIRA, Arthur Gonçalves. **Meteorologia prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. 188p.
- MENDONÇA, Francisco; DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. 206p.
- NIMER, E. **Climatologia do Brasil**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 422p. il.

Atividade: Oficina em Geografia Humana II

Período: 5ª

Carga Horária: 75h (20 h – orientação / 55 h – práticas)

Ementa: A relação realidade – teoria – ensino. As novas abordagens da relação campo-cidade. Os redimensionamentos conceituais e as formas de apreensão do que é o urbano, o rural, a cidade, o campo. Os movimentos sociais na cidade e no campo. As relações de trabalho. A dinâmica populacional. O desvelar político, ideológico, cultural e econômico.

BIBLIOGRAFIA:

- ANDRADE, Manoel Correia de. Caminhos e Descaminhos da Geografia. Campinas, SP: Papirus, 1989. (Série Educando).
- _____. A terra e o homem no Nordeste. SP: Ciências Humanas, 1980 (4ª ed). 278 p;
- BOMBARDI, Larrisa Mies. Geografia agrária e responsabilidade social da ciência. In: Terra Livre. São Paulo, v. 2, nº 21, p. 45-53, jul/dez 2003;
- BARTHES, Roland. O Rumor da Língua. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Roland Barthes).
- CARLOS, Ana Fani A. (Org). Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 2002. (Caminhos da Geografia).
- CARLOS, Ana Fani A. (Org). A Geografia na sala de aula. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Repensando o Ensino).

- ELIAS, Denise. Agricultura Científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de Souza. Território brasileiro: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003;
- FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. Mundo rural e geografia: geografia agrária no Brasil (1930-1990). São Paulo: UNESP, 2002;
- HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. Espace et Politique. Tradução livre: Samuel Baima. Paris: Points Civilisation, 1974.
- _____. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: EDUMG, 1999b.
- _____. O direito à cidade. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção e agricultura. SP: Editora Ática, 1986 (série Princípios). 90 p;
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A agricultura camponesa no Brasil. SP: Contexto, 1997 (Caminhos da Geografia). 164 p.
-

Atividade: Oficina Geográfica em Geografia Física II

Período: 5ª

Carga Horária: 75h (20 h – orientação / 55 h – práticas)

Ementa: A relação entre a teoria e a prática na aplicação dos conteúdos. A compreensão dos principais conceitos em Geografia Física. As abordagens dos conhecimentos sobre o meio físico. A compreensão e aplicação didática e prática dos conteúdos da Pedologia, Hidrografia e Biogeografia e a sua interação com o ensino de geografia no ensino Fundamental e no Ensino Médio. Análise da relação do homem e o aproveitamento dos elementos do meio físico.

BIBLIOGRAFIA:

- MINSTER, Jean-François. **Os Oceanos**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. 140p.
- REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 2ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. 704p.
- BROWN, Geoff *et al.* **Os Recursos físicos da Terra. Bloco 4 Parte 1 – recursos hídricos**. Trad. Álvaro P. Crósta. Campinas, SP: The Open University/Editora da UNICAMP, 2000. 150p. (Série Manuais).
- FREITAS, M. A. V. (coord.). **Introdução ao gerenciamento dos recursos hídricos**. 3 ed. Brasília: ANEL, ANA, 2005.
- EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Rio de Janeiro: EMBRAPA/CNPS, 1999. 412p. il.
- LEPSCH, Igo. F. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002. 178p.
- RESENDE, Mauro *et al.* **Pedologia: base para a distinção de ambientes**. 3 ed. Viçosa, MG: NEPUT/UFV, 1999. 338p.b
- BROWN, J. H. ; LOMOLINO, M. V. **Biogeografia**. 2 ed. Brasília: FUNPEC, 2006.
- _____. **Biogeografia e meio ambiente**. 7ª. ed. Rio Claro, SP: Independente, 2006. 206p.
- MARTINS, Celso. **Biogeografia e ecologia**. 5 ed. São Paulo: Nobel, 1985. reimpr. 2000. 116p.
-

Atividade: Oficina em Geografia Humana III

Período: 6ª

Carga Horária: 60h (15 h – orientação / 45 h – práticas)

Ementa: A relação arte – teoria – ensino. O lúdico e a Geografia. A percepção de fenômenos geográficos ou a possibilidade de interpretação geográfica a partir das diversas expressões artísticas: a literatura, a pintura, a música, o cinema etc. As multiterritorialidades da cultura. A questão regional e os regionalismos. Geografia: a ciência do movimento.

BIBLIOGRAFIA:

- ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. SP: Ciências Humanas, 1980 (4ª ed). 278 p;
- ANDRADE, Manoel Correia de. Caminhos e Descaminhos da Geografia. Campinas, SP: Papirus, 1989. (Série Educando).
- CASTRO, Josué de. Sete palmos de terra e um caixão. (capítulos 1, 2 e 5). São Paulo: Brasiliense, 1965.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. IN: CASTRO, Iná Elias. CORRÊA, Roberto Lobato. GOMES, Paulo C. C. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.
- _____. Identidades Territoriais. IN: CORRÊA, Roberto L. ROSENDHAL, Z. (Orgs). Manifestação da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001a.
- _____. Territórios alternativos. Niterói: EDUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002.
- _____. O Mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 11. Ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- _____. Espaços de esperança. São Paulo: Loyola, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. Introdução à modernidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- _____. Espace et Politique. Tradução livre: Samuel Baima. Paris: Points Civilisation, 1974.
- _____. La production de l'espace. Tradução livre: Tomoko Iyda Paganelli. 3ª ème.édition.
- LUKACS, Georg. Estética, v. I, Barcelona: Grijalbo, 1974.
- _____. El cine como lenguaje critico. Revista Nuevos Aires, N. 5, Ano II.
- _____. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- SANTOS, Milton. O Trabalho do geógrafo no terceiro mundo. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

Atividade: Oficina Geográfica em Geografia Física III

Período: 5º

Carga Horária: 60h (15 h – orientação / 45 h – práticas)

Ementa: A relação entre a teoria e a prática na aplicação dos conteúdos. As abordagens dos conhecimentos sobre o meio físico do Brasil e do Rio Grande do Norte. A compreensão e aplicação didática e prática dos conteúdos relacionados com o ensino de geografia no ensino Fundamental e no Ensino Médio. Análise dos conhecimentos sobre o meio físico e sua importância no de Geografia.

BIBLIOGRAFIA:

- AB´SABER, Aziz Nacib. **Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o Pantanal Mato- grossense: patrimônios básicos**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006. 182p.
- _____. **Os Domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 160p.
- CUNHA, Sandra Baptista da.; GUERRA, Antônio José Teixeira. (orgs.). **Geomorfologia do Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 392p.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Atlas do meio ambiente do Brasil**. 2. ed., rev. e aum. Brasília: EMBRAPA –SPI: Terra Viva, 1996. 160p.
- FERNANDES, Afrânio. **Fitogeografia brasileira**. Fortaleza: Multigraf, 2000. 340p.



MENDONÇA, Francisco; DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.206p.

, E. **Climatologia do Brasil**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 422p. il.

PETRI, Setembrino; FÚLFARO, Vicente José. **Geologia do Brasil**. 1ª. Ed. 1ª. reimpr. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1983. reimpr. 1988. 632p. (Biblioteca de Ciências Naturais, v.9).

RIZZINI, Carlos Toledo. **Tratado de fitogeografia do Brasil: aspectos ecológicos, sociológicos e florísticos**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições Ltda. 748p.

NUNES, Elias. **Geografia física do Rio Grande do Norte**. Natal: Ed. Imagem: 2006.



9 – QUADRO DOCENTE

O corpo docente do curso é formado por um total de 11 (onze) professores efetivos e 03 (três) substitutos lotados na FAFIC, no curso de Geografia da UERN, conforme o quadro 14:

QUADRO 14 - Apresentação do Corpo Docente Campus Central – Mossoró

NOME	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	SITUAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Amélia Cristina Alves Bezerra	Licenciada em Geografia	Doutora	Efetiva	DE
Benedito Vasconcelos Mendes	Engenheiro Agrônomo	Doutor	Efetivo	DE
Everaldo Bernardino de Souza	Engenheiro Agrônomo	Mestre	Efetivo	DE
Fábio Ricardo Silva Beserra	Bacharel em Geografia	Mestre	Efetivo	40h
Francisco das Chagas Silva	Engenheiro Agrônomo	Especialista	Efetivo	DE
Jamilson Azevedo Soares	Licenciado em Geografia	Mestre	Efetivo	40 h
Jionaldo Pereira de Oliveira	Licenciado em Geografia	Mestre	Efetivo	DE
José Romero Cardoso de Araújo	Licenciado em Geografia	Mestre	Efetivo	DE
Otoniel Fernandes da Silva Júnior	Licenciado em Geografia	Mestre	Efetivo	40h
Robson Fernandes Filgueira	Engenheiro Agrônomo	Mestre	Efetivo	40 h
Tarcísio da Silveira Barra	Licenciado em Geografia	Mestre	Efetivo	40 h
Alexsandra Bezerra da Rocha	Licenciada em Geografia	Licenciada	Substituta	20h
Adriano Lucena da Silva	Licenciado em Geografia	Especialista	Substituto	40h
Jomara Dantas Pessoa	Licenciada em Geografia	Licenciada	Substituta	20h

9.1 – Política de Capacitação do Corpo Docente

A qualificação dos professores do Departamento de Geografia faz-se necessária e indispensável para o desenvolvimento e aperfeiçoamento constante do curso no que tange ao ensino, à pesquisa e à extensão. Tendo, no quadro atual, 11 professores efetivos, dos quais apenas dois são doutores, e os demais, em sua maioria, mestres, urge a necessidade de encaminhamento destes últimos para cursos de pós-graduação *strictu sensu* a nível de doutorado em geografia ou áreas afins.

Para tanto, o DGE deliberou democraticamente que a proposta de capacitação do seu corpo docente dar-se-á, em primeira instância, submetendo-se às normas contidas na Resolução nº-57/2007 do CONSEPE, da UERN. Uma vez que estes critérios,

pensados para o corpo acadêmico desta Universidade como um todo tornam-se abrangentes e, percebendo que poderão existir situações em que mais de 2 (dois) professores atendam regularmente aos mesmos critérios, ainda no âmbito departamental foram criados critérios para fins de desempate, a saber:

1. Maior conceito do curso pretendido.
2. Maior tempo de serviço na UERN.
3. Envolvimento com as atividades do Departamento.
4. Não ter realizado capacitação como professor da UERN.
5. Docente que não realizou capacitação nos últimos quatro anos.
6. Maior idade.

Estes critérios devem ser observados de forma hierárquica, isto é, terá maior peso para o desempate o primeiro item e os outros o sucederão. Vale ressaltar que o candidato que constar no Plano de Capacitação Docente (PCD) de um determinado período e não conseguir se afastar para a qualificação dentro do mesmo pode passar a constar no PCD para o próximo período, porém, a prioridade será dos candidatos que constarem nos planos posteriores.

QUADRO 15 - Plano de capacitação dos professores do Curso de Geografia

Professor	Titulação	Estágio Probatório	Qualificação	Saída e Retorno
Jamilson Azevedo Soares	Mestre	Concluído	Doutorado	2009 - 2012
Jionaldo Pereira de Oliveira	Mestre	Concluído	Doutorado	2009 - 2012
José Romero Cardoso de Araújo	Mestre	Concluído	Doutorado	2009 - 2012
Robson Fernandes Filgueira	Mestre	Concluído	Doutorado	2009 - 2012
Tarcísio da Silveira Barra	Mestre	Concluído	Doutorado	2010 - 2013
Francisco das Chagas Silva	Especialista	Concluído	Mestrado	2010 - 2013
Fábio Ricardo Silva Beserra	Mestre	Dez/2007 – Dez - 2010	Doutorado	2011 - 2014
Otoniel Fernandes da Silva Júnior	Mestre	Jan/ 2008 – Jan/2011	Doutorado	2012 - 2015



10 – POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

O novo Projeto Pedagógico do curso de Geografia promoverá uma alteração na dinâmica de seu corpo docente. Isso porque há um aumento significativo do número de horas, consequência da implementação de novas disciplinas, aumento de cargas-horárias de antigas disciplinas, inserção de atividades pedagógicas e teórico-práticas, dentre outras.

O Departamento de Geografia reconhece que o atual quadro de professores do curso não é suficiente para atender a demanda, sobretudo a partir do semestre 2008.2. Isso se justifica por termos, em nosso quadro docente, professores que desempenham atividades dentre pesquisa, ensino e extensão e, ainda, professores que destinam cargas-horárias para atividades público-administrativas.

Desta forma serão necessários, em curto prazo, 1 (um) professor e, a médio prazo, mais 2 (professores), de forma a dar andamento às atividades ordinárias do Departamento. Estes professores precisarão estar qualificados, respectivamente, para as áreas de Ensino da Geografia, Geografia Física e Geografia Humana. Estes professores atuarão, além das atividades hoje existentes, com as novas modalidades de Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia I, II, III e IV, de Oficinas Geográficas I, II e III, além das diversas coordenações a serem criadas para dar cabo às atividades demandadas. Ressaltamos ainda que, a partir de 2009.1 o curso de Geografia passará a desenvolver as atividades de Monografia, exigindo dos professores tempo de dedicação para a orientação de alunos.

A forma de ingresso no Departamento de Geografia se dá de duas maneiras, por meio de concurso público, de acordo com as normas da Universidade ou, por meio de transferência de professores da mesma instituição para o DGE. Sob esta segunda modalidade, o DGE deliberou, em reunião departamental, os seguintes critérios para a aceitação de professores que solicitarem transferência: I) atender demanda específica gerada pelo DGE; II) formação em Geografia com modalidade em licenciatura ou bacharelado e pós-graduação *strictu sensu* em Geografia ou áreas afins; III) ter sido aprovado(a) em concurso em área correspondente à demanda; IV) apresentar documento de liberação do departamento de origem; V) estar quite com atividades departamentais; VI) não apresentar registros negativos junto ao Centro/Faculdade que comprometam as funções do trabalho cotidiano no departamento; VII) estar lotado a, no mínimo, dois anos do departamento de origem; VIII) não poderá afastar-se do departamento de Geografia nos três anos seguintes; IX) estar a pelo menos cinco anos de aposentar-se; X) apresentar experiência comprovada em atuação na área do Ensino Superior da Geografia.

11 - POLÍTICA DE PESQUISA

Enquanto um dos pilares que compõem o tripé de sustentação de uma Universidade, a pesquisa é imprescindível e indispensável a qualquer curso de formação superior. Em Geografia e, especificamente, em um curso de licenciatura sob os novos moldes colocados pela Lei de Diretrizes e Bases e pelo Conselho Nacional de Educação, que buscam a formação de um professor-pesquisador, este é um item, no mínimo, desafiante.

O Departamento de Geografia compreende a pesquisa em um curso de licenciatura como o momento em que os alunos, e os profissionais egressos, contribuirão para a construção do saber geográfico e de um outro modelo de educação que objetive a formação cidadã.

Desta forma, a pesquisa em Geografia objetiva o desvelar da realidade, isto é, identificar as mediações que permitem as relações sociais de produção se reproduzirem entre os homens e na relação destes com a natureza. Este processo ocorrerá por meio da escolha de referenciais teórico-metodológicos, execução de procedimentos metodológicos e utilização de conceitos e categorias que sejam específicos do temário geográfico. Porém, importante ressaltar que não propomos aqui qualquer forma de *isolacionismo metodológico geográfico*, outrossim, consideramos o diálogo com as outras ciências afins – que também discutem a mesma realidade que o geógrafo discute, embora utilizando outras “lentes” para visualizar o mundo – fundamental para uma maior e melhor compreensão crítica de mundo.

Por fim, uma vez que o grande objetivo do professor-pesquisador é levar os conhecimentos geográficos para a sala de aula, também faz parte da pesquisa em geografia o momento de transposição didática, isto é, cabe ao pesquisador o papel de pensar o processo de transmissão de conhecimentos para os alunos de Ensino Fundamental e Médio para que estes possam ser contemplados por uma formação crítica, justa e cidadã.

11.1– Grupos de pesquisa

As bases de pesquisas constituem-se patamares fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa nas universidades, pois se constituem espaços em que são discutidos conceitos, temas e categorias que subsidiam os grupos envolvidos. Nesse sentido, O DGE possui hoje, registrada no CNPQ, a base de pesquisa “Território, Cultura e Cidade no Nordeste Brasileiro: Análise Sócio-Territorial e Ambiental”. Essa base possui quatro linhas de pesquisa que privilegiam conceitos e temas que vem sendo trabalhados no âmbito da geografia e que se fortalecem a partir da dinâmica socioespacial que a cidade de Mossoró apresenta. As linhas de pesquisa envolvem parte os professores que trabalham tanto com a dimensão social da geografia quanto ambiental e cartográfica e se encontram divididas a partir das seguintes temáticas e objetivos:



1. Políticas públicas, trabalho, reestruturação do capital e dos espaços urbano e regional.
 - a. Essa linha de pesquisa objetiva discutir as relações entre o trabalho, a sociedade, o capital e o Estado na produção dos espaços urbano e regional e na relação dialética entre estes e o globo, isto é, a relação local-global, analisando as diferentes formas de materialização e constituição destes espaços.
2. Território, cultura e identidade.
 - a. Essa linha de pesquisa tem como objetivo, discutir o uso da identidade territorial como forma de inserção da cidade no cenário turístico regional e ainda como esse processo tem sido utilizado para a afirmação política dos poderes políticos locais.
3. Informações cartográficas e gestão dos espaços urbano e regional.
 - a. Essa linha de pesquisa tem como objetivo a construção de dados e informações cartográficos que serão utilizadas para a leitura e compreensão da gestão do espaço urbano e regional e envolve os professores que trabalham com essa temáticas no curso.
4. Recursos naturais, planejamento e gestão dos espaços urbano e regional.
 - a. Essa linha de pesquisa tem como objetivo compreender e discutir sobre a apropriação e os usos dos recursos naturais, a valorização da natureza pelo empreendedorismo capitalista, as potencialidades naturais bem como a importância dos mesmos para o planejamento e gestão dos espaços urbano e regional.



12 – POLÍTICA DE EXTENSÃO

De acordo com as Resoluções 06, 07 e 08/91, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, a Extensão Universitária é compreendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade, consolidando compromissos e parcerias mútuas através de uma prática de intervenção social, objetivando a produção do saber transformador e formador, construtor da cidadania e da consciência crítica.

Atualmente o curso de Geografia possui dois projetos de extensão, a saber:

I – Discutindo a Importância do Pensamento de Josué de Castro em Escolas Públicas das Redes Estadual e Municipal de Ensino do Município de Mossoró-RN

Coordenador: Professor José Romero de Araújo Cardoso

O projeto consiste na busca do fomento da cidadania através da ênfase nas discussões sobre a importância do pensamento de Josué de Castro em escolas públicas municipais e estaduais do município de Mossoró/RN, levando em conta as prerrogativas de suas defesas, como a segurança social traduzida através do entendimento das questões que se intercalam aos dramas da fome e a luta em prol da paz.

II – Monitoramento da Temperatura do Perímetro Urbano de Mossoró.

Coordenador: Professor Tarcísio da Silveira Barra

O projeto objetiva o monitoramento da temperatura do perímetro urbano de Mossoró. Serão instalados 05 (cinco) termômetros nas áreas centrais e periféricas da cidade para se verificar a variação espacial da temperatura, a variação diária e identificar as áreas da cidade que apresentam as temperaturas mais elevadas e as mais baixas. Além disso, a população será consultada para saber qual o grau de sensação e de conforto térmico por ela sentida. Os dados serão analisados e repassados para os meios de comunicação para que sejam divulgados para a população e, por meio disso, sejam propostas, naqueles lugares de maior desconforto térmico, medidas paliativas para proporcionar uma maior qualidade de vida. O trabalho é desenvolvido pelo departamento de Geografia do Campus Central em Parceria com Gerência Executiva de meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Mossoró.

13 – POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Vivemos numa sociedade regida pela velocidade das técnicas e das informações e, conseqüente pautada nas rápidas transformações socioespaciais. Esse processo, embora não seja homogêneo, sobretudo quando se trata do território brasileiro, impõe a necessidade de um acompanhamento e compreensão dessas transformações, bem como do desenvolvimento de metodologias que facilitem suas abordagens no cotidiano acadêmico e escolar. Partindo desse quadro e ainda do entendimento de que a formação continuada é um dos meios de contribuição para o melhoramento da formação tanto do professor quanto do técnico, bem como das suas práticas cotidianas enquanto cidadão, é que o DGE vem implementando cursos de pós-graduação *latu sensu*, a exemplo dos cursos de especialização públicos oferecidos nos períodos de 1991; 2002 e 2007. Tais cursos têm privilegiado temáticas regionais e ambientais e tem envolvido professores tanto do departamento de Geografia de Mossoró como dos campus avançados e ainda de outros cursos como gestão ambiental e biologia.

A pós-graduação *latu sensu* implementada pelo DGE atende a uma demanda tanto local como regional e tem contribuído para o aperfeiçoamento dos profissionais que atuam no âmbito da Geografia e áreas afins, a exemplo das ciências sociais, agronomia, dentre outros.

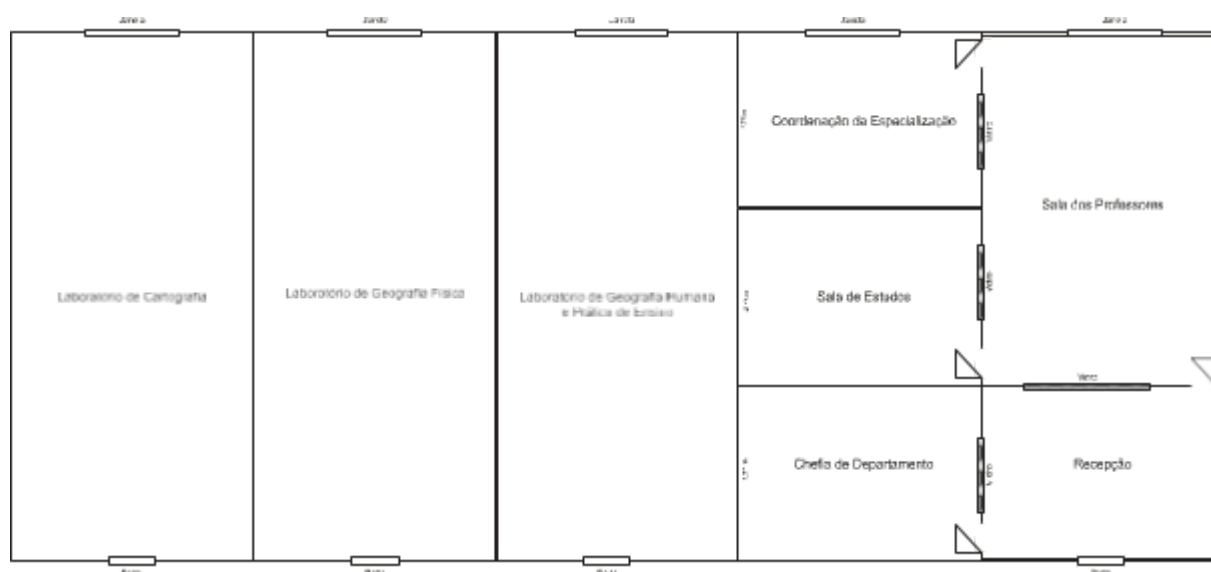
Mesmo diante da importância acadêmica e social que esses cursos têm exercido para os atores sociais envolvidos, o DGE ainda não havia adotado a especialização enquanto política de pós-graduação *latu sensu*. Os problemas materiais e de recursos humanos vivenciados pela universidade e, conseqüentemente, pelo curso limitava essa tomada de decisão. Contudo, reflexões e avaliações feitas pelos professores ao longo da elaboração do Projeto Pedagógico contribuíram para que o DGE assumisse a especialização enquanto política de pós-graduação. Para tanto, serão oferecidos cursos a cada dois anos. Essa periodicidade contribuirá para a consolidação da política de pós-graduação *latu sensu* no Departamento de Geografia. O fortalecimento dessa política associada à política de capacitação docente do professores do DGE fomentará, posteriormente, a criação do programa de pós-graduação *strictu sensu* do curso de Geografia.

14 – INFRA-ESTRUTURA DO CURSO DE GEOGRAFIA

O Curso de Geografia possui hoje, no que tange à infra-estrutura do curso, um projeto de reforma que permitirá ao Departamento constar com os seguintes itens:

- 01 sala de reuniões para professores;
- 01 sala de orientação e estudos;
- 01 sala da chefia de departamento;
- 01 sala de coordenação da pós-graduação;
- 01 Laboratório de Geografia Humana e Prática de Ensino;
- 01 Laboratório de Geografia Física;
- 01 Laboratório de Cartografia;
- 01 Laboratório de Geoprocessamento⁴.

Após a execução do projeto, o DGE apresentará a seguinte estrutura:



Atualmente, o Curso de Geografia tem funcionado com 5 (cinco) salas de aulas, compartilhadas com os demais cursos da FAFIC; de semelhante modo, uma sala de multimídia. Ainda, de uso exclusivo do Departamento, atualmente existe o Laboratório de Cartografia.

⁴ O Laboratório de Geoprocessamento ficará em um espaço próximo ao Departamento de Geografia, não constando no croqui acima apresentado.



No tocante ao acervo bibliográfico, o mesmo está todo concentrado na Biblioteca Central, uma vez que não existe pessoal devidamente preparado nem no Departamento, nem de modo suficiente na Universidade, para a organização de biblioteca setorial do curso. Embora reconhecendo a importância de bibliotecas setoriais, o momento histórico da Universidade ainda não permite tal situação.



15 – REGULAMENTO DO CURSO

REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CURSO DE GEOGRAFIA

Título I

Da Organização Curricular

Art. 1º. O Curso de Graduação em Geografia, na modalidade de Licenciatura destina-se a propiciar uma formação ampla, multidisciplinar, contemplando em seus conteúdos temas geográficos e afins, possibilitando realizar uma leitura geográfica crítica de mundo, construindo saberes a partir do desenvolvimento da produção científica, transmitindo seus saberes para a formação cidadã de crianças, jovens e adultos e atuando ativamente para a construção de uma sociedade mais justa e humana.

Art. 2º. O Curso de Graduação em Geografia, modalidade Licenciatura, dispõe de uma carga horária de 3215 (três mil duzentos e quinze) horas, distribuídas entre disciplinas e atividades complementares, com integralização média de 4 (quatro) anos letivos e máxima de 6 (seis) anos, equivalentes a 8 (oito) e 12 (doze) semestres letivos respectivamente.

§ 1º. Das 3215 (três mil duzentos e quinze) horas que compõe o currículo pleno, 2190 (duas mil cento e noventa) horas são destinadas às disciplinas do Núcleo Básico;

§ 2º. 405 (quatrocentas e cinco) horas são destinadas às atividades que compõe o Estágio Supervisionado;

§ 3º. 420 (quatrocentas e vinte horas) são destinadas às atividades de Prática como Componente Curricular;

§ 4º. 200 (duzentas) horas são destinadas as Atividades complementares.

Art. 3º. O curso desenvolve atividades do período diurno e noturno, estabelecendo que o número máximo de alunos por turma seja de 50.

Art. 4º. O aluno que tiver condições favoráveis poderá adiantar componentes curriculares não havendo limite de créditos cursados por semestre letivo.

Art. 5º. O currículo pleno é formado por núcleos de formação, quais sejam:

I – **Núcleo Específico**, obrigatório e dirigido ao estudo do conjunto de disciplinas indispensáveis à formação básica do licenciado em Geografia. Este núcleo é composto pelas seguintes disciplinas e atividades:

DISCIPLINA E ATIVIDADES

- a. Epistemologia da Geografia
- b. Geomorfologia Geral
- c. Geografia Econômica
- d. Geografia da população
- e. Fundamentos de Climatologia
- f. Organização do Espaço
- g. Geografia Agrária
- h. Geografia Urbana
- i. Geografia Regional do Brasil
- j. Geografia Política
- k. Geografia Física do Brasil
- l. Geografia do Mundo Contemporâneo
- m. Geografia Do Nordeste
- n. Biogeografia
- o. Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia I
- p. Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia II
- q. Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia III
- r. Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia IV
- s. Geografia e Ensino I
- t. Geografia e Ensino II
- u. Oficina em Geografia Humana I
- v. Oficina em Geografia Humana II
- w. Oficina em Geografia Humana III
- x. Oficina em Geografia Física I
- y. Oficina em Geografia Física II
- z. Oficina em Geografia Física III
- aa. Orientação de Monografia em Geografia I
- bb. Orientação de Monografia em Geografia II
- cc. Geografia do Rio Grande do Norte
- dd. Introdução a Educação Ambiental

II – Núcleo Complementar, obrigatório e composto por um conjunto de conteúdos considerados necessários à aquisição do conhecimento geográfico e que podem ser oriundos de outras áreas do conhecimento, mas não excluem os de natureza específica da geografia.

DISCIPLINA

- a. Metodologia do Trabalho Científico
- b. Cartografia Geral
- c. Cartografia Temática
- d. Orientação de Monografia em Geografia I
- e. Orientação de Monografia em Geografia II
- f. Hidrografia
- g. Pedologia
- h. Geologia Geral
- i. Libras

Parágrafo único – O curso de Geografia fundamentado na Resolução nº. 6/2007-CONSEPE, que regulamenta a Prática Desportiva, tornando-a facultativa aos cursos de graduação da UERN, estabelece a não-oferta desse componente curricular aos alunos regularmente matriculados a partir do semestre letivo 2008.1.



III – Núcleo de Opções Livres, optativo, composto por disciplinas que ocupam o espaço de transição entre assuntos pedagógicos, científicos e humanísticos, enfocando as dimensões educacionais, psicológicas, sócio-históricas, epistemológicas e axiológicas do conhecimento humano, buscando contribuir para sensibilizar os alunos para conhecimentos de natureza mais geral e pedagógica, tentando analisar os problemas numa perspectiva multidimensional, considerando os diversos campos de saberes. Compõe o seu quadro:

DISCIPLINA

- a. Astronomia
- b. Geografia das Indústrias. e Serviços
- c. Geografia Cultural
- d. Geografia da América Latina
- e. Geografia do Planejamento
- f. Geografia do Trabalho
- g. Geografia Regional
- h. Geografia do Turismo
- i. Geografia Física dos Continentes
- j. Geoprocessamento
- k. Oceanografia
- l. Geografia dos Recursos Naturais
- m. Sensoriamento Remoto
- n. Bioclimatologia

Parágrafo único – poderão ser acrescentadas ao elenco das disciplinas optativas quaisquer outras em qualquer tempo respeitando o princípio da flexibilidade curricular e os procedimentos acadêmicos da instituição.

Art. 6º. Os quadros demonstrativos da matriz curricular referentes ao fluxo, equivalências, disciplinas optativas, atividades complementares encontram-se nos anexos deste Regulamento (Anexo 1).

Título II

Dos Componentes Curriculares

Capítulo I

Das Disciplinas

Art. 7º. As disciplinas são parte integrante do componente curricular, representando um conjunto de conteúdos de instrução selecionados a serviço de uma finalidade educativa e

profissionalizante, respeitando ementários e organizadas numa ordem hierárquica com seqüência e carga horária pré-definidas no fluxo curricular.

Parágrafo único – a ordem hierárquica das disciplinas está definida a partir do que denominamos pré-requisitos.

Art. 8º. As disciplinas serão ministradas por um professor do curso de Geografia ou cursos afins, podendo ocorrer em sala de aula ou laboratórios.

Art. 9º. As disciplinas ocorrerão em horários definidos, no período noturno e adverso, atendendo as exigências estabelecidas com o aumento da carga horária dos cursos de licenciatura.

Art. 10. A avaliação de rendimento escolar dos alunos fica submetida à Resolução 11/93, de 18/11/93, do CONSUNI/UERN.

Capítulo II

Da Prática Enquanto Componente Curricular

Art. 11. São atividades orientadas ao favorecimento da relação teoria – prática – ensino, ocorrendo entre o 3º (terceiro) e o 5º (quinto) períodos, tendo como objetivo promover a articulação teórico-prática numa perspectiva interdisciplinar para:

- I. Possibilitar um maior conhecimento sobre o conteúdo ministrado nas disciplinas.
- II. Despertar no aluno a capacidade de observar e diagnosticar situações referentes aos conteúdos das disciplinas cursadas.
- III. Incentivar o aluno a desenvolver trabalhos práticos dentro da sua área de conhecimento.
- IV. Aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos como forma de desenvolver práticas voltadas para o seu cotidiano e referentes aos conteúdos estudados.
- V. Desenvolver a capacidade de organização de material didático.
- VI. Aprimorar a postura do discente para as situações do cotidiano na sala de aula da educação básica.

Art. 12. As atividades de Prática como Componente Curricular estão caracterizadas como Oficinas, sendo distribuídas da seguinte maneira:

- I – No terceiro período a Atividade de Oficina em Geografia Humana I, com 75 horas-aula;
- II – No terceiro período a Atividade de Oficina em Geografia Física I, com 75 horas-aula;

- III – No quarto período a Atividade de Oficina em Geografia Humana II, com 75 horas-aula;
- IV – No quarto período a Atividade de Oficina em Geografia Física II, com 75 horas-aula;
- V – No quinto período a Atividade de Oficina em Geografia Humana III, com 60 horas-aula;
- VI – No quinto período a Atividade de Oficina em Geografia Física III, com 60 horas-aula.

§ 1º. As Oficinas em Geografia são obrigatórias e ocorrerão em horário matutino ou vespertino, cabendo ao Orientador da Atividade determinar um horário fixo ou flexibilizar os momentos de encontro em consonância com a turma;

§ 2º. A distribuição da carga horária das Oficinas deverá corresponder ao total de 25% correspondentes à orientação docente e a 75% de prática do discente;

§ 3º. As Oficinas possuem ementas e temáticas específicas e encontram-se concatenadas ao andamento do curso, cabendo ao Orientador da turma dar cabo de suas especificidades;

§ 4º. O resultado de cada uma das Oficinas será a produção de material que contenha a abordagem de temas que relacionem teoria-prática e transposição didática, podendo aparecer no formato de artigos, *papers*, vídeo-documentários, cartilhas, audiovisuais, jogos ou alguma outra modalidade previamente estabelecida pelo Orientador;

§ 5º. Ao final de cada Oficina o aluno receberá um conceito, que poderá ser satisfatório ou não-satisfatório, implicando em sua aprovação ou reprovação, respectivamente.

Capítulo III

Das Atividades Complementares

Art. 13 - As Atividades Complementares deverão possibilitar ao aluno uma formação mais flexível e enriquecedora, representando vivências acadêmicas internas e externas ao curso e se orientam na perspectiva de estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais e de interdisciplinaridade.

Art. 14 As Atividades Complementares perfazem o total de 200 (duzentas horas) do curso de Geografia, podendo ser contabilizadas em atividades acadêmicas, científicas e culturais.

§ 1º. Cabe ao Departamento de Geografia realizar eventos que contemplem tais atividades e, também, informar constantemente a realização de tais atividades em outros lugares, de modo a permitir ao aluno uma formação mais ampla;



§ 2º. Cabe ao aluno participar de tais eventos e apresentar, junto ao Departamento de Geografia, ao final de cada semestre, aos Orientadores Acadêmicos, a comprovação da participação por meio de certificado ou declaração que contenha a quantidade de horas contempladas pelo evento participado;

§ 3º. Cabe ao aluno entregar aos Orientadores Acadêmicos uma cópia autenticada ou comprovada mediante original, de certificado ou declaração;

§ 4º. Ao Orientador Acadêmico cabe a responsabilidade de guardar as cópias de certificados ou declarações dos alunos em pastas individuais e, ao final do curso, contabilizar juntamente com o aluno a fim de saber se o mesmo alcançou a quantidade de horas mínimas necessárias;

§ 5º. O aluno somente colará grau se, no somatório de participação de suas atividades acadêmicas, científicas e culturais, for contabilizada 200 (duzentas) horas-aula.

§ 6º. Só valerão os certificados e declarações que forem apresentados de eventos a partir do ingresso no curso de Geografia.

Art. 15. No caso de certificados e declarações que não contenham a quantidade de horas-aula de participação do aluno, o Departamento de Geografia resolve estabelecer cargas-horárias conforme demonstrativo no Anexo 02.

Título III

Do Estágio Supervisionado

Capítulo I

Da Caracterização

Art. 16. O Estágio Supervisionado é uma atividade teórica instrumentalizadora da práxis, situando o Professor de Geografia como um intelectual em formação e a educação como processo dialético de desenvolvimento do homem histórica e geograficamente situado.



Art. 17º. O Estágio Supervisionado é caracterizado como um conjunto de atividades interdisciplinares em situações reais de trabalho tanto em espaços escolares como não escolares não se constituindo em vínculo empregatício.

Art. 18. O Estágio Supervisionado no Curso de Geografia compreende as seguintes disciplinas:

I – Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia I, desenvolvida no 5º período com a carga horária de 150 (cento e cinquenta) horas;

II - Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia II, desenvolvida no 6º período com a carga horária de 150 (cento e cinquenta) horas;

III - Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia III, desenvolvida no 7º período com a carga horária de 150 (cento e cinquenta) horas;

IV - Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia IV, desenvolvida no 8º período com a carga horária de 135 (cento e trinta e cinco) horas.

§ 1º. As disciplinas de Estágio Supervisionado em Geografia I e II estarão direcionadas para as atividades relativas ao Ensino Fundamental;

§ 2º. As disciplinas de Estágio Supervisionado em Geografia III e IV estarão direcionadas para as atividades relativas ao Ensino Médio;

§ 3º Os alunos matriculados nas disciplinas de Estágio Supervisionado constituirão turmas de, no mínimo, 10 e, no máximo, 15 alunos.

Capítulo II

Do Campo do Estágio

Art. 19. As atividades de Estágio Supervisionado serão desenvolvidas em instituições públicas e privadas, reconhecidas por órgãos competentes da área de educação, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Parágrafo único – No 6º (sexto) e no 7º (sétimo) períodos do curso, o aluno deverá dedicar 40 (quarenta) horas – 20 (vinte) em cada período, para a realização do Estágio em espaços

diferenciados da educação formal ou que desenvolvam atividades relacionadas a educação especial ou correlacionas a temática geográfica, envolvendo ensino, pesquisa e extensão.

Art. 20. O campo de estágio está restrito à sede do curso.

Parágrafo único – Exceto para o cumprimento das 40 (quarenta) horas em espaços não-escolares, mencionada no Art. 19, parágrafo único. Estas horas poderão ser cumpridas em instituições as quais os alunos tenham maior identidade ou afinidade.

Capítulo III

Do Desenvolvimento das Atividades

Art. 21º. As atividades relacionadas ao Estágio Supervisionado durante as quatro disciplinas ofertadas são assim distribuídas:

I – Estágio Supervisionado em Geografia I, desenvolvido no 5º período com a carga horária de 105 (cento e cinco) horas:

- a) 20 (vinte) horas para observação e caracterização da realidade do campo de estágio;
- b) 10 (dez) horas referentes ao conhecimento do Projeto Pedagógico e da forma de gestão na escola;
- c) 10 (dez) horas para a análise das condições de ensino referentes à estrutura física, livro didático, recursos audiovisuais e materiais, etc.;
- d) 20 (vinte) horas de observação e participação nas aulas do professor colaborador – 20 (vinte) horas;
- e) 15 (quinze) horas para elaboração de Projetos Temáticos sobre a questão do ensino para aplicação dos mesmos no período posterior do Estágio;
- f) 20 (vinte) horas para a organização de oficinas pedagógicas desenvolvidas junto aos professores facilitadores e/ou multiplicadores da escola com objetivo de contribuir com elaboração teórica e construção de temáticas e/ou alternativas pedagógicas para o ensino da Geografia no nível fundamental.

II - Estágio Supervisionado em Geografia II, desenvolvido no 6º período com a carga horária de 105 (cento e cinco) horas:

- a) 20 (vinte) horas para implementação de Projetos Temáticos elaborados no período do estágio anterior;



- b) 50 (cinquenta) horas para a regência em sala de aula com a observação do professor colaborador e orientador de estágio;
- c) 20 (vinte) horas para a participação em espaços não-escolares que desenvolvam trabalhos com a educação especial ou que realizem atividades correlacionadas a temáticas geográficas;
- d) 15 (quinze) horas destinadas à produção e entrega de relatório final sobre o ensino de Geografia no ensino fundamental.

III - Estágio Supervisionado em Geografia III, desenvolvido no 7º período com a carga horária de 105 (cento e cinco) horas:

- a) 20 (vinte) horas de observação e caracterização da realidade do campo de estágio através de diagnóstico sobre aspectos socioeconômico, ambientais e pedagógicos da escola e da comunidades escolar com o objetivo de formular um diagnóstico inicial do ensino médio;
- b) 10 (dez) horas de conhecimento do Projeto Pedagógico e da forma de gestão da escola;
- c) 10 (dez) horas de análise das condições de ensino referente a estrutura física, livro didático, recursos audiovisuais, etc.;
- d) 20 (vinte) horas de observação e participação nas aulas do professor-colaborador, assim como a realização de oficinas pedagógicas, objetivando o desenvolvimento de novas técnicas e dinâmicas que contribuam para facilitar o aprendizado nas áreas específicas da Geografia;
- e) 25 (vinte e cinco) horas de elaboração de Projetos Temáticos sobre a questão do ensino para aplicação dos mesmos no período posterior do Estágio;
- f) 20 (vinte) horas para a participação em espaços não-escolares que desenvolvam trabalhos com a educação especial ou que realizem atividades correlacionadas a temáticas geográficas.

IV - Estágio Supervisionado em Geografia IV, desenvolvido no 8º período com a carga horária de 90 (noventa) horas:

- a) 20 (vinte) horas de realização de Projetos Temáticos com professores e alunos com o objetivo de discutir a questão do ensino da disciplina;
- b) 50 (cinquenta) horas de regência em sala de aula com a observação do professor colaborador e orientador de estágio;
- c) 20 (vinte) horas de elaboração do Relatório final de conclusão do Estágio Supervisionado no ensino médio.



Art. 22. As atividades de orientação em sala de aula destinam-se a:

- I – discussão dos princípios básicos e a importância do Estágio Supervisionado para a formação profissional;
- II – oferecer subsídios teóricos e metodológicos para a prática da gestão e da docência na educação básica e em espaços não-escolares;
- III – a orientação do aluno quanto ao processo de planejamento, execução e avaliação do Estágio Supervisionado, conforme o programa da disciplina;
- IV – ao fornecimento dos instrumentos a serem utilizados no estágio como fichas, formulários, questionários, legislação e material bibliográfico.

Art. 23. As atividades de observação no campo do estágio destinam-se ao conhecimento da realidade do campo de estágio por meio de instrumentos investigativos que possibilitem a articulação entre ensino e pesquisa.

Art. 24. As atividades de elaboração do Projeto Temático destinam-se a intencionalidade do trabalho pedagógico a ser desenvolvido no campo do estágio de acordo com suas etapas e cronograma definido junto ao supervisor do estágio.

Art. 25. As atividades de regência do exercício profissional destinam-se as ações pedagógico-geográficas desenvolvidas no campo de estágio na perspectiva de atuação em diferentes contextos educacionais.

Capítulo IV

Da Coordenação do Estágio

Art. 26. A Coordenação do Estágio Supervisionado é exercida por um professor efetivo do Departamento de Geografia, escolhido pelo grupo de professores supervisores de estágio por um período de dois semestres letivos.

Parágrafo único – ao professor coordenador de estágio é atribuída a carga de 10 (dez) horas semanais.

Art. 27. Compete a Coordenação do Estágio Supervisionado do Curso de Geografia:

- I – Proceder prévio cadastramento e avaliação periódica do campo de estágio obedecendo os seguintes requisitos:



- a) existência de infra-estrutura, recursos humanos e materiais necessários ao pleno desenvolvimento do Estágio Supervisionado;
- b) existência de profissional qualificado para participar da orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário;
- II – Propor assinatura de instrumento legal, tendo em vista as competências da Universidade e da Instituição do campo de estágio;
- III – providenciar, junto ao Departamento de Geografia, os recursos materiais e humanos necessários à realização do estágio;
- IV – articular-se com a administração das instituições do campo de estágio para a solução de eventuais problemas com a participação do Departamento de Geografia e da equipe de supervisores de estágio, conforme o caso;
- V – avaliar as atividades do Estágio Supervisionado por meio de mecanismos e instrumentos que envolvam os estagiários, supervisores da Universidade e dos profissionais do campo do estágio;
- VI – apresentar ao Departamento de Geografia um relatório semestral de suas atividades;
- VII – realizar periodicamente e, quando solicitado por professores, encontros com os supervisores de estágio e com alunos;
- VIII – organizar e montar arquivos com a documentação do Estágio Supervisionado.

Capítulo V

Da Supervisão do Estágio

Art. 28. O Estágio Supervisionado é acompanhado por um professor do Curso de Geografia, a quem compete esclarecer aos alunos sobre o significado e os objetivos do estágio, orientando sua proposta de execução.

Parágrafo único – o professor supervisor deve, preferencialmente, ser o mesmo no acompanhamento do grupo de alunos para o desenvolvimento do estágio no Ensino Fundamental e Médio.

Art. 29. É atribuição do professor supervisor de Estágio:

- I – Orientar os alunos quando da elaboração do planejamento de estágio a ser desenvolvido durante as fases de estágio;
- II – Orientar os alunos quanto à escolha da instituição em que o estágio deve ser realizado;
- III – fornecer ao estagiário todas as informações sobre o estágio, suas normas e documentações, inclusive a caracterização do campo de estágio;

- IV – realizar supervisões sistemáticas para acompanhar e avaliar o desempenho e o envolvimento do estagiário na dinâmica da prática profissional;
- V – solicitar do estagiário a documentação referente ao registro das atividades desenvolvidas;
- VI – manter a Coordenação do Estágio Supervisionado informada sobre o desenvolvimento do estágio;
- VII – efetuar os registros das atividades das fases do estágio no diário de classe, conforme sua execução, inclusive presenças, faltas e notas dos alunos;
- VIII – avaliar o desempenho dos estagiários sob sua responsabilidade conforme as normas vigentes na Universidade, atribuindo-lhe os respectivos conceitos e notas;
- IX – participar das reuniões, cursos, seminários e outras atividades no âmbito da instituição ou fora dela.

Capítulo VI

Do Aluno Estagiário

Art. 30. É dever do aluno estagiário:

- I – matricular-se nas disciplinas de Estágio Supervisionado do Curso de Geografia, obedecendo a seus pré-requisitos;
- II – freqüentar e participar ativamente da fase de orientação e realizar as atividades e tarefas das demais fases do estágio;
- III – comparecer ao estágio em condições compatíveis e requeridas pela circunstância do estágio e do ambiente escolar;
- IV – conduzir-se com probidade em todas as fases do estágio;
- V – executar as atividades e tarefas de cada fase do estágio, mediante observação e cumprimento de normas e procedimentos metodológicos adotadas pelo Departamento de Geografia;
- VI – manter o supervisor de estágio informado do desenvolvimento do estágio e comunicar-lhe com brevidade qualquer ocorrência que possa afetar as atividades ou que não esteja prevista no plano;
- VII – proceder avaliação sistemática e contínua de suas atividades com finalidade de aperfeiçoá-las, sempre que necessário;
- VIII – elaborar os trabalhos solicitados pelo professor e apresentá-los no prazo estabelecido.

Art. 31. É direito do aluno estagiário:

- I – receber do Departamento de Geografia formulários, fichas e demais documentos utilizados no estágio;

- II – ser encaminhado oficialmente pelo DGE à instituição campo de estágio;
- III – receber assistência e orientação de um supervisor de estágio;
- IV – requerer à Coordenação do Estágio, em casos especiais, devidamente justificado e comprovado, o adiamento ou antecipação do estágio;
- V – recorrer à Coordenação de Estágio contra decisões do supervisor mediante justificativa comprovada;
- VI – ser informado previamente sobre os critérios de avaliação do Estágio Supervisionado e dos prazos a serem cumpridos.

Parágrafo único – é vedado ao estagiário realizar o estágio sob supervisão de outro estagiário ou executar o estágio supervisionado em sala de aula de outro estagiário do Curso de Geografia.

Título IV

Do Trabalho de Conclusão de Curso

Capítulo I

Da Caracterização

Art. 32. O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é uma atividade obrigatória para a conclusão do curso de Geografia e pertence ao Núcleo Específico de Estudos.

Art. 33. O TCC tem por objetivo habilitar o aluno a utilizar a metodologia científica adequada à elaboração de um trabalho monográfico que contribua para seu desenvolvimento profissional.

Art. 34. O TCC é uma exigência curricular na formação acadêmica e profissional dos alunos e consiste no desenvolvimento de um trabalho monográfico de pesquisa, individual, estruturado e desenvolvido sobre um tema resultante de processo investigativo.

Capítulo II

Da Orientação

Art. 35. O TCC denominado de Monografia é orientado por um professor pertencente ao quadro efetivo do DGE.



Parágrafo único – poderão ser convidados professores de outros Departamentos Acadêmicos da UERN para serem co-orientadores mediante apreciação do currículo *lattes*, pelo orientador.

Art. 36. Cabe à Coordenação do TCC publicar a relação de professores que orientarão os alunos no início de cada semestre letivo em que a disciplina for ofertada.

Parágrafo único – as disciplinas que dizem respeito especificamente ao TCC são:
Orientação de Monografia em Geografia I e Orientação de Monografia em Geografia II.

Art. 37. Cada professor orientador deve ter entre dois ou três alunos para orientação, podendo chegar a no máximo quatro, sendo atribuída a carga horária de duas horas por orientando.

Art. 38. A carga horária da disciplina será distribuída entre orientação coletiva, orientação por aluno e estudos independentes.

§ 1º. As horas de orientação são destinadas à discussão de leituras, metodologias, acompanhamento e avaliação sistemática do processo de elaboração do TCC, considerando as características individuais do aluno e as especificidades do trabalho.

§ 2º. As horas para os estudos independentes são destinadas ao trabalho de levantamento bibliográfico, de dados, leitura, análise e interpretação e a redação do trabalho.

Art. 39. Em caso de descumprimento das responsabilidades do orientador ou do orientando, em casos extremos, poderá haver solicitação de mudança entre ambos após exposição de motivos julgada pela Coordenação do TCC.

Capítulo III

Da Apresentação

Art. 40. Os trabalhos monográficos deverão ser elaborados e apresentados individualmente por aluno.

Art. 41. Deve ser redigido em Língua Portuguesa e apresentado conforme as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.



Parágrafo único – o resumo do trabalho deverá ser escrito em Língua Portuguesa e em outra língua, podendo ser a francesa, espanhola ou inglesa.

Art. 42. A monografia deverá apresentar um tema pertinente aos estudos geográficos e, ainda, estabelecendo relações entre o tema abordado e sua aplicação cotidiana para alunos de Ensino Fundamental e Médio ou espaços não-escolares.

Art. 43. A Apresentação do trabalho será por meio de defesa pública, devidamente divulgada no Departamento de Geografia.

Capítulo IV

Da Entrega

Art. 44. O TCC deve ser entregue, mediante protocolo, em três vias espirais, até 30 (trinta) dias antes do previsto para o encerramento do semestre letivo.

§ 1º. No processo de elaboração da monografia, devem ser entregues versões parciais da defesa ao Orientador, em meio impresso ou digital (a acordar com o Orientador), para que o mesmo possa acompanhar e Orientar o aluno em quais caminhos trilhar, procedimentos seguir e alterações a realizar.

§ 2º. Antes de a versão final ser enviada à banca, deve ser submetida à leitura do Orientador para possíveis correções e somente com a anuência deste poderá ser encaminhado para avaliação.

§ 3º. No ato da entrega deverá ser acordada a data de defesa e a concordância com a banca.

Capítulo V

Da Avaliação

Art. 45. A banca examinadora deverá ser composta por três professores, sendo um deles o orientador, e todos com a titulação mínima de *especialista*.

Art. 46. Os membros convidados para a composição da banca poderão ser do Departamento de Geografia da UERN ou de áreas afins, bem como professores de outras



Universidades, devidamente credenciados e em comum acordo entre Orientador – orientando.

Art. 47. Os professores examinadores receberão os trabalhos e terão 20 (vinte) dias corridos para sua avaliação, devendo atribuir nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Art. 48. A nota do TCC será obtida por média aritmética simples das notas atribuídas individualmente pelos professores examinadores.

Art. 49. A nota considerada mínima para aprovação no TCC é 7,0 (sete), devendo:

- I – o aluno ter cumprido no mínimo 75% da frequência nas horas de Orientação, mediante a realização das etapas *a priori* exigidas pelo Orientador;
- II – o aluno reprovado terá que refazer, em período posterior, seu TCC, nos termos deste regulamento;

Parágrafo único – não haverá revisão da nota do TCC

Art. 50. Na avaliação do TCC, será considerado:

- I – pertinência, qualidade, atualidade e relevância do tema apresentado;
- II – linguagem científica adequada à norma culta da Língua Portuguesa;
- III – aspectos formais do trabalho;
- IV – concordância entre método, procedimentos metodológicos, referenciais teóricos e o objeto abordado;
- V – aplicação nos ensinos Fundamental e Médio e em espaços não-escolares.

Art. 51. No ato da apresentação pública da defesa deverão ser obedecidos os seguintes procedimentos:

- I – o aluno deverá realizar uma apresentação sintética de seu trabalho, contendo o tema, a justificativa, os procedimentos metodológicos, os referenciais teóricos e os resultados alcançados;
- II – após a exposição, a banca examinadora poderá realizar questionamentos, observações, críticas e comentários acerca do trabalho;
- III – cabe ao aluno e ao Orientador responderem as indagações realizadas pela banca examinadora;
- IV – após esse momento os dois examinadores deverão ficar a sós com o Orientador para decidirem acerca das notas dadas ao aluno, anunciando em seguida sua aprovação ou reprovação.



Capítulo VI

Da Entrega do Trabalho Final

Art. 52. após a aprovação, o aluno terá o prazo de 90 (noventa) dias corridos para a entrega da versão final do trabalho em, no mínimo, 4 (quatro) cópias, que serão destinadas:

I – à biblioteca central da UERN;

II – ao Orientador;

III – aos dois professores que compuseram a banca examinadora.

Art. 53. a versão final do trabalho deverá conter as possíveis alterações sugeridas pela banca no ato da defesa e obedecer aos seguintes itens:

I – ter submetido o trabalho a um revisor ortográfico, devidamente registrado e comprovado mediante declaração do mesmo.

a. A declaração deverá ser fornecida pela Coordenação do TCC;

b. Na declaração deverão constar o nome, a formação e o CPF ou registro de órgão competente do revisor ortográfico;

II – o trabalho deverá estar na formatação exigida pelos órgãos de pesquisa, informadas pela Coordenação do TCC.

Capítulo VII

Da Coordenação do TCC

Art. 54. A coordenação do TCC do curso de Geografia é exercida por um professor do Departamento de Geografia, escolhido por seus pares, em plenária departamental, por um período de dois semestres.

Art. 55. São atribuições da Coordenação do TCC:

I – zelar pelo cumprimento destas normas, divulgando-as para os alunos inscritos nas disciplinas;

II – elaborar e divulgar a lista dos alunos com seus respectivos orientadores até a terceira semana de início do semestre letivo;

III – elaborar antes e divulgar, semestralmente, a lista dos professores com suas respectivas linhas de pesquisa e disponibilidade de orientação;

IV – oficializar e divulgar as composições das Bancas Examinadoras dos trabalhos monográficos;

VI – receber, distribuir e entregar à secretaria do departamento toda a documentação relativa ao desenvolvimento do TCC, inclusive a via oficial da Monografia;

VII – encaminhar ao colegiado do Departamento as dificuldades ou impasses eventualmente surgidos no desenvolvimento das atividades e prazos previstos;

VIII – decidir sobre a substituição do professor orientador e pedido de prorrogação de prazo ou, se necessário, remete-los ao Colegiado.

Parágrafo único – ao professor coordenador do Trabalho de Conclusão de curso é atribuída a carga horária de até 08 horas semanais.

Título V

Da Migração Curricular

Art. 56. A migração curricular é o ato que vincula o aluno ao cumprimento de um currículo que não é o seu de ingresso, podendo ocorrer por motivo de desnivelamento do fluxo curricular e, conseqüentemente, decurso do prazo máximo de tempo no curso ou por vontade própria.

Art. 57. A migração curricular ocorre por meio do requerimento do aluno à orientação acadêmica que após análise e deferimento solicita assinatura do termo de compromisso.

Parágrafo único – cabe ao orientador acadêmico elaborar e acompanhar o plano de estudo do desenvolvimento do fluxo curricular do aluno que solicitou a migração.

Título VI

Do Acompanhamento e Avaliação do PP

Art. 58. O presente Projeto Pedagógico deverá ser acompanhado pela Chefia do Departamento de Geografia bem como pelo Coordenador do Projeto Pedagógico.

Art. 59. A avaliação do projeto deverá acontecer a cada final de semestre, por todos os professores do DGE, observando suas facilidades e dificuldades, êxitos e fracassos, cabendo ao corpo docente sugerir alterações no andamento das atividades afim de resolver quaisquer situações negativas.

Das Disposições Gerais



Art. 60. O presente regulamento entra em vigor na data da publicação de Resolução de sua aprovação e seus efeitos de aplicação obrigatórios para os estudantes ingressantes a partir do primeiro semestre letivo de 2006.1.

Art. 61. Os casos omissos deste regulamento serão resolvidos pela plenária do Departamento de Geografia cabendo recurso às instâncias imediatamente superiores.



ANEXOS

ANEXO 1: Quadros demonstrativos da matriz curricular**PRIMEIRO PERÍODO**

DISCIPLINA	CÓDIGO	C.H.	CR	PRÉ-REQUISITO	DEPTO. ORIGEM
Epistemologia da Geografia	0703037-1	60	04	-	DGE
Geologia Geral	0703033-1	60	04	-	DGE
Estatística	0801024-1	60	04	-	DME
Fundamentos de Filosofia	0702037-1	60	04	-	DFI
Sociologia Geral	0701043-1	60	04	-	DCSP
TOTAL		300	20		

SEGUNDO PERÍODO

DISCIPLINA	CODIGO	C.H.	CR	PRE-REQUISITO	DEPTO. ORIGEM
Cartografia Geral	0703002-1	60	04	-	DGE
Geomorfologia Geral	0703041-1	60	04	Geologia Geral	DGE
Geografia Econômica	0703017-1	60	04	-	DGE
Metodologia do Trabalho Científico	0703035-1	60	04	-	DGE
Fundamentos da Educação	0301036-1	60	04	-	DE
TOTAL		300	20		

TERCEIRO PERÍODO

DISCIPLINA	CODIGO	C.H.	CR	PRE-REQUISITO	DEPTO. ORIGEM
Cartografia Temática	0703042-1	60	04	Cartografia Geral	DGE
Organização do Espaço	0703020-1	60	04	Epistemologia da Geografia	DGE
Fundamentos de Climatologia	0703009-1	60	04	-	DGE
Geografia da População	0703008-1	60	04	Geografia Econômica	DGE
Psicologia da Educação	0301104-1	60	04	-	DE
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR					
Oficina em Geografia Humana I	0703900-1	75	05	-	DGE
Oficina em Geografia Física I	0703901-1	75	05	-	DGE
TOTAL		450	30		

QUARTO PERÍODO

DISCIPLINA	CODIGO	C.H.	CR	PRE-REQUISITO	DEPTO. ORIGEM
Hidrografia	0703011-1	60	04	Geologia Geral	DGE
Geografia Agrária	0703010-1	60	04	Organização do Espaço	DGE
Geografia Urbana	0703007-1	60	04	Organização do Espaço	DGE
Pedologia	0703025-1	60	04	Geologia Geral	DGE
Didática	0301009-1	60	04	-	DE
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR					
Oficina em Geografia Humana II	0703902-1	75	05	-	DGE
Oficina em Geografia Física II	0703903-1	75	05	-	DGE
TOTAL		450	30		

QUINTO PERÍODO

DISCIPLINA	CÓDIGO	C.H.	CR	PRÉ-REQUISITO	DEPTO. ORIGEM
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia – I	0703055-1	150	10	Todas as disciplinas cursadas até o 4º período	DGE
Geografia Regional do Brasil	0703014-1	60	04	Epistemologia da Geografia	DGE
Biogeografia	0703027-1	60	04	-	DGE
Geografia e Ensino I	0703043-1	60	04	Epistemologia da Geografia e Didática	DGE
Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico	0301014-1	60	04	-	DGE
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR					
Oficina em Geografia Humana III	0703904-1	60	04	-	DGE
Oficina em Geografia Física III	0703905-1	60	04	-	DGE
TOTAL		510	34		

SEXTO PERÍODO

DISCIPLINA	CÓDIGO	C.H.	CR	PRÉ-REQUISITO	DEPTO. ORIGEM
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia – II	0703056-1	150	10	Orientação e Estágio em Geografia I	DGE
Geografia Política	0703045-1	60	04	Organização do Espaço	DGE
Geografia Física do Brasil	0703044-1	60	04	Geologia Geral	DGE
Geografia e Ensino II	0703046-1	60	04	Geografia e Ensino I	DGE
Língua Brasileira de Sinais	0401089-1	60	04	-	DLV
TOTAL		390	26		

SÉTIMO PERÍODO

DISCIPLINA	CÓDIGO	C.H.	CR	PRÉ-REQUISITO	DEPTO. ORIGEM
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia – III	0703057-1	150	10	Orientação e Estágio em Geografia I	DGE
Geografia do Mundo Contemporâneo	0703060-1	60	04	Geografia Econômica	DGE
Geografia do Nordeste	0703013-1	60	04	-	DGE
Geografia do Rio Grande do Norte	0703018-1	60	04	-	DGE
Orientação de Monografia	0703061-1	60	04	Todas as disciplinas cursadas até o 6º período	DGE
TOTAL		390	26		

OITAVO PERÍODO

DISCIPLINA	CÓDIGO	C.H.	CR	PRÉ-REQUISITO	DEPTO. ORIGEM
Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia – IV	0703058-1	135	09	Orientação e Estágio em Geografia III	DGE
Introdução à Educação Ambiental	0703059-1	30	02	-	DGE
Monografia	0703062-1	60	04	Orientação de Monografia	DGE
TOTAL		225	15		

ANEXO 2: Horas contabilizadas para atividades complementares

ATIVIDADES	NATUREZA	NUMERO MAXIMO DE HORAS
Iniciação à docência.	Atividades relacionadas à participação do aluno no Programa Institucional de Monitoria (PIM) como bolsista ou voluntário.	Até 60 horas (20 h por semestre)
Iniciação à extensão.	Participação em projetos de extensão como bolsista ou voluntário.	20 h por semestre
Iniciação científica (PIBIC/CNPQ)	Participação em projetos de pesquisa como bolsista ou voluntário.	20 h por semestre
Trabalho publicado em periódicos ou em outros meios de divulgação.	Publicação de trabalhos científicos.	Artigo completo em revista indexada: 30 (trinta) horas. Artigo completo em revista virtual: 20 (vinte) horas. Trabalho completo em anais de evento: 10 (dez) horas. Resumo publicado em anais de evento: 10 (dez) horas. Artigo publicado em jornal: 05 (cinco) horas.
Grupos de pesquisa.	Participação em grupos de pesquisa da UERN.	10 h por semestre
Atividade curricular em comunidade (ACC).	Participação de atividade em comunidade coordenada por um professor da UERN.	20 h por semestre
Vivência profissional. OBS.: É vedada a correlação com as horas-aula do Estágio Supervisionado.	Estágio profissional em instituições públicas, privadas e não-governamentais em áreas afins. (planejamento, gestão, meio ambiente e educação)	40 por semestre
Eventos científicos	Tipo de evento	Número Máximo de Horas
	Artigo II. Evento internacional em Geografia e áreas afins	Com apresentação de trabalho 30 horas
		Sem apresentação de trabalho 15 horas
		Seção 2.01
	Artigo III. Evento nacional em Geografia ou áreas afins	Com apresentação de trabalho 20 horas
		Sem apresentação de trabalho 10 horas
		Seção 3.01
	Artigo IV. Evento regional em Geografia ou áreas afins	Com apresentação de trabalho 12 horas
		Sem apresentação de trabalho 06 horas
		Seção 4.01
	Artigo V. Evento estadual em Geografia ou áreas afins	Com apresentação de trabalho 10 horas
		Sem apresentação de trabalho 05 horas
		Seção 5.01
	Artigo VI. Evento local em Geografia ou áreas afins	Com apresentação de 10 horas

		trabalho		
		Sem apresentação de trabalho	05 horas	
		Seção 6.01		
	Artigo VII. Participação em Palestras em Geografia ou áreas afins (ouvinte)	04 horas		

ANEXO 2: Diretrizes Curriculares para os Curso de Geografia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia		
RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	Artigo VIII. COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2001

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE GEOGRAFIA**Introdução**

A geografia, em seu processo de desenvolvimento histórico como área do conhecimento, veio consolidando teoricamente sua posição como uma ciência que busca conhecer e explicar as múltiplas interações entre a sociedade e a natureza. Isso significa dizer que possui um conjunto muito amplo de interfaces com outras áreas do conhecimento científico. Assim, coloca-se a necessidade de buscar compreender essa realidade espacial, natural e humana, não de uma forma fragmentada, mas como uma totalidade dinâmica.

A geografia vem evoluindo, nas últimas décadas, tanto pela introdução e aprofundamento de metodologias e tecnologias de representação do espaço (geoprocessamento e sistemas geográficos de informação, cartografia automatizada, sensoriamento remoto etc.) quanto no que concerne ao seu acervo teórico e metodológico em nível de pesquisa básica (campos novos ou renovados como geo-ecologia, teoria das redes geográficas, geografia cultural, geografia econômica, geografia política e recursos naturais, etc.), quanto em nível de pesquisa aplicada (planejamento e gestão ambiental, urbana e rural).

Assim sendo, devemos admitir que essas transformações no campo dos conhecimentos geográficos vêm colocando desafios para a formação não apenas do geógrafo-pesquisador (técnico e planejador) como também para o geógrafo-professor do ensino fundamental, médio e superior.

A atual dinâmica das transformações pelas quais o mundo passa, com as novas tecnologias, com os novos recortes de espaço e tempo, com a predominância do instantâneo e do simultâneo, com as complexas interações entre as esferas do local e do global afetando profundamente o cotidiano das pessoas, exige que a Geografia procure caminhos teóricos e metodológicos capazes de interpretar e explicar esta realidade dinâmica.

Dessa forma, os Departamentos ou Colegiados de Curso de Geografia, enquanto instâncias responsáveis pelo dinamismo e implementação das mudanças que se façam necessárias no currículo, não podem desconhecer novas possibilidades abertas pela LDB na perspectiva de flexibilização das estruturas curriculares, transformando conteúdos e técnicas em percursos possíveis para a formação do pesquisador e profissional em Geografia. Devem buscar, então, caminhos para

superar a “cultura da cartilha” e para assumir a liberdade da crítica e da criação, como uma área do conhecimento que tem seu objeto específico, sem abrir mão do rigor científico e metodológico. Esses são pressupostos que norteiam a atual proposta das *Diretrizes Curriculares* para o curso de Geografia.

Diretrizes curriculares

1. Perfil do Formando

Compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia .
Dominar e aprimorar as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico

2. Competências e Habilidades

A) Gerais

Os cursos de Graduação devem proporcionar o desenvolvimento das seguintes habilidades gerais:

- a. Identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações do conhecimentos;
- b. Articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais;
- c. Reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos;
- d. Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação geográfica;
- e. Dominar técnicas laboratoriais concernentes a produção e aplicação do conhecimento geográficos;
- f. Propor e elaborar projetos de pesquisa e executivos no âmbito de área de atuação da Geografia ;
- g. Utilizar os recursos da informática;
- h. Dominar a língua portuguesa e um idioma estrangeiro no qual seja significativa a produção e a difusão do conhecimento geográfico;
- i. Trabalhar de maneira integrada e contributiva em equipes multidisciplinares.

B) Específicas

- a. Identificar, descrever, compreender, analisar e representar os sistemas naturais;
- b. identificar, descrever, analisar, compreender e explicar as diferentes práticas e concepções concernentes ao processo de produção do espaço;
- c. selecionar a linguagem científica mais adequada para tratar a informação geográfica, considerando suas características e o problema proposto;
- d. avaliar representações ou tratamentos ;gráficos e matemático-estatísticos
- e. elaborar mapas temáticos e outras representações gráficas.
- f. dominar os conteúdos básicos que são objeto de aprendizagem nos níveis fundamental e médio;
- g. organizar o conhecimento espacial adequando-o ao processo de ensino-aprendizagem em geografia nos diferentes níveis de ensino.

3. Organização do Curso

Os colegiados das instituições poderão estruturar o curso em 4 níveis de formação (de bacharéis, aplicada-profissional, de docentes e de pesquisadores) e devem indicar sua organização modular, por créditos ou seriada. O curso de licenciatura deverá ser orientado também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

4. Conteúdos Curriculares

Os conteúdos básicos e complementares da Geografia organizam-se em torno de:
. núcleo específico – conteúdos referentes ao conhecimento geográfico;

. núcleo complementar – conteúdos considerados necessários à aquisição de conhecimento geográfico e que podem ser oriundos de outras áreas de conhecimento, mas não excluem os de natureza específica da Geografia;

. núcleo de opções livres – composto de conteúdos a serem escolhidos pelo próprio aluno.

No caso da licenciatura deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

5. *Estágios e Atividades Complementares*

Os estágios e atividades complementares fazem parte da necessidade de que haja articulação entre a teoria e a prática, e entre a pesquisa básica e a aplicada. Para que esta articulação se processe no âmbito do currículo é necessário que o entendamos como “qualquer conjunto de **atividades acadêmicas** previstas pela IES para a integralização de um curso” e, como **atividade acadêmica**, “aquela considerada relevante para que o estudante adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias à sua formação e que contemplem processos avaliativos.”

Neste contexto, são consideradas atividades integrantes da formação do aluno de Geografia, além da disciplina: estágios, que poderão ocorrer em qualquer etapa do curso, desde que seus objetivos sejam claramente explicitados; seminários; participação em eventos; discussões temáticas; atividades acadêmicas à distância; iniciação à pesquisa, docência e extensão; vivência profissional complementar; estágios curriculares, trabalhos orientados de campo, monografias, estágios em laboratórios; elaboração de projetos de pesquisa e executivos, além de outras atividades acadêmicas a juízo do colegiado do curso.

Caberá aos colegiados de curso organizar essas atividades ao longo do tempo de integralização curricular.

6. *Conexão com a Avaliação Institucional*

Os cursos deverão criar seus próprios critérios para avaliação periódica, em consonância com os critérios definidos pela IES à qual pertencem.

ANEXO 4: Duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena		
CONSELHEIROS: Carlos Roberto Jamil Cury, Éfrem de Aguiar Maranhão, Raquel Figueiredo A. Teixeira e Silke Weber		
PROCESSO N.º: 23001.000231/2001-06		
PARECER N.º: (a) CNE/CP 21/2001	Artigo IX. COLEGIADO: 1) CP	(ii) APROVADO EM 6/8/2001

I – RELATÓRIO

A aprovação do Parecer CNE/CP 009/2001, de 8 de maio de 2001, que apresenta projeto de Resolução instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, no seu Art. 12 diz *in verbis*: *Os cursos de formação de professores em nível superior terão a sua duração definida pelo Conselho Pleno, em parecer e resolução específica sobre sua carga horária.*

O objetivo deste parecer, pois, é o de dar consequência a esta determinação que reconhece uma especificidade própria desta modalidade de ensino superior. A duração da licenciatura voltada para a formação de docentes que irão atuar no âmbito da educação básica e a respectiva carga horária devem, pois, ser definidas.

Definições gerais mínimas

Como se pode verificar pelos termos do artigo em tela, alguns conceitos devem ser definidos pelo Conselho Pleno: a *duração* e a *carga horária* dos cursos de formação de professores em nível superior que é uma *licenciatura* plena.

Duração, no caso, é o tempo decorrido entre o início e o término de um curso de ensino superior necessário à efetivação das suas diretrizes traduzidas no conjunto de seus componentes curriculares. A duração dos cursos de licenciatura pode ser contada por *anos letivos*, por *dias de trabalho escolar efetivados* ou por *combinação* desses fatores. Se a duração de um tempo obrigatório é o mínimo para um teor de excelência, obviamente isto não quer dizer impossibilidade de adequação às variações de aproveitamento dos estudantes.

Já a *carga horária* é número de horas de atividade científico - acadêmica, número este expresso em legislação ou normatização, para ser cumprido por uma instituição de ensino superior, a fim de preencher um dos requisitos para a validação de um diploma que, como título nacional de valor legal idêntico, deve possuir uma referência nacional comum.

A noção de carga horária pressupõe uma unidade de tempo útil relativa ao conjunto da duração do curso em relação à exigência de efetivo trabalho acadêmico.

A *licenciatura* é uma licença, ou seja trata-se de uma autorização, permissão ou concessão dada por uma autoridade pública competente para o exercício de uma atividade profissional, em conformidade

com a legislação. A rigor, no âmbito do ensino público, esta licença só se completa após o resultado bem sucedido do estágio probatório exigido por lei.

O diploma de licenciado pelo ensino superior é o documento oficial que atesta a concessão de uma licença. No caso em questão, trata-se de um título acadêmico obtido em curso superior que faculta ao seu portador o exercício do magistério na educação básica dos sistemas de ensino, respeitadas as formas de ingresso, o regime jurídico do serviço público ou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Deve-se, em primeiro lugar, fazer jus ao inciso XIII do Art. 5º da Constituição que assegura o livre exercício profissional *atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer*. Uma das leis diretamente concernente a estas *qualificações* está na Lei 9.394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com efeito, diz o Art. 62 desta Lei:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Esta *qualificação* exigida para o exercício profissional da docência no ensino regular dos sistemas é a condição *sine qua non* do que está disposto no Art. 67, face aos sistemas públicos, constante do Título VI da Lei: Dos Profissionais da Educação.

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

...

Trata-se, pois, de atender às qualificações profissionais exigidas pela Constituição e pela LDB, em boa parte já postas no parecer CNE/CP 009/2001 e começar a efetivar as metas do capítulo do Magistério da Educação Básica da Lei n. 10.172 de 9 de janeiro de 2001, conhecida como Plano Nacional de Educação.

Cumpra completá-las no que se refere à duração e carga horária das licenciaturas cumprindo o disposto no Art. 12 do Parecer CNE/CP 009/01.

Duração e Carga Horária antes da Lei 9.394/96

O debate sobre a carga horária e duração dos cursos de graduação sempre foi bastante diferenciado ao longo da história da educação envolvendo múltiplos aspectos entre os quais os contextuais.

Pode-se tomar como referência o Estatuto das Universidades Brasileiras sob a gestão do Ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos em 1931. Trata-se do Decreto 19.852/31 de 11/4/31. Por ele se cria a Faculdade de Educação, Ciências e Letras que teria entre suas funções a de qualificar pessoas aptas para o exercício do magistério através de um currículo seriado desejável e com algum grau de composição por parte dos estudantes. A rigor, a efetivação deste decreto só se dará mesmo em 1939.

A Lei 452 do governo Vargas, de 5/7/1937 organiza a Universidade do Brasil e da qual constaria uma Faculdade Nacional de Educação com um curso de educação. Nele se lê que a Faculdade Nacional de Filosofia terá como finalidades preparar trabalhadores intelectuais, realizar pesquisas e preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal.

Esta faculdade seria regulamentada pelo Decreto-Lei 1.190 de 4/4/1939 ela passava a contar com uma seção de Pedagogia constituída de um curso de pedagogia de 3 anos que forneceria o título de Bacharel em Pedagogia. Fazia parte também uma seção especial: o curso de didática de 1 ano e que, quando cursado por bacharéis, daria o título de licenciado, permitindo o exercício do magistério nas redes de ensino. Este é o famoso esquema que ficou conhecido como **3 + 1**.

O Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 teve vigência legal até a entrada em vigor da Lei 4.024/61. Nela pode-se ler nos seus artigos 68 e 70, respectivamente:

Os diplomas que conferem privilégio para o exercício de profissões liberais ou para a admissão a cargos públicos, ficam sujeitos a registro no Ministério da Educação e Cultura, podendo a lei exigir a prestação de exames e provas de estágio perante os órgãos de fiscalização e disciplina das profissões respectivas.

O currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal serão fixados pelo Conselho Federal de Educação.

O Parecer CFE 292/62 de 14/11/62 estabeleceu a carga horária das matérias de formação pedagógica a qual deveria ser acrescida aos que quisessem ir além do bacharelado. Esta duração deveria ser de, no mínimo, 1/8 do tempo dos respectivos cursos e que, neste momento, eram escalonados em 8 semestres letivos e seriados.

O Parecer CFE 52/65 de 10/2/1965, da autoria de Valnir Chagas de 10/2/1965 foi assumido na Portaria Ministerial 159 de 14 de junho de 1965 que fixa critérios para a duração dos cursos superiores. Ao invés de uma inflexão em anos de duração passa-se a dar preferência para horas-aula como critério da duração dos cursos superiores dentro de um ano letivo de 180 dias.

Antecedendo a própria reforma do ensino superior de 1968, o Decreto-lei 53 de 1966 trazia, como novidade, a fragmentação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e a criação de uma unidade voltada para a formação de professores para o ensino secundário e de especialistas em educação: a Faculdade de Educação. Poucas Universidades encamparam este decreto - lei no sentido da alteração propiciada por ele.

A Lei 5.540/68 dizia em seu Art. 26 que cabia ao Conselho Federal de Educação fixar o *currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões regulamentadas em lei e de outros necessários ao desenvolvimento nacional.*

O Parecer CFE 672/69 de 4/9/69 conduz à Resolução 9/69 de 10/10/69. Este parecer reexamina o Parecer 292/62 no qual se teve a fixação das matérias pedagógicas da licenciatura, especialmente com relação ao tempo de duração da formação pedagógica no âmbito de cada licenciatura. A Resolução 09/69 de 10/10/1969 fixava a formação pedagógica em 1/8 das horas obrigatórias de trabalho de cada licenciatura voltada para o ensino de 2º grau.

A Indicação CFE 8/68 de 4/6/68 reexaminou os currículos mínimos, a respectiva duração dos cursos superiores e as matéria obrigatórias entendidas como "matéria-prima" a serem reelaboradas. Desta Indicação, elaborada antes da Lei 5.540/68, decorre o Parecer CFE 85/70, de 2/2/70, já sob a reforma universitária em curso. Este Parecer CFE 85/70 mantém as principais orientações da Indicação CFE 8/68 e fixa a duração dos cursos a ser expressa em horas-aula e cuja duração mínima seria competência do CFE estabelecê-la sob a forma de currículos mínimos.

O Parecer 895/71 de 9/12/71 examinando a existência da licenciatura curta face à plena e as respectivas horas de duração, propõe para as primeiras uma duração entre 1200 e 1500 horas e para as segundas uma duração de 2.200 a 2.500 horas de duração.

A Resolução CFE 01/72 fixava entre 3 e 7 anos com duração variável de 2200 h e 2500 h as diferentes licenciaturas, respeitados 180 dias letivos, estágio e prática de ensino. Tal Resolução se vê reconfirmada pela Indicação 22/73 de 8/2/73.

Pode-se comprovar a complexidade e a diferenciação da duração nos modos de se fazer as licenciaturas através de um longo período de nossa história.

A LDB de 1996 vai propor um novo paradigma para a formação de docentes e sua valorização.

A Lei 9.394/96

A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 insistem na valorização do magistério e em um padrão de qualidade cujo teor de excelência deve dar consistência à formação dos profissionais do ensino.

O Parecer 009/01, ao interpretar e normatizar a exigência formativa desses profissionais, estabelece um novo paradigma para esta formação. O padrão de qualidade se dirige para uma formação holística que atinge todas as atividades teóricas e práticas articulando-as em torno de eixos que redefinem e alteram o processo formativo das legislações passadas. A relação teoria e prática deve perpassar todas estas atividades as quais devem estar articuladas entre si tendo como objetivo fundamental formar o docente em nível superior.

As exigências deste novo paradigma formativo devem nortear a atuação normativa do Conselho Nacional de Educação com relação ao objeto específico deste parecer, ao interpretar as injunções de caráter legal.

A LDB de 1996, apesar de sua flexibilidade, não deixou de pontuar características importantes da organização da educação superior. A flexibilidade não significa nem ausência de determinadas imposições e nem de parâmetros reguladores. Assim, pode-se verificar como no Título IV da lei sob o nome Da Educação Superior, nível próprio do objeto deste parecer, tem alguns parâmetros definidos. O primeiro dele é o número de dias do ano letivo de trabalho acadêmico efetivo e as garantias que o estudante deve ter, ao entrar em uma instituição de ensino superior, em saber seus direitos.

Veja-se o Art. 47, verbis:

Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificações dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

§2º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino. (grifos adicionados)

...

§4 As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

Ainda que alunos excepcionais possam ter abreviada a *duração* de seu curso, a regra geral é a da informação precisa da *duração* dos programas dos cursos e dos seus componentes curriculares e que no conjunto exigem trabalho acadêmico efetivo. É bastante claro que o trabalho acadêmico deve ser mensurado em horas, mas o conteúdo de sua integralização implica tanto o ensino em sala de aula quanto outras atividades acadêmicas estabelecidas e planejadas no projeto pedagógico.

A LDB, no Art. 9º, ao explicitar as competências da União diz no seu inciso VII que ela incumbir-se-á de *baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós - graduação*. Aliás, é no § 1º deste artigo que se aponta o Conselho Nacional de Educação de cujas funções faz parte a normatização das leis.

Já no capítulo próprio do ensino superior da LDB há pontos relativos à autonomia universitária. Assim, diz o Art. 53, I e II:

No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições :

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes; (grifos adicionados)

Desse modo, fica claro que as Instituições de Ensino Superior, respeitadas as *normas gerais* (Art. 9º, VII da LDB) pertinentes, deverão fixar os currículos de seus cursos e programas (Art. 53, II).

No seu conjunto, elas prevêm uma composição de elementos obrigatórios e facultativos articulados entre si. Entre os elementos obrigatórios apontados ela distingue e compõe, ao mesmo tempo, dias letivos, prática de ensino, estágio e atividades acadêmico- científicas. Entre os elementos facultativos expressamente citados está a monitoria.

Os dias letivos, independentemente do ano civil, são de 200 dias de trabalho acadêmico efetivo.

No caso de prática de ensino, deve-se respeitar o Art. 65 da LDB, verbis:

A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.

Logo, um mínimo de 300 horas de prática de ensino é um componente obrigatório na duração do tempo necessário para a integralização das atividades acadêmicas próprias da formação docente.

Além disso, há a obrigatoriedade dos estágios. À luz do Art. 24 da Constituição Federal, eles devem ser normatizados pelos sistemas de ensino.

O Art. 82 da LDB diz:

Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição.

§ único. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelecem vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter cobertura previdenciária prevista na legislação específica.

Ora, os estágios fazem parte destas qualificações, reconhecidas pela CLT, e se inserem dentro das normas gerais conferidas por lei à União. Os estágios supervisionados de ensino também partilham destas qualificações.

O Parágrafo único do Art. 82 reconhece as figuras de um seguro contra acidentes e de uma cobertura previdenciária prevista na legislação específica e faculta a existência de bolsa de estágio.

A Lei 6.494/77 de 7/12/1977, regulamentada pelo Decreto 87.497/82, se refere ao estágio curricular de estudantes. Este decreto, em seu Art. 4º letra b, dispõe sobre o tempo do estágio curricular supervisionado e que não pode ser inferior a um (1) semestre letivo e, na letra a, explicita a obrigatoriedade da inserção do estágio no cômputo das atividades didático-curriculares. A Lei 8.859, de 23/3/1994, manteve o teor da Lei 6.494/77, mas a estende para o estágio da educação dos portadores de necessidades especiais.

A lei do estágio de 1977, no seu todo, não foi revogada nem pela LDB e nem pela Medida Provisória 1.709 de 27/11/98 exceto em pequenos pontos específicos. Assim, o Parágrafo único do Art. 82 da LDB altera o Art. 4º da Lei 6.494/77. Já a Medida Provisória No. 1.709/98 modifica em seu Art. 4º o § 1º do Art. 1º da Lei 6.494/77 e que passou a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º : Os alunos a que se refere o caput deste artigo devem "comprovadamente, estar freqüentando cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior ou escolas de educação especial."⁵

Já o Decreto regulamentador 87.497/82 da Lei 6.494/77 não conflita com o teor das Leis 9.394/96 e 9.131/95. A Lei de Introdução ao Código Civil, Decreto-Lei 4.657/42 diz:

Art. 2º § 1º : a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

A redação do Art. 82 não deixa margem a dúvidas quanto à sua natureza: ele pertence ao âmbito das competências concorrentes próprias do sistema federativo. Assim sendo, ele deve ser lido à luz do Art. 24 da Constituição Federal de 1988.

A Lei 6.494/77, modificada pela Medida Provisória 1.709/98, e o seu Decreto regulamentador 87.497/82 ao serem recebidos pela Lei 9.394/96 exigem, para o estágio supervisionado de ensino, um mínimo de 1 (um) semestre letivo ou seja 100 dias letivos. Por isso mesmo, a Portaria 646, de 14

⁵ O Art. 1º da Lei Nº 6.494/77 dizia *As Pessoas Jurídicas de Direito Privado, os Órgãos da Administração Pública e as Instituições de Ensino podem aceitar, como estagiários, alunos regularmente matriculados e que venham freqüentando, efetivamente, cursos vinculados à estrutura do ensino público e particular, nos níveis superior e profissionalizante.* (a parte por nós grifada foi, no caso, o objeto da Medida Provisória Nº 1.709/98)

de maio de 1997, e que regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 do Decreto 2.208/97 diz em seu Art. 13 que *são mantidas as normas referentes ao estágio supervisionado até que seja regulamentado o Art. 82 da Lei 9.394/96.*

Outro ponto a ser destacado na formação dos docentes para atuação profissional na educação básica e que pode ser contemplado para efeito da duração das licenciaturas é a monitoria. Veja-se o disposto no Art. 84 da LDB:

Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

Não resta dúvida que estes pontos não devem e não podem ser entendidos como atividades estanques ou como blocos mecânicos separados entre si. Estes pontos devem e podem formar um todo em que todas as atividades teórico-práticas devem ser articuladas em torno de um projeto pedagógico elaborado de modo orgânico e consistente. Por isso as normas gerais devem estabelecidas, sob a forma de diretrizes de tal modo que elas sejam referenciais de qualidade para todas as atividades teórico-práticas e para a validade nacional do diploma de licenciado e como expressão da articulação entre os sistemas de ensino.

a) II - MÉRITO

A delimitação de seqüências temporais de formação, o estabelecimento de tempos específicos para a sua realização em nível superior, consideradas as características de áreas de conhecimento e de atuação profissional, integram a tradição nacional e internacional. Assim é que a formação de profissionais cujo título permite o exercício de determinada atividade profissional requer um tempo de duração variável de país a país, de profissão a profissão. Esta variabilidade recobre também as etapas a seguir como o formato adotado para a sua inserção no debate teórico da área, de suas especialidades bem como na discussão sobre a prática profissional propriamente dita, e as correspondentes formas de avaliação, titulação, credenciamento utilizadas.

Os cursos de graduação, etapa inicial da formação em nível superior a ser necessariamente complementada ao longo da vida, terão que cumprir, conforme o Art. 47 da Lei 9.394/96, no ano letivo regular, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo em cada um dos anos necessários para a completude da qualificação exigida.

A obrigatoriedade das 300 (trezentas) horas de prática de ensino são exigidas como patamar mínimo no Art. 65 da LDB e estão contempladas no Parecer CNE/CP 009/2001 e respectiva Resolução.

Mas dada sua importância na formação profissional de docentes, consideradas as mudanças face ao paradigma vigente até a entrada em vigor da nova LDB, percebe-se que este mínimo estabelecido em lei não será suficiente para dar conta de todas estas exigências em especial a associação entre teoria e prática tal como posto no Art. 61 da LDB.

Só que uma ampliação da carga horária da prática de ensino deve ser justificada.

A prática não é uma cópia da teoria e nem esta é um reflexo daquela. A prática é o próprio modo como as coisas vão sendo feitas cujo conteúdo é atravessado por uma teoria. Assim a realidade é um movimento constituído pela prática e pela teoria como momentos de um devir mais amplo, consistindo a prática no momento pelo qual se busca fazer algo, produzir alguma coisa e que a teoria procura conceituar, significar e com isto administrar o campo e o sentido desta atuação.

A prática de ensino é, pois, o que o próprio nome diz: uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática de ensino um trabalho consciente cujas diretrizes se nutrem do Parecer 09/01 ela terá que ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar.

A prática de ensino que terá necessariamente a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas. Com isto se pode ver nas políticas educacionais e na normatização das leis uma concepção de governo ou de Estado em ação. Pode-se assinalar também uma presença junto a agências educacionais não escolares tal como está definida no Art. 1º da LDB. Professores são ligados a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente. Importante também é o conhecimento de famílias de estudantes sob vários pontos de vista pois eles propiciam um melhor conhecimento do *ethos* dos alunos.

É fundamental que haja tempo e espaço para trabalhar a prática de ensino desde o início do curso e que haja uma supervisão direta da instituição formadora para a coordenação do curso como um todo. Esta presença institucional é necessária como forma de apoio até mesmo à vista de uma avaliação de qualidade

Ao se considerar o conjunto deste Parecer em articulação com o novo paradigma das diretrizes, com as exigências legais e com o padrão de qualidade que deve existir nos cursos de licenciaturas, ao mínimo legal de 300 horas deve-se acrescentar mais 100 horas que, além de ampliar o leque de possibilidades, aumente o tempo disponível para cada forma de prática escolhida no projeto pedagógico do curso. As trezentas horas são apenas o mínimo abaixo do qual não se consegue dar conta das exigências de qualidade. Assim torna-se procedente acrescentar ao tempo mínimo já estabelecido em lei (300 horas) mais um terço (1/3) desta carga, perfazendo **um total de 400 horas**.

Por outro lado, é preciso considerar um outro componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica: **estágio supervisionado de ensino**.

Estágio é o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio *supervisionado*.

O estágio curricular supervisionado é um momento de formação profissional do formando seja pelo exercício direto *in loco*, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado.

O estágio não é uma atividade facultativa sendo uma das condições para a obtenção da respectiva licença. Não se trata de uma atividade avulsa que angarie recursos para a sobrevivência do estudante ou que se aproveite dele como mão-de-obra barata e disfarçada. Ele é necessário como momento de preparação próxima em uma unidade de ensino.

Tendo como objetivo, junto com a prática de ensino, a relação *teoria e prática social* tal como expressa o Art. 1º, § 2º da LDB, bem como o Art. 3º, XI e tal como expressa sob o conceito de prática no Parecer CNE/CP 09/01, o estágio é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino/aprendizagem que, tornar-se-á concreto e autônomo quando da profissionalização deste estagiário.

Entre outros objetivos, pode-se dizer que o estágio pretende oferecer ao futuro licenciado um conhecimento do real em situação de trabalho, isto é diretamente em unidades escolares dos sistemas de ensino. É também um momento para se verificar e provar (em si e no outro) a realização das competências exigidas na prática profissional e exigíveis dos formandos, especialmente quanto à regência. Mas é também um momento para se acompanhar alguns aspectos da vida escolar que não acontecem de forma igualmente distribuída pelo semestre, concentrando-se mais em alguns aspectos que importa vivenciar. É o caso, por exemplo, da elaboração do projeto pedagógico, da matrícula, da organização das turmas e do tempo e espaço escolares.

O estágio é pois um modo especial de atividade de capacitação em serviço e que só pode ocorrer em unidades escolares onde o estagiário assuma efetivamente o papel de professor, de outras exigências do projeto pedagógico e das necessidades próprias do ambiente institucional escolar testando suas competências por um determinado período. Por outro lado, a preservação da

integridade do projeto pedagógico da unidade escolar que recebe o estagiário exige que este tempo supervisionado não seja prolongado, mas seja denso e contínuo. Esta integridade permite uma adequação às peculiaridades das diferentes instituições escolares do ensino básico em termos de tamanho, localização, turno e clientela. Neste sentido, é indispensável que o estágio, de modo similar ao que ocorre no internato da área da saúde, seja, ao final do curso, um momento de coroamento formativo em que a relação teoria/prática já seja um ato educativo em ação.

Assim o estágio supervisionado deverá ser um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática de ensino e com as atividades de trabalho acadêmico.

Ao mesmo tempo, os sistemas de ensino devem propiciar às instituições formadoras a abertura de suas escolas de educação básica para o estágio. Esta abertura, considerado o regime de colaboração prescrito no Art. 211 da Constituição Federal, pode se dar por meio de um acordo entre instituição formadora, órgão executivo do sistema e unidade escolar acolhedora da presença de estagiários. Em contrapartida, os docentes em atuação nesta escola poderão receber alguma modalidade de formação continuada a partir da instituição formadora. Assim, nada impede que, no seu projeto pedagógico, em elaboração ou em revisão, a própria unidade escolar possa combinar com uma instituição formadora uma participação de caráter recíproco no campo do estágio.

Esta conceituação de estágio é vinculante com um tempo definido em lei como já se viu e cujo teor de excelência não admite nem um aligeiramento e nem uma precarização. Ela pressupõe um tempo mínimo inclusive para fazer valer o que está disposto no artigos 11, 12 e 13 da Resolução que acompanha o Parecer 009/2001 CNE/CP.

Assim, as instituições devem garantir um teor de excelência inclusive como referência para a avaliação institucional exigida por Lei. Sendo uma atividade obrigatória, por sua característica já explicitada, ela deve ocorrer dentro de um tempo mais concentrado, mas não necessariamente em dias subseqüentes. Com esta pleora de exigências, **o estágio supervisionado** da licenciatura não poderá ter uma duração inferior a **400 horas** nos 100 dias que a lei estipula.

Cabe aos sistemas de ensino, à luz do Art. 24 da Constituição Federal, do Art. 8º e 9º da LDB e do próprio Art. 82 da mesma, exercer sua **competência suplementar** na normatização desta matéria.

Desse modo, estes componentes curriculares próprios do momento do fazer (estágio em articulação com a prática de ensino) implicam um voltar-se às atividades de trabalho acadêmico sob o princípio ação-reflexão-ação incentivado no Parecer CNE/CP 009/2001.

Isto posto cabe analisar um outro componente curricular da duração da formação docente: trata-se do **trabalho acadêmico**. O Parecer CNE/CP 009/2001 orienta as unidades escolares de formação no sentido de propiciar ao licenciando o aprender a ser professor.

Este parecer, ao interpretar a formação de docentes tal como posta na LDB, representa uma profunda mudança na concepção desta formação, sempre respeitado o princípio de uma formação de qualidade.

Esta concepção pode ser exemplificada em alguns pontos que, a serem conseqüentes, não podem ficar sem parâmetros criteriosos de duração e de carga horária. O ser professor não se realiza espontaneamente. Na formação do ser professor, é imprescindível um saber profissional, crítico e competente e que se vale de conhecimentos e de experiências. Uma oferta desta natureza deve ser analisada à luz do Art. 37, § 6º da Constituição e do padrão de qualidade do ensino conforme o Art. 206, VII da Lei Maior.

A graduação de licenciatura ao visar o exercício profissional tem como primeiro foco as suas exigências intrínsecas, o que se espera de um profissional do ensino face aos objetivos da educação básica e uma base material e temporal que assegure um alto teor de excelência formativa.

O trabalho acadêmico efetivo a ser desenvolvido durante os diferentes cursos de graduação é um conceito abrangente, introduzido pelo Art. 47, a fim de que a flexibilidade da lei permitisse ultrapassar uma concepção de atividade acadêmica delimitada apenas pelas 4 paredes de uma sala de aula. O ensino que se desenvolve na sala de aula é necessário, importante e a exigência de um segmento de tal natureza no interior deste componente acadêmico-científico não poderá ter uma duração abaixo de **1.800 horas**.

Assim, o componente curricular formativo do trabalho acadêmico inclui o ensino presencial exigido pelas diretrizes curriculares. Mas, um planejamento próprio para a execução de um projeto pedagógico há de incluir outras atividades de caráter científico, cultural e acadêmico articulando-se com e enriquecendo o processo formativo do professor como um todo. Seminários, apresentações, exposições, participação em eventos científicos, estudos de caso, visitas, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário, produções coletivas, monitorias, resolução de situações-problema, projetos de ensino, ensino dirigido, aprendizado de novas tecnologias de comunicação e ensino, relatórios de pesquisas são modalidades, entre outras atividades, deste processo formativo. Importante salientar que tais atividades devem contar com a orientação docente e ser integradas ao projeto pedagógico do curso.

Deve-se acrescentar que a diversificação dos espaços educacionais, a ampliação do universo cultural, o trabalho integrado entre diferentes profissionais de áreas e disciplinas, a produção coletiva de projetos de estudos, elaboração de pesquisas, as oficinas, os seminários, monitorias, tutorias, eventos, atividades de extensão, o estudo das novas diretrizes do ensino fundamental, do ensino médio, da educação infantil, da educação de jovens e adultos, dos portadores de necessidades especiais, das comunidades indígenas, da educação rural e de outras propostas de apoio curricular proporcionadas pelos governos dos entes federativos são exigências de um curso que almeja formar os profissionais do ensino.

Este enriquecimento exigido e justificado por si só e pelas diretrizes do Parecer 009/01 não poderá contar com menos de **200 horas**. Cabe às instituições, consideradas suas peculiaridades, enriquecer a carga horária por meio da ampliação das dimensões dos componentes curriculares constantes da formação docente.

Além disso, há a possibilidade do aproveitamento criterioso de estudos e que pode ser exemplificado no proposto na Resolução CNE/CP 01/99.

A diversidade curricular associada a uma pluralidade temporal na duração deixadas a si, mais do que dificultar o trânsito de estudantes transferidos, gerará um verdadeiro mosaico institucional fragmentado oposto à organização de uma educação nacional. Esta postula uma base material para a integração mínima de estudos exigíveis inclusive para corresponder ao princípio da *formação básica comum* do Art. 210 da Constituição Federal.

A duração específica da formação é geralmente definida em termos de anos, sob avaliação institucional direta ou indireta, interna e externa, comportando as mais variadas formas de iniciação acadêmica e profissional e de completude de estudos. De modo geral, esta duração exigida legalmente como completa jamais situa a conclusão da maioria dos cursos de graduação de ensino superior **abaixo de 3 anos** e o número de quatro anos tem sido uma constante para a delimitação da duração dos cursos de graduação no Brasil, respeitadas a experiência acumulada nas diferentes áreas de conhecimento e de atuação profissional e a autonomia universitária das instituições que gozam desta prerrogativa, observadas as *normas gerais* pertinentes.

Neste sentido, os cursos de licenciatura, no que se refere ao componente aqui denominado **trabalho acadêmico**, deverão ter uma duração que atenda uma completude efetiva para os duzentos dias letivos exigidos em cada um dos anos de formação. Assim, considerando-se a experiência sob o esquema formativo da Lei 5.540/68 e a necessidade de se avançar em relação ao que ela previa dado o novo paradigma formativo de baixo da Lei 9.394/96 e suas exigências, dadas as diretrizes curriculares nacionais da formação docente postas no Parecer CNE/CP 009/01, cumpre estabelecer um patamar mínimo de horas para estas atividades de modo a compô-las integrada e articuladamente com os outros componentes.

Para fazer jus à efetivação destes considerandos e à luz das diretrizes curriculares nacionais da formação docente, o tempo mínimo para todos os cursos superiores de graduação de formação de docentes para a atuação na educação básica não poderá ficar abaixo de **2.000 horas para a execução das atividades científico-acadêmicas**, sendo que, respeitadas as condições peculiares das instituições, estimula-se a inclusão de mais horas para estas atividades. Do total deste componente, **1.800 horas** serão dedicadas às atividades clássicas de ensino/aprendizagem em sala de aula e as demais **200 horas** para outras formas de atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural.

Estas 2.000 horas de **trabalho para execução de atividades científico - acadêmicas** somadas às 400 horas de **prática de ensino** e às 400 horas de **estágio supervisionado** são o campo da duração formativa em cujo terreno se plantará a organização do projeto pedagógico planejado para

um **total mínimo** de 2.800 horas. Este **total não poderá ser realizado em tempo inferior a 3 anos de formação** tanto para os cursos de licenciatura quanto o curso normal superior.

A unidade formadora, à vista das condições gerais de oferta, de articulação com os sistemas, saberá dispor criativamente deste período formativo em vista do preenchimento dos objetivos das diretrizes do Parecer CNE/CP 009/2001.

A faculdade de ampliar o número de horas destes componentes faz parte da autonomia dos sistemas de ensino e dos estabelecimentos de ensino superior.

Isto posto, cabe a cada curso de licenciatura, dentro das diretrizes gerais e específicas pertinentes, dar a forma e a estrutura da duração, da carga horária, das horas, das demais atividades selecionadas, além da organização da prática de ensino e do estágio. Cabe ao projeto pedagógico, em sua proposta curricular, explicitar a respectiva composição dos componentes curriculares das atividades práticas e científico-acadêmicas. Ao efetivá-los, o curso de licenciatura estará materializando e pondo em ação a identidade de sua dinâmica formativa dos futuros licenciados.

É evidente que a dinâmica de formação pode ser revista, de preferência por ocasião do processo de reconhecimento de cada curso ou da renovação do seu reconhecimento. A qualidade do projeto será avaliada e permitirá à Instituição seu contínuo aprimoramento, porque a avaliação é um rico momento de revisão do processo formativo adotado.

Este parecer aqui formulado, à vista de suas condições reais de adequação, será objeto de avaliação periódica, tendo em vista seu aperfeiçoamento.

III – VOTO DO RELATOR

Em face de todo o exposto, os Relatores manifestam-se no sentido de que o Conselho Pleno aprove o projeto de Resolução anexo, instituindo a duração e a carga horária dos cursos de graduação plena de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
Brasília(DF), 06 de agosto de 2001.

Conselheiro(a) Carlos Roberto Jamil Cury – Relator(a)

Conselheiro(a) Éfrem de Aguiar Maranhão

Conselheiro(a) Raquel Figueiredo A. Teixeira

Conselheiro(a) Silke Weber

b) IV – DECISÃO DO CONSELHO PLENO

O Conselho Pleno aprova por unanimidade o voto do(a)
Relator(a). Plenário, em 06 de agosto de 2001.

Ulysses de Oliveira Panisset – Presidente

Artigo X. PROJETO DE RESOLUÇÃO CNE / CP Nº , DE DE AGOSTO DE 2001

Institui a duração e a carga horária dos cursos de graduação plena de formação de professores da Educação Básica em nível superior

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 7º. § 1º, alínea “f”, da Lei Federal 9.131, de 25 de novembro de 1995, com fundamento no Art. 12 do Parecer CNE/CP 009/2001, de 8 de maio de 2001, e com fundamento no Parecer CNE/CP 021/2001, de 6 de agosto de 2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em de de ,

RESOLVE:

Art. 1º: A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas com a garantia das seguintes dimensões dos componentes comuns:

- I- 400 (quatrocentas) horas de prática de ensino, vivenciadas ao longo do curso;
- II- 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado, sob forma concentrada ao final do curso;
- III- 1800 (mil e oitocentas) horas para os conteúdos curriculares de atividades acadêmico-científico-culturais em sala de aula;
- IV- 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Art. 2º: A duração da carga horária prevista no Art. 1º desta Resolução, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos-ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, 3 (três) anos letivos.

Art. 3º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º: Revoga-se o § 2º do Art. 7º da Resolução CNE/CP 01/99.

Conselheiro Ulysses de Oliveira Panisset
Presidente do Conselho Nacional de Educação